

FINANÇAS PÚBLICAS DO BRASIL

2 0 0 1 - 2 0 0 2

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Machado

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Guido Gelli

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Pedro Luis do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais
Gilda Maria Cabral Santiago

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Finanças Públicas do Brasil

2001-2002

Rio de Janeiro
2004

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-3777-6 (CD-ROM)

ISBN 85-240-3776-8 (meio impresso)

© IBGE. 2003

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção da multimídia

Marisa Sigolo Mendonça

Márcia do Rosário Brauns

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato J. Aguiar - Coordenação
de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação
de Informações-CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Análise dos resultados

Administração pública

Resultado fiscal e primário por nível de governo

Empresas públicas

Receitas

Despesas

Resultado operacional

Investimentos

O papel dos subsídios no financiamento
das despesas operacionais

Privatização

Tabelas de resultados

Administração pública

Governo Federal

1.1 - Receita consolidada, do Governo Federal, segundo a natureza - Brasil - 2001

1.2 - Despesa consolidada, do Governo Federal, segundo a natureza - Brasil - 2001

Governo Estadual

1.3 - Receita consolidada, do Governo Estadual, por Grandes Regiões, segundo a natureza - Brasil - 2001

1.4 - Receita consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Norte - 2001

1.5 - Receita consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Nordeste - 2001

1.6 - Receita consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Sudeste - 2001

1.7 - Receita consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Sul - 2001

1.8 - Receita consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Centro-Oeste - 2001

1.9 - Despesa consolidada, do Governo Estadual, por Grandes Regiões, segundo a natureza - Brasil - 2001

1.10 - Despesa consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Norte - 2001

1.11 - Despesa consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Nordeste - 2001

1.12 - Despesa consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Sudeste - 2001

1.13 - Despesa consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Sul - 2001

1.14 - Despesa consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Centro-Oeste - 2001

Governo Municipal

1.15 - Receita consolidada, do Governo Municipal, por Grandes Regiões, segundo a natureza - Brasil - 2001

1.16 - Receita consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Norte - 2001

1.17 - Receita consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Nordeste - 2001

1.18 - Receita consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Sudeste - 2001

1.19 - Receita consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Sul - 2001

1.20 - Receita consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Centro-Oeste - 2001

1.21 - Despesa consolidada, do Governo Municipal, por Grandes Regiões, segundo a natureza - Brasil - 2001

1.22 - Despesa consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Norte - 2001

1.23 - Despesa consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Nordeste - 2001

1.24 - Despesa consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Sudeste - 2001

1.25 - Despesa consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Sul - 2001

1.26 - Despesa consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Centro-Oeste - 2001

União, Estados e Municípios

1.27 - Receita consolidada, da União, Estados e Municípios, segundo a natureza - Brasil - 2001

1.28 - Despesa consolidada, da União, Estados e Municípios, segundo a natureza - Brasil - 2001

Empresas públicas

2.1 - Receitas e despesas, por nível de Governo, segundo a natureza - Brasil - 2002

- 2.2 - Receitas e despesas, pelos três níveis de Governo, por Grandes Regiões, segundo a natureza - Brasil - 2002
- 2.3 - Receitas e despesas, pelos três níveis de Governo, por atividade econômica, segundo a natureza - Brasil - 2002
- 2.4 - Receitas e despesas, em nível Federal, por Grandes Regiões, segundo a natureza - Brasil - 2002
- 2.5 - Receitas e despesas, em nível Federal, por atividade econômica, segundo a natureza - Brasil - 2002
- 2.6 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por Grandes Regiões, segundo a natureza - Brasil - 2002
- 2.7 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Norte - 2002
- 2.8 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Nordeste - 2002
- 2.9 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Sudeste - 2002
- 2.10 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Sul - 2002
- 2.11 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Centro-Oeste - 2002
- 2.12 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Brasil - 2002
- 2.13 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Região Norte - 2002
- 2.14 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Região Nordeste - 2002
- 2.15 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Região Sudeste - 2002

2.16 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza – Região Sul - 2002

2.17 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Região Centro-Oeste - 2002

2.18 - Receitas e despesas, em nível Municipal, por Grandes Regiões, segundo a natureza - Brasil - 2002

2.19 - Receitas e despesas, em nível Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Brasil - 2002

Referências

Anexos

1 - Empresas Públicas Federais, segundo as Unidades da Federação - 2002

2 - Empresas Públicas Estaduais, segundo as Unidades da Federação - 2002

3 - Empresas Públicas Municipais, segundo as Unidades da Federação, capitais e municípios - 2002

4 - Empresas privatizadas, com indicação da última coleta realizada, segundo atividade econômica - 2002

Glossário

Administração pública

Empresas públicas

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Com a presente publicação, o IBGE dá continuidade à divulgação de resultados sobre o setor público do País. A pesquisa Finanças Públicas do Brasil, que a partir desse ano substitui a anterior - Regionalização das Transações do Setor Público - publicada regularmente até 2003, em dois volumes, diverge desta apenas no tocante à ausência de dados regionalizados, já que não houve alteração em relação à metodologia.

Na publicação de Finanças Públicas do Brasil foram eliminadas as tabelas referentes à regionalização federal, em razão da dificuldade encontrada pela Coordenação de Contas Nacionais, desta Diretoria, em obter dados regionais fidedignos do setor público. Diante disso, e visando a manter a qualidade das informações referentes à administração pública e à atividade empresarial do governo, foi feita a opção pela divulgação dos dados em níveis nacionais.

Cabe enfatizar, ainda, que a não divulgação das tabelas referentes à regionalização federal não trará qualquer prejuízo ao usuário, uma vez que a participação da atividade da administração pública no Produto Interno Bruto de cada Unidade da Federação é estimada no projeto Contas Regionais, realizado em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, sob orientação e supervisão do IBGE.

Na elaboração dessa pesquisa o IBGE contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Ao publicar estes dados, o IBGE agradece a colaboração das entidades públicas que, com o fornecimento de informações básicas, tornaram possível este documento.

Wasmália Bivar
Diretora de Pesquisas

Introdução

Visando a atender à demanda por informações do setor público, o IBGE disponibiliza nesta publicação, elaborada pela Coordenação de Contas Nacionais, dados sobre a execução orçamentária da administração pública nos três níveis de governo no ano de 2001 e sobre os resultados das empresas públicas para o ano de 2002, tendo como marco conceitual as Contas Nacionais.

Os resultados da administração pública referem-se à consolidação dos balanços contábeis do governo federal, de estados e de municípios. As informações municipais foram estimadas com base nas seguintes fontes: Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas, realizada pela Coordenação de Contas Nacionais do IBGE; Finanças do Brasil – Receitas e Despesas dos Municípios, realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional e Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS, do Ministério da Saúde.

Os dados das empresas públicas originam-se dos balanços e demais peças contábeis das empresas e referem-se às receitas e despesas operacionais e não-operacionais e investimentos. Essas informações são agregadas por nível de governo e atividade econômica.

Esta publicação apresenta, ainda, breve análise do resultado fiscal e primário das administrações públicas, no ano de 2001, bem como análise econômico-financeira das empresas públicas, no ano de 2002.

A descrição da metodologia de tratamento das informações é apresentada no volume 20 da Série Relatórios Metodológicos, publicado em 2000.

Notas técnicas

As informações referentes às receitas e despesas das empresas públicas que exercem funções típicas de governo, até a divulgação do ano de 1998, foram apresentadas em tabelas isoladas. Desde a apresentação dos resultados do ano de 1999, os mesmos encontram-se na respectiva esfera de governo à qual pertencem - federal, estadual e municipal.

Para a inclusão das informações destas empresas na mesma tabela de resultados, foi preciso reclassificar a variável de subsídios recebidos por estas empresas para transferências intragovernamentais.

As informações relativas às empresas públicas e de economia mista que exercem atividades mercantis são divulgadas na publicação relativa à Atividade Empresarial do Governo.

Nas tabelas de despesa consolidada do governo federal, as transferências de assistência e previdência no item "benefícios a servidores públicos", a partir de 1999, incluem as despesas de inativos e pensionistas e todos os outros benefícios sociais dos servidores públicos; e o item "outras transferências de assistência e previdência" inclui o pagamento de aposentadorias, pensões e benefícios para os trabalhadores segurados do INSS e beneficiários do FGTS, PIS/PASEP e do seguro-desemprego, bem como as despesas de aluguel de leitos em hospitais privados, realizadas pelas administrações públicas em nome das famílias, e outras transferências a pessoas como auxílio financeiro a estudantes.

Nas tabelas de despesas consolidadas dos governos estaduais e, também, nas dos governos municipais, as transferências

de assistência e previdência no item “benefícios a servidores públicos”; a partir do exercício de 2000, incluem as despesas com inativos e pensionista dos estados e dos municípios e outros benefícios dos servidores públicos tais como salário-família, etc. No item “outras transferências de assistência e previdência” para essas esferas governamentais estão incluídos os auxílios financeiros a estudantes, bem como outras transferências a pessoas.

Com relação às despesas de juros, dois aspectos devem ser considerados. O primeiro refere-se ao conceito de caixa ou de competência no registro dos juros. No conceito de caixa, registra-se apenas as despesas realizadas ou liquidadas no período de referência. No conceito de competência, os juros correspondentes ao período de referência são apropriados tendo sido liquidados ou não. Nesta publicação, foram utilizados dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, que registra a despesa de juros nominais (juros reais e correção monetária e cambial) pelo conceito de caixa, ou seja, os juros, efetivamente, liquidados ou pagos no período.

Assim, a soma das despesas de juros das três esferas de governo nesta publicação diverge das informações de despesas de juros das administrações públicas divulgadas nas Contas Econômicas Integradas das Contas Nacionais, porque nas Contas Nacionais são utilizados dados de competência contábil (juros reais mais correção monetária e cambial incorridos no ano, embora uma parcela seja vencível em períodos posteriores), de acordo com a metodologia recomendada pelas Nações Unidas.

Análise dos resultados

Administração pública

Resultado fiscal e primário por nível de governo

A análise dos indicadores de finanças públicas para o ano de 2001 aponta para a manutenção do esforço de ajuste fiscal consubstanciado no cumprimento da meta de superávit primário acordado entre o País e o FMI.

Esta tendência teve como marco a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal durante o ano de 2000 (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), que limitou o percentual constitucional de gastos de estados e municípios, impondo maior ajuste fiscal para outros níveis de governo, conforme *Regionalização das transações do setor público 2000: atividade de administração pública* (2003). O aumento da participação dos estados e municípios no resultado primário global confirma o papel que vem sendo exercido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, é importante citar o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, também como um dos responsáveis pelo aumento da arrecadação verificada nos dois últimos anos, seja para a arrecadação de contribuições, seja para a arrecadação de impostos pela Receita Federal (RELATÓRIO..., 2001).

O cumprimento da meta de superávit primário (que aumentou para 3,35% do PIB em 2001, contra os 3%, originalmente, estabelecidos) ocorreu apesar do baixo crescimento econômico

(1,42% foi o crescimento real do PIB). O ritmo da atividade econômica, em 2001, foi influenciado por uma conjuntura adversa. No cenário interno, a crise energética, iniciada em maio de 2001, implicou racionamento do fornecimento de energia para residências e empresas. Externamente, a crise argentina, iniciada em março de 2001, e a desaceleração da economia americana, agravada com o ataque terrorista de 11 de setembro, tiveram impacto sobre as exportações brasileiras e sobre o câmbio (SISTEMA..., 2002). A taxa de câmbio que era R\$ 1,95 por dólar no início do ano, alcançou R\$ 2,71, em outubro, e fechou o ano em R\$ 2,32, em dezembro¹.

Para impedir que o câmbio exercesse pressão sobre os preços internos, e visando a alcançar as metas fixadas para a inflação, o governo adotou uma rígida política monetária. A taxa referencial de juros Selic, que estava na casa de 15%, no início de 2001, passou para cerca de 19% no fim do ano².

A combinação de políticas monetária e fiscal restritivas conteve a alta dos preços e do câmbio, uma vez que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apesar de ter superado a meta inicial de 4%, em 2001, atingiu, no acumulado do ano, 7,67% e o câmbio recuou nos últimos meses de 2001.

Governo Federal

Com o aumento da meta de ajuste fiscal o governo federal atuou de modo a ajustar os gastos autorizados às efetivas expectativas de arrecadação, buscando a compatibilização entre receitas e despesas do Tesouro.

Em 2001, este superávit representou 1,61% do PIB, perfazendo um total de R\$ 18,0 bilhões. Entretanto, tal resultado não foi suficiente para financiar as despesas líquidas de juros, gerando um déficit fiscal de R\$ - 1,3 bilhão, ou seja, de - 0,12% do PIB (Tabela 3).

O aumento de R\$ 1,4 bilhão no superávit primário foi obtido, basicamente, através da elevação das receitas primárias do governo federal (Tabela 1), que tiveram, em 2001, um aumento de R\$ 35,8 bilhões. Este crescimento foi obtido através do aumento no pagamento de tributos e contribuições pelas empresas e pessoas privadas.

¹ Segundo dados das séries históricas do Departamento de Política Econômica - DEPEC, do Banco Central do Brasil. Considerando a taxa média de câmbio de 2001 (R\$ 2,35 por dólar) contra a de 2000 (R\$ 1,83 por dólar), a desvalorização do Real em relação ao dólar foi de 28,4%. Ver Séries temporais. Setor externo. Taxas de câmbio. Taxas administradas ou livres. Dólar americano (venda) - média de período. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Banco de Informações Econômicas e Financeiras. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port>>. Acesso em: out. 2004.

² Segundo dados das séries históricas do Departamento de Mercado Aberto - DEMAB, do Banco Central do Brasil. A taxa básica de juros foi de aproximadamente 17,5% ao longo dos 12 meses de 2001. Ver Séries temporais. Mercados financeiros e de capitais. Indicadores do mercado financeiro. Taxas de juros. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Banco de Informações Econômicas e Financeiras. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port>>. Acesso em: out. 2004.

Tabela 1 - Receitas e despesas primárias e resultado primário do Governo Federal - 2000-2001

Especificação	Valor (1 000 R\$)		Variação anual (%)
	2000	2001	
Receitas primárias	263 535 778	299 363 915	13,60
Receita Tributária	149 576 262	174 271 708	16,51
Contribuições para o INSS, PIS-PASEP e FGTS	83 674 179	94 638 075	13,10
Contribuições previdenciárias do servidor público	3 517 301	4 126 429	17,32
Demais receitas primárias	26 768 036	26 327 703	(-) 1,64
Despesas primárias	246 932 252	281 323 529	13,93
Despesas de custeio	55 030 950	57 879 716	5,18
Pessoal (1)	33 277 648	35 353 283	6,24
Despesa compras de bens e serviços	21 753 302	22 526 433	3,55
Despesas de capital fixo	5 616 896	6 541 031	16,45
Transferências Intergovernamentais	58 468 886	70 289 891	20,22
Transferências de assistência e previdência	122 483 946	139 839 720	14,17
Benefícios a servidores	25 431 667	31 024 088	21,99
Outras transferências de assistência e previdência (2)	97 052 279	108 815 632	12,12
Diversas transferências	2 918 060	3 546 649	21,54
Despesas com subsídios	2 413 514	3 226 522	33,69
Resultado primário do Governo Federal (3)	16 603 526	18 040 386	8,65

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Despesa de pessoal = pessoal civil e militar + obrigações patronais + impostos sobre a produção. (2) Outras transferências de assistência e previdência = Benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo INSS, saques do FGTS, abono do PIS-PASEP, seguro desemprego, despesas do SUS com a compra de serviços hospitalares aos hospitais credenciados, auxílio financeiro a estudantes, etc. (3) Resultado primário = receitas primárias - despesas primárias.

A receita tributária, que, em 2000, foi de R\$ 149,6 bilhões, foi de R\$ 174,3 bilhões, em 2001. No total da receita tributária (Tabela 1) foi excluída a arrecadação do PIS/PASEP porque esta foi apresentada junto com as contribuições para o FGTS e o INSS, pois financia as transferências de assistência e previdência com o pagamento do seguro-desemprego e o abono do PIS/PASEP. O acréscimo na arrecadação tributária de 16,51%, em relação ao ano anterior, deve-se aos seguintes fatores:

- a mudança na tributação do COFINS no setor de combustíveis e no setor automotivo gerou um aumento de R\$ 7,0 bilhões;
- o maior período de incidência da alíquota de 0,38% da CPMF, em 2001, fez com que a arrecadação dessa contribuição aumentasse R\$ 2,8 bilhões em relação à arrecadação de 2000;
- o aumento de R\$ 10,0 bilhões na arrecadação do imposto de renda foi praticamente todo ele explicado pelo aumento da arrecadação do imposto de renda retido na fonte - IRRF. O aumento de R\$ 9,1 bilhões na arrecadação do IRRF foi influenciado pela instabilidade financeira e cambial que levou a uma migração das aplicações financeiras para os fundos de renda fixa e para as operações de *swap*³ que estão sujeitas à tributação na fonte.

³ As operações de *swap* são operações financeiras que implicam na troca de um índice por outro como, por exemplo, a troca do índice de variação cambial por um atrelado à variação da taxa de juros. Em geral, estas operações são utilizadas para obter proteção em relação aos valores futuros de ativos ou passivos da empresa.

O valor arrecadado sob a forma de contribuições para o INSS, PIS-PASEP e FGTS apresentou, em 2001, um crescimento de R\$ 11,0 bilhões em relação à arrecadação do ano 2000. Deste total, R\$ 6,9 bilhões referem-se ao aumento da arrecadação do INSS, R\$ 2,4 bilhões são relativos ao aumento da arrecadação do FGTS e R\$ 1,7 bilhão deve-se ao aumento da arrecadação do PIS-PASEP.

Segundo o Ministério da Previdência e Assistência Social, o aumento nominal de 12,5% na arrecadação do INSS, em 2001, foi decorrente do aperfeiçoamento do sistema de arrecadação, da recuperação de créditos previdenciários e da ampliação do emprego formal, que cresceu em 2001⁴.

Em relação ao crescimento da arrecadação do FGTS, este foi influenciado pelas medidas legais implementadas em meados de 2001, aumentando a alíquota da contribuição dos empregadores sobre os salários e do percentual de indenização sobre as demissões sem justa causa. Estas medidas legais foram tomadas com o objetivo de fornecer recursos para o FGTS pagar o complemento de atualização monetária devida às contas mantidas no período de dezembro de 1988 a fevereiro de 1989 e durante o mês de abril de 1990.

O crescimento da arrecadação do PIS-PASEP está relacionado às mudanças na forma de tributação do PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) dos setores de combustíveis e automotivo, para evitar a elisão fiscal e a evasão no pagamento destes tributos.

O total arrecadado pelo governo federal através das demais receitas primárias sofreu uma pequena redução de R\$ 0,4 bilhão, alcançando, em 2001, o valor de R\$ 26,3 bilhões. Deste total destacam-se as receitas patrimoniais no valor de R\$ 11,8 bilhões, as receitas de transferências⁵ no valor de R\$ 9,0 bilhões e a receita obtida pela venda de bens e serviços no valor de R\$ 4,2 bilhões. Na receita patrimonial, com exceção da receita de concessões, todos os demais itens apresentaram crescimento em 2001, destacando-se o crescimento da renda da terra (R\$ 1,2 bilhão), na qual estão incluídos os recursos recebidos pelo governo federal a título de indenização pela utilização de recursos hídricos, minerais e *royalties* pela produção de petróleo e gás natural. A receita de dividendos apresentou crescimento de R\$ 1,1 bilhão. Este aumento da receita de dividendos está relacionado ao crescimento das remunerações recebidas pelo governo em função dos títulos mobiliários de companhias abertas de sua propriedade. A receita obtida pelo governo através de concessões e permissões foi de R\$ 4,4 bilhões, enquanto, em 2000, esta

⁴ De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego - PME, do IBGE, houve um crescimento de 3,05% na proporção de empregados com carteira de trabalho assinada, em 2001. Ver página da pesquisa no endereço: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/default.shtml>>. Acesso em: out. 2004. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério do Trabalho, corroboram este movimento, pois, em 2001, foram criados 591 mil empregos. O CAGED cobre o mercado de trabalho dentro do regime CLT. Ver informações no endereço: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/caged/default.asp>>. Acesso em: out. 2004.

⁵ Nas receitas de transferências recebidas pelo governo federal destacam-se as multas e juros de mora sobre tributos e contribuições arrecadadas pelo governo federal, a receita da dívida ativa não-tributária, etc.

receita foi de R\$ 5,2 bilhões. Este recuo de R\$ 0,8 bilhão da receita de concessões está relacionado à maior concentração de pagamentos das concessões e permissões na área de telecomunicações no ano de 2000. As receitas de transferências mantiveram-se estáveis enquanto as receitas com a venda de bens e serviços sofreram uma redução de R\$ 2,7 bilhões (Tabela 2).

Tabela 2 - Demais receitas primárias do Governo Federal - 2000-2001

Especificação	Valor (1 000 R\$)		Variação anual (%)
	2000	2001	
Demais receitas primárias	26 768 036	26 327 703	(-) 1,64
Receita patrimonial	10 216 652	11 750 314	15,01
Receita de aluguéis	247 526	269 182	8,75
Receita de dividendos	1 434 940	2 498 228	74,10
Renda da terra (1)	3 309 147	4 602 345	39,08
Receita de concessões e permissões	5 225 039	4 380 559	(-) 16,16
Receita da venda de bens e serviços	6 936 722	4 250 742	(-) 38,72
Receita de transferências	9 027 521	8 997 906	(-) 0,33
Receita de alienação de bens (2)	343 727	191 126	(-) 44,40
Resultado do Bacen	243 414	1 137 615	367,36

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Renda da terra = indenizações pela utilização de recursos hídricos, minerais, petróleo, xisto e gás natural (2) Na receita de alienação de bens foram excluídas as receitas de alienação de títulos mobiliários, pois não se considera que esta seja uma receita primária, mas sim uma receita financeira.

As despesas primárias (Tabela 1) também tiveram um crescimento expressivo (R\$ 34,4 bilhões), em 2001, ainda que menor que o aumento da receita. Este aumento dos gastos do governo federal devem-se, principalmente, ao aumento das despesas com transferências de assistência e previdência e das despesas de transferências para outras esferas de governo.

No que tange às despesas de transferência de assistência e previdência do governo federal - que incluem despesas com pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais do INSS, abono do PIS-PASEP, seguro-desemprego, saques do FGTS, compra de serviços hospitalares pelo Sistema Único de Saúde - SUS⁶, outras transferências a pessoas e despesas com o pagamento de benefícios previdenciários do funcionalismo - ocorreu, em 2001, um crescimento de 14,17% neste grupo de despesas, que alcançaram o montante de R\$ 139,8 bilhões.

Dentro deste item, as despesas com benefícios previdenciários dos servidores cresceram 21,99%, passando de R\$ 25,4 bilhões para R\$ 31,0 bilhões, em 2001. As outras transferências de assistência e previdência alcançaram, em 2000, o valor de R\$ 108,8 bilhões, enquanto, em 2001, estas despesas foram de R\$ 97,0 bilhões, o que implicou um aumento de 12,12%, neste item de despesa.

⁶ A maior parte dos gastos do SUS com o financiamento da saúde pública é realizada através de transferências fundo a fundo, ou seja, através de transferências do Fundo Nacional de Saúde - FNS para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, os quais têm a responsabilidade pela gestão destes recursos nos seus estados e municípios. Em virtude disto, estes gastos foram contabilizados no governo federal dentro do item transferências intergovernamentais onde estão alocadas todas as transferências de recursos da União para estados e municípios. Assim, no item outras transferências de assistência e previdência foram incluídos apenas os pagamentos diretos do FNS aos hospitais credenciados ao SUS pela prestação de serviços de saúde.

O déficit entre a arrecadação da contribuição previdenciária e o pagamento de benefícios de seguridade ao servidor público federal foi de R\$ 26,9 bilhões, em 2001, o que representou um aumento de R\$ 5,0 bilhões em relação ao déficit de 2000.

O déficit entre as contribuições para o INSS e o pagamento de aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais do INSS foi de R\$ 15,6 bilhões, em 2001, o que representou um crescimento de R\$ 3,9 bilhões em relação a 2000. As despesas do INSS com o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais cresceram 15,24% em termos nominais. Este crescimento do déficit foi provocado, principalmente, segundo o Ministério de Previdência Social, pelo reajuste de 19,2% no valor do salário mínimo (INFORME..., 2002).

Os saques do FGTS aumentaram em R\$ 2,6 bilhões em relação ao ano de 2000. Apesar deste aumento, o resultado entre a arrecadação e os saques do FGTS continuou sendo positivo. Em 2001, a arrecadação do FGTS em função dos aumentos das contribuições, acima citados, superaram, em R\$ 1,3 bilhão, os saques efetuados.

As despesas com transferências intergovernamentais, ou seja, despesas com transferências de recursos pelo governo federal para estados e municípios, cresceu 20,22%, em 2000, passando de R\$ 58,5 bilhões, em 2000, para R\$ 70,3 bilhões, em 2001. Este crescimento das transferências intergovernamentais superou o crescimento da arrecadação tributária (16,51%) do governo federal, em 2001. Isto pode ser explicado pelo crescimento das transferências para estados e municípios que não estão vinculadas à partilha da arrecadação tributária determinada pela Constituição. Entre estas transferências incluem-se as do SUS, as realizadas a título de cooperação, auxílio, ou mediante à realização de convênios.

As despesas primárias do governo federal totalizaram, em 2001, R\$ 281,3 bilhões, frente a uma receita primária de R\$ 299,4 bilhões, o que resultou em um superávit primário de R\$ 18,0 bilhões, equivalente a 1,61% do PIB. Em 2000, o superávit primário do governo federal havia sido de R\$ 16,6 bilhões, ou seja, 1,51% do PIB (Tabelas 2 e 3).

Estes resultados confirmam o esforço de equilíbrio nas contas públicas que vem sendo realizado pelo governo federal. Entre 1998 e 2001, o governo federal aumentou o superávit primário em 1,31% do PIB (Tabela 3).

Tabela 3 - Produto Interno Bruto - PIB e resultados fiscal e primário do Governo Federal - 1998- 2001

Ano	Resultados do Governo Federal				
	Valor (1 000 000 R\$)			Em % do PIB	
	PIB	Fiscal (1)	Primário (2)	Fiscal (1)	Primário (2)
1998	914 187	(-) 3 315	2 750	(-) 0,36	0,30
1999	973 846	1 214	12 946	0,12	1,33
2000	1 101 255	4 767	16 604	0,43	1,51
2001	1 118 422	(-) 1 330	18 040	(-) 0,12	1,61

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Resultado Fiscal = (total dos recursos - operações de crédito - alienação de bens móveis - amortização de empréstimos concedidos) - (total das despesas - amortização da dívida pública - inversões financeiras). (2) Resultado primário = resultado fiscal - [(receita de juros + outras receitas patrimoniais - renda da terra) - (despesa com juros da dívida pública)].

Apesar do aumento do superávit primário o resultado fiscal do governo federal, em 2001, foi negativo, apresentando um déficit de 0,12% do PIB. Diferentemente do resultado primário, o resultado fiscal leva em consideração não apenas as receitas e despesas primárias, mas também as receitas e despesas de juros do governo federal. A análise do comportamento das receitas e despesas financeiras explicam porque o superávit primário do governo não foi capaz de assegurar um superávit fiscal.

As receitas financeiras do governo totalizaram, em 2001, R\$ 329,7 bilhões, sendo que destas a maior parcela refere-se às operações de crédito do governo federal, que totalizaram R\$ 274,1 bilhões, em 2001. As receitas de operações de crédito são receitas que o governo capta no sistema financeiro através da colocação de títulos ou da obtenção de empréstimos para financiar o excesso de gastos primários sobre as receitas primárias, ou para financiar dívidas passadas e os seus encargos (juros, variação cambial, etc.).

As demais receitas financeiras, em ordem decrescente, foram: as receitas de juros no valor de R\$ 40,9 bilhões, as receitas obtidas com a venda de títulos mobiliários, no valor de R\$ 4,2 bilhões e as receitas de amortização de empréstimos concedidos pelo governo federal (financiamento agrícola, financiamento aos governos estaduais, etc.) no valor de R\$ 15,6 bilhões. Somando as receitas financeiras às receitas primárias, obtém-se o total de recursos orçamentários do governo federal que, em 2001, foi de R\$ 629,1 bilhões (Tabela 4).

As despesas financeiras que englobam as despesas com a dívida pública (juros, encargos e amortização da dívida interna e externa) e as inversões financeiras (concessão de empréstimos, aumento ou constituição de capital em empresas públicas ou de economia mista) totalizaram R\$ 356,0 bilhões. Deste total, as despesas com juros da dívida pública alcançaram, em 2001, R\$ 60,2 bilhões, representando um aumento de R\$ 12,5 bilhões em relação à despesa deste item, em 2000 (Tabela 4).

Tabela 4 - Recursos, despesas e superávit orçamentários do Governo Federal - 2000-2001

Especificação	Valor (1 000 R\$)		Participação (%)	
	2000	2001	2000	2001
Total de recursos orçamentários	674 094 925	629 105 659	100,00	100,00
Receitas primárias	263 535 778	299 363 915	39,09	47,59
Receitas financeiras	410 559 147	329 741 744	60,91	52,41
Juros (1)	35 919 545	40 857 859	5,33	6,49
Alienação de bens móveis (títulos mobiliários)	14 371 892	4 156 894	2,13	0,66
Amortização de empréstimos concedidos	12 332 822	15 680 036	1,83	2,49
Operações de crédito (interna e externa)	347 934 888	269 046 955	51,62	42,77
Total de despesas orçamentárias	647 701 574	637 350 320	100,00	100,00
Despesas primárias	246 932 252	281 323 529	38,12	44,14
Despesas financeiras	400 769 322	356 026 791	61,88	55,86
Juros da dívida interna e externa	47 756 412	60 227 921	7,37	9,45
Inversões financeiras	10 937 567	21 648 238	1,69	3,40
Amortização da dívida pública (interna e externa)	342 075 343	274 150 632	52,81	43,01
Superávit orçamentário (2)	26 393 351	(-) 8 244 661	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Juros = Receita de juros + Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional + (Outras receitas patrimoniais - renda da terra). (2) Superávit orçamentário = total de recursos orçamentários - total de despesas orçamentárias.

Este crescimento da despesa de juros deve-se ao aumento da taxa de juros Selic implementado para conter o processo inflacionário e a desvalorização do real ocorrida ao longo de 2001.⁷ Em função deste crescimento, as despesas com juros superaram em R\$ 19,4 bilhões as receitas de juros (remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, remuneração de depósitos bancários, juros de títulos de renda, outros rendimentos de aplicações financeiras, etc) do governo federal. Este valor foi superior em R\$ 1,3 bilhão ao superávit primário obtido pelo governo, gerando assim um déficit fiscal.

Governo Estadual

No ano de 2001, o governo estadual teve o melhor desempenho fiscal no período analisado, registrando superávit fiscal e primário (Tabela 5). O ano de 2000 já apontava essa recuperação das contas estaduais. Essa melhora deve-se à Medida Provisória nº 1.816, de 18 de março de 1999 e suas reedições, à Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999, assim como aos Acordos de Renegociação de Dívida dos governos estaduais e ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. Através do REFIS, os estados concedem às empresas que regularizam a sua dívida com o fisco estadual perdão de multas e juros de mora e o parcelamento dos tributos em atraso.

Dentre os objetivos da política fiscal executada pelos estados em 2001, merecem destaque a manutenção do esforço em busca do equilíbrio das contas públicas, através da contenção das despesas e o aumento da arrecadação.

Tabela 5 - Produto Interno Bruto - PIB e resultados fiscal e primário dos Governos Estaduais - 1998-2001

Ano	Resultados dos Governos Estaduais				
	Valor (1 000 000 R\$)			Em % do PIB	
	PIB	Fiscal (1)	Primário (2)	Fiscal (1)	Primário (2)
1998	914 187	(-) 9 998	(-) 6 873	(-) 1,09	(-) 0,75
1999	973 846	(-) 688	3 426	(-) 0,07	0,35
2000	1 101 255	390	4 208	0,04	0,38
2001	1 118 422	2 783	7 534	0,25	0,67

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Resultado Fiscal = (total dos recursos - operações de crédito - alienação de bens móveis - amortização de empréstimos concedidos) - (total das despesas - amortização da dívida pública - inversões financeiras). (2) Resultado primário = resultado fiscal - [(receita de juros + outras receitas patrimoniais - renda da terra) - (despesa com juros da dívida pública)].

Pelo lado da receita, a arrecadação tributária dos governos estaduais aumentou 15,32%, em 2001, devido, principalmente, ao crescimento de 14,35% da arrecadação do ICMS, gerando uma receita adicional de R\$ 11,7 bilhões, em 2001. Este desempenho foi fortemente influenciado pela manutenção do programa de concessão de anistia nas multas e juros de mora para os contribuintes que pagassem seus débitos com o ICMS (Tabela 6).

⁷ Segundo o Banco Central do Brasil, em dezembro de 2001, 28,6% dos títulos públicos federais emitidos eram indexados ao câmbio e 52,8% eram indexados a Selic. Ver *Boletim do Banco Central do Brasil* (2002).

As receitas de transferências intergovernamentais, nas quais estão incluídas as transferências de recursos arrecadados pelo governo federal que são constitucionalmente partilhadas com os estados, assim como as transferências de recursos do SUS e aquelas provenientes de convênios ou cooperação entre as esferas, cresceram 20,52%, no ano de 2001, correspondendo a um aumento de R\$ 6,3 bilhões nos recursos dos Tesouros Estaduais.

No ano de 2001, verifica-se, também, um acréscimo de R\$ 0,9 bilhão nas contribuições para previdência do servidor público, que passaram para R\$ 7,0 bilhões. Este crescimento é fruto da reforma do sistema previdenciário estadual com a criação de fundos previdenciários para viabilizar o custeio da previdência do funcionalismo público estadual.

A receita patrimonial e as receitas de vendas de bens e de serviços dos governos estaduais apresentaram redução em 2001, mas a sua participação na receita primária dos estados é relativamente reduzida, de forma que o total de receitas primárias dos governos estaduais apresentou um crescimento nominal, em 2001, de 15,0%, o que representou R\$ 21,2 bilhões acima do valor da receita primária dos estados, em 2000.

Este crescimento das receitas primárias foi em parte compensado pelo aumento das despesas primárias. As despesas de custeio apresentaram crescimento no ano de 2001 de 12,67%, representando um aumento de R\$ 8,4 bilhões. Deste crescimento de R\$ 8,4 bilhões, as despesas de pessoal contribuíram com R\$ 5,6 bilhões e a compra de bens e serviços R\$ 2,8 bilhões (Tabela 6). As despesas com investimento no ano de 2001 apresentaram crescimento de 35,20% em relação a 2000, totalizando R\$ 11,3 bilhões.

As despesas com transferências intergovernamentais aumentaram 15,71%, em 2001, impulsionadas pelo crescimento da arrecadação do ICMS e do IPVA.⁸ As demais despesas de transferências apresentaram pequeno crescimento. As despesas com transferências de assistência e previdência dos governos estaduais, nas quais se incluem o pagamento de benefícios aos servidores estaduais (aposentadorias, pensões, pecúlio, auxílio-funeral, etc.) e outras transferências às pessoas (auxílio financeiro a estudantes e outros programas assistenciais de transferência de renda às famílias), aumentaram 8,34% ou R\$ 2,2 bilhões em relação a 2000. As despesas com subsídios do governo estadual mantiveram-se no mesmo patamar (R\$ 0,6 bilhão) da despesa em 2000.

As despesas primárias dos governos estaduais apresentaram um crescimento de R\$ 17,9 bilhões, totalizando R\$ 155,0 bilhões, em 2001, no entanto, as receitas primárias aumentaram em R\$ 21,2 bilhões, de forma que o resultado primário dos governos estaduais cresceu R\$ 3,3 bilhões, durante o ano de 2001, totalizando 7,5 bilhões.

⁸ Segundo a Constituição Federal de 1988, 25% da arrecadação do ICMS e 50% da arrecadação do IPVA pertencem aos governos municipais.

Tabela 6 - Receitas e despesas primárias e resultado primário dos Governos Estaduais - 2000-2001

Especificação	Valor (1 000 R\$)		Variação anual (%)
	2000	2001	
Receitas primárias	141 332 431	162 549 989	15,01
Receita Tributária	89 870 691	103 634 859	15,32
ICMS	81 428 236	93 109 702	14,35
Contribuições previdenciárias do servidor público	6 075 661	6 969 979	14,72
Receita patrimonial (1)	496 896	428 507	(-) 13,76
Receita da venda de bens e serviços	4 659 480	4 576 443	(-) 1,78
Receita de transferências intergovernamentais	30 591 659	36 869 658	20,52
Receita de diversas transferências	9 566 055	9 852 844	3,00
Receita de alienação de bens imóveis	71 989	217 699	202,41
Despesas primárias	137 123 973	155 015 502	13,05
Despesas de custeio	66 153 107	74 533 505	12,67
Pessoal (2)	45 411 992	50 991 142	12,29
Despesa compras de bens e serviços	20 741 115	23 542 363	13,51
Despesas de capital fixo	8 392 635	11 346 660	35,20
Transferências Intergovernamentais	26 335 570	30 472 149	15,71
Transferências de assistência e previdência (3)	26 501 038	28 711 466	8,34
Diversas transferências	9 145 689	9 303 348	1,72
Despesas com subsídios	595 934	648 374	8,80
Resultado primário do Governo Estadual (4)	4 208 458	7 534 487	79,03

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Excluiu-se da receita patrimonial, as receitas de juros e outras receitas patrimoniais, pois estas são consideradas receitas financeiras. (2) Despesa de pessoal = pessoal civil e militar + obrigações patronais + impostos sobre a produção. (3) Transferências de assistência e previdência incluem o pagamento de benefícios previdenciários aos servidores públicos estaduais e as despesas com outras transferências a pessoas, como por exemplo, auxílio financeiros a estudantes, etc. (4) Resultado primário = receitas primárias - despesas primárias.

O superávit primário de R\$ 7,5 bilhões gerado pelos governos estaduais, em 2001, foi superior ao pagamento das despesas líquidas de juros (despesas - receita de juros) registradas nos balanços orçamentários dos governos estaduais. Os governos estaduais pagaram R\$ 9,1 bilhões de despesas de juros e arrecadaram R\$ 4,3 bilhões de juros de remunerações de depósitos bancários e aplicações financeiras, em 2001, de forma que o resultado fiscal dos estados, em 2001, ficou positivo em R\$ 2,8 bilhões.

Com a ampliação do superávit primário os governos estaduais reduziram a necessidade de obtenção de recursos do mercado para financiar a rolagem de títulos públicos estaduais. Neste sentido, houve uma expressiva redução da receita de operações de crédito dos governos estaduais que, no ano de 2001, totalizaram R\$ 1,8 bilhão frente a uma receita de operações de crédito de R\$ 3,1 bilhões, no ano 2000.

É importante lembrar que os esforços dos governos estaduais buscando o equilíbrio das contas públicas devem-se, principalmente, ao Programa de Estabilização Fiscal que estabeleceu metas de superávit primário para o setor público e a regulamentação da Lei Camata que fixou os limites para a despesa de pessoal.

Governo Municipal

Os governos municipais ampliaram o seu superávit primário, em 2001, alcançando o valor de R\$ 5,6 bilhões ou 0,50% do PIB.

Tabela 7 - Produto Interno Bruto - PIB e resultados fiscal e primário dos Governos Municipais - 1998-2001

Ano	Resultados do Governos Municipais				
	Valor (1 000 000 R\$)			Em % do PIB	
	PIB	Fiscal (1)	Primário (2)	Fiscal (1)	Primário (2)
1998	914 187	(-) 810	420	(-) 0,09	0,05
1999	973 846	1 619	2 342	0,17	0,24
2000	1 101 255	1 618	2 071	0,15	0,19
2001	1 118 422	5 344	5 584	0,48	0,50

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Resultado Fiscal = (total dos recursos - operações de crédito - alienação de bens móveis - amortização de empréstimos concedidos) - (total das despesas - amortização da dívida pública - inversões financeiras). (2) Resultado primário = resultado fiscal - [(receita de juros + outras receitas patrimoniais - renda da terra) - (despesa com juros da dívida pública)].

Este aumento da contribuição dos governos municipais no esforço de ajuste fiscal foi possível pelo aumento nominal de 16,1%, ou de R\$ 13,2 bilhões na sua receita primária. A maior parcela deste aumento da receita primária municipal refere-se ao aumento da receita de transferências recebidas pelos municípios das demais esferas de governo (federal e estadual). As receitas de transferências intergovernamentais, que constituem a principal fonte de receita dos governos municipais, cresceram R\$ 10,4 bilhões em função do aumento da arrecadação dos governos federal e estaduais⁹, e também em função da crescente formalização de convênios entre os municípios e as demais esferas de governo, para a prestação de serviços públicos às comunidades locais (descentralização na prestação dos serviços públicos).

O restante do aumento da receita primária municipal deve-se ao aumento da arrecadação de tributos municipais (R\$ 2,6 bilhões) entre os quais destacam-se o ISS e o IPTU, que juntos responderam pelo incremento de R\$ 1,4 bilhão na arrecadação tributária dos municípios (Tabela 8).

O aumento do resultado primário dos governos municipais foi consequência de um crescimento relativamente menor de suas despesas primárias em comparação à variação nas suas receitas primárias (Tabela 8).

As despesas primárias municipais se expandiram em 12,1%, em 2001. Dentre as despesas primárias, destacam-se o crescimento das despesas com pessoal em 24,05%, das despesas com a compra de bens e serviços, em 8,36%, e das despesa com transferências de assistência e previdência, em 15,82%.

⁹ Segundo a Constituição Federal de 1988, 25% do ICMS e 50% do IPVA arrecadados pelos governos estaduais devem ser transferidos aos municípios e 22,5% da arrecadação federal com o IPI e com o IR e 50% da arrecadação do ITR devem ser transferidos aos governos municipais.

Tabela 8 - Receitas e despesas primárias e resultado primário do Governo Municipal - 2000-2001

Especificação	Valor (1 000 R\$)		Variação anual (%)
	2000	2001	
Receitas primárias	82 484 515	95 725 612	16,05
Receita Tributária	16 232 444	18 807 171	15,86
ISS	6 744 653	7 499 516	11,19
IPTU	5 890 386	6 576 114	11,64
Contribuições previdenciárias do servidor público	1 266 922	1 810 073	42,87
Receita patrimonial (1)	89 136	237 572	166,53
Receita da venda de bens e serviços	2 533 010	3 625 234	43,12
Receita de transferências intergovernamentais	54 280 798	64 659 074	19,12
Receita de diversas transferências	7 913 386	6 514 734	(-) 17,67
Receita de alienação de bens imóveis	168 818	71 754	(-) 57,50
Despesas primárias	80 413 793	90 141 884	12,10
Despesas de custeio	61 619 643	71 694 267	16,35
Pessoal (2)	31 374 641	38 921 471	24,05
Despesa compras de bens e serviços	30 245 002	32 772 796	8,36
Despesas de capital fixo	9 177 120	8 608 736	(-) 6,19
Transferências de assistência e previdência (3)	5 086 859	5 891 566	15,82
Diversas transferências	4 206 381	3 647 553	(-) 13,29
Despesas com subsídios	323 789	299 762	(-) 7,42
Resultado primário do Governo Municipal)4)	2 070 722	5 583 728	169,65

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Excluiu-se da receita patrimonial, as receitas de juros e outras receitas patrimoniais, pois estas são consideradas receitas financeiras. (2) Despesa de pessoal = pessoal civil e militar + obrigações patronais + impostos sobre a produção. (3) Transferências de assistência e previdência incluem o pagamento de benefícios previdenciários aos servidores públicos estaduais e as despesas com outras transferências a pessoas, como por exemplo, auxílio financeiro a estudantes, etc. (4) Resultado primário = receitas primárias - despesas primárias.

Entre as despesas primárias que apresentaram redução, em 2001, destacam-se as despesas de investimento, refletidas no item despesa de capital fixo, que tiveram uma redução de 6,19%, as despesas de subsídios que se reduziram em 7,42%, e as despesas com diversas transferências, nas quais se incluem as subvenções sociais às instituições sem fins lucrativos (clubes esportivos, associações, etc) e subvenções de capital às empresas públicas, que diminuíram em 13,29%. Em conjunto, estes três itens de despesas representaram uma redução de R\$ 1,2 bilhão na despesa primária. A redução das despesas de investimento pode ser explicada pela base de comparação elevada. Em 2000, ano de eleições municipais, as despesas de investimento da esfera municipal totalizaram R\$ 9,2 bilhões, enquanto os estados investiram R\$ 8,4 bilhões, e o governo federal R\$ 5,6 bilhões.

Em função deste comportamento, a despesa primária expandiu-se em R\$ 9,7 bilhões enquanto a receita primária ampliou-se em R\$ 13,2 bilhões, gerando um aumento de R\$ 3,5 bilhões no superávit primário dos governos municipais, em 2001.

Já as despesas com o pagamento de juros e amortização da dívida pública aumentaram em 46,34%, passando de R\$ 2,3 bilhões, em 2000, para R\$ 3,4 bilhões, em 2001. Deste total, as despesas com juros foram de R\$ 1,3 bilhão, em 2000, e R\$ 1,8 bilhão, em 2001.

Apesar do aumento de R\$ 0,5 bilhão nas despesas de juros dos governos municipais, a ampliação de R\$ 3,5 bilhões do superávit primário foi mais

que suficiente para compensar este aumento. Assim, o superávit fiscal dos governos municipais foi superior em valor ao de 2000, alcançando o montante de R\$ 5,3 bilhões (Tabela 7).

Governo consolidado (Federal, Estadual e Municipal)

Como se observa das análises dos governos federal, estadual e municipal (Tabela 9) o esforço de ajuste fiscal realizado, em 2001, traduziu-se em superávits primário e fiscal do governo consolidado, de respectivamente, 2,79% e 0,61% do PIB.

**Tabela 9 - Produto Interno Bruto - PIB e resultados fiscal e primário dos
Governo Consolidado da União, Estados e Municípios - 1998-2001**

Ano	Resultados do Governo Consolidado da União, Estados e Municípios				
	Valor (1 000 000 R\$)			Em % do PIB	
	PIB	Fiscal (1)	Primário (2)	Fiscal (1)	Primário (2)
1998	914 187	(-) 14 123	(-) 3 703	(-) 1,54	(-) 0,40
1999	973 846	2 145	18 714	0,22	1,92
2000	1 101 255	6 775	22 883	0,62	2,08
2001	1 118 422	6 798	31 158	0,61	2,79

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Resultado Fiscal = (total dos recursos - operações de crédito - alienação de bens móveis - amortização de empréstimos concedidos) - (total das despesas - amortização da dívida pública - inversões financeiras). (2) Resultado primário = resultado fiscal - [(receita de juros + outras receitas patrimoniais - renda da terra) - (despesa com juros da dívida pública)].

Conforme pode-se verificar na Tabela 10, a desvalorização cambial e o aumento da taxa referencial de juros no ano de 2000 tiveram como efeito o aumento de aproximadamente R\$ 8,2 bilhões da despesa líquida com juros do governo consolidado. A taxa referencial de juros (Selic) iniciou o ano de 2001 projetando uma taxa anual de 15,49% e finalizou em dezembro projetando uma taxa de 19,05% ao ano.¹⁰ Já a taxa de câmbio, que em janeiro de 2001 era de R\$ 1,97/US\$, alcançou em outubro a cotação de R\$ 2,71/US\$, sofrendo uma progressiva depreciação nos últimos dois meses do ano, quando alcançou a cotação de R\$ 2,32/US\$.¹¹

Este comportamento das taxas de câmbio e de juros teve um efeito negativo sobre as contas públicas, aumentando as despesas com juros do governo consolidado em R\$ 14,5 bilhões quando comparado com as despesas de juros, em 2000. As despesas de juros do governo consolidado foram, em 2001, de R\$ 71,2 bilhões, enquanto em 2000 estas despesas foram de R\$ 56,7 bilhões. No entanto, este aumento das despesas de juros foi em parte compensado pelo aumento de R\$ 6,2 bilhões das receitas de juros que, em 2001, foram de aproximadamente R\$ 46,8 bilhões, frente a uma receita de R\$ 40,6 bilhões, em 2000.

¹⁰ Ver Séries temporais. Mercados financeiros e de capitais. Indicadores do mercado financeiro. Taxas de juros. Selic acumulada no mês anualizada. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Banco de Informações Econômicas e Financeiras. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port>>. Acesso em: out. 2004.

¹¹ Ver Séries temporais. Setor externo. Taxas de câmbio. Taxas administradas ou livres. Dólar americano (venda) – média de período. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Banco de Informações Econômicas e financeiras. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port>>. Acesso em: outubro de 2004.

Tabela 10 - Despesa líquida com juros dos Governos Consolidado, Federal, Estadual e Municipal - 1998-2001

Ano	Despesa líquida com juros (1 000 000 R\$) (1)			
	Consolidado	Federal	Estadual	Municipal
1998	10 420	6 065	3 125	1 231
1999	16 571	11 733	4 115	723
2000	16 108	11 837	3 819	453
2001	24 360	19 370	4 751	239

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Despesa líquida com juros = despesa com juros - (receita de juros + outras receitas patrimoniais).

Tabela 11 - Recursos, despesas e superávit orçamentários dos Governos Federal, Estadual e Municipal - 2000-2001

Especificação	Valor (1 000 R\$)		Participação (%)	
	2000	2001	2000	2001
Total de recursos orçamentários	916 144 645	897 558 069	100,00	100,00
Receitas primárias (1)	487 138 077	557 639 516	53,17	62,13
Receitas financeiras	429 006 568	339 918 553	46,83	37,87
Juros	40 606 442	46 847 208	4,43	5,22
Alienação de bens móveis (títulos mobiliários)	23 643 933	5 469 738	2,58	0,61
Amortização de empréstimos concedidos	13 031 436	16 317 933	1,42	1,82
Operações de crédito (interna e externa)	351 724 757	271 283 674	38,39	30,22
Total de despesas orçamentárias	886 120 103	902 313 799	100,00	100,00
Despesas primárias (1)	464 470 018	526 480 915	52,42	58,35
Despesas financeiras	421 650 086	375 832 884	47,58	41,65
Juros da dívida interna e externa	56 714 546	71 207 928	6,40	7,89
Inversões financeiras	14 787 994	23 932 831	1,67	2,65
Amortização da dívida pública (interna e externa)	350 147 546	280 692 125	39,51	31,11
Superávit Orçamentário (2)	30 024 541	(-) 4 755 730	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Incluem as transferências intergovernamentais. (2) Superávit orçamentário = total de recursos orçamentários - total de despesas orçamentárias

Este aumento da receita de juros é explicado pelo fato dos governos federal, estadual e municipal aplicarem as suas disponibilidades (defasagem temporal entre o momento da arrecadação e o momento de pagamento das despesas) no mercado financeiro, sendo remunerados a taxas praticadas no mercado financeiro. Parte do efeito negativo do aumento da taxa de juros é compensado, desse modo, pelo aumento da receita de juros dos Tesouros públicos. Este processo é particularmente significativo no caso do governo federal que tem as suas disponibilidades remuneradas pelo Banco Central do Brasil a taxas semelhantes às que o Tesouro paga ao mercado financeiro na emissão dos títulos federais.

Em que pese esses resultados positivos obtidos pelas três esferas de governo, no ano de 2001, é necessário que o esforço de ajuste fiscal prossiga nos próximos anos, para que as despesas com a amortização da dívida e com os pagamentos de juros se reduzam no futuro.

Empresas públicas

A atividade empresarial do governo é desempenhada por dois grupos de empresas. O primeiro grupo abrange 256 empresas não-financeiras das esferas federal, estadual e dos municípios das capitais, exercendo uma gama variada de atividades econômicas. No segundo grupo, encontram-se as empresas financeiras, como os bancos federais - Banco do Brasil S.A., Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco da Amazônia S.A. e Banco do Nordeste do Brasil S.A. - o Instituto de Resseguros do Brasil, os bancos estaduais comerciais e de desenvolvimento, as caixas econômicas estaduais e as companhias seguradoras dos governos estaduais. O universo das empresas financeiras é composto de 53 instituições.

A análise dos resultados do ano de 2002 mostra o tamanho da atividade empresarial do governo federal, dos estados e municípios, relacionando as variáveis desta pesquisa àquelas estimadas para as contas nacionais brasileiras, como formação bruta de capital fixo e gastos com pessoal. Por outro lado, pode-se analisar a estrutura da receita e da despesa por natureza e atividade econômica. No caso das empresas federais, observa-se que as atividades Financeira, Indústria de Transformação, Energia e Comércio continuam sendo as mais importantes em todas as regiões. Em relação às empresas estaduais e municipais, também, não houve alterações, continuando as atividades Financeira, Energia, Serviços de Utilidade Pública e Transporte como as mais importantes. Esta análise apresenta ainda indicadores de resultado operacional e uma *proxy* capacidade/necessidade de financiamento - total das receitas menos o total das despesas - com o intuito de inferir o impacto da atividade empresarial do governo nos resultados da política de ajuste fiscal, implementada pelo governo.

Finalmente, está contemplado também o papel dos subsídios nas atividades empresariais, incluídas no universo da pesquisa, sendo, ainda, apresentada, uma rápida abordagem sobre o processo de privatização.

Receitas

Os resultados de 2002, por estrutura da receita, por atividade econômica e por nível de governo, não apresentam grandes diferenças em relação aos resultados de 2001.

Tomando a receita total como medida da importância relativa das empresas públicas do governo federal (EPU_{F}) e dos governos estaduais e municipais (EPU_{E+M}) no total das empresas públicas dos três níveis de governo (EPU), verifica-se na Tabela 12 que as EPU_{F} foram bem mais significativas que as EPU_{E+M} ¹², representando, em 2001, respectivamente 91,87% e 8,13%.

¹² Embora a atividade empresarial do governo seja desempenhada tanto por empresas públicas como por sociedades de economia mista e autarquias com atividade empresarial, o termo "empresa pública" (EPU) é utilizado ao longo do texto no sentido mais amplo, isto é, abrangendo as três modalidades de constituições jurídicas.

Tabela 12 - Participação da receita total das empresas públicas federais, estaduais e municipais no total das empresas públicas - 1997- 2002

Ano	Participação da receita total das empresas públicas (%)		
	Total	Federal	Estadual e Municipal
1997	100,00	67,50	32,50
1998	100,00	77,20	22,80
1999	100,00	85,10	14,90
2000	100,00	75,24	24,76
2001	100,00	86,33	13,67
2002	100,00	91,87	8,13

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

As Tabelas 13 e 14 mostram a estrutura da receita total das empresas públicas. Quanto à natureza, as receitas se classificam em dois grandes grupos: receitas operacionais e receitas não-operacionais. A participação das receitas operacionais na receita total foi de 94,26% para as EPU_F e de 92,64% para as EPU_{E+M}.

As outras fontes de receita das empresas governamentais são as vendas de bens e serviços com 24,38%, as intermediações financeiras, o item mais importante na composição da receita total das EPU_F (69,73%) das receitas operacionais, os subsídios (0,15%) e as receitas não-operacionais (5,74%). Os subsídios são destinados principalmente à cobertura de déficits operacionais decorrentes de políticas de preços e tarifas. Embora pouco significativos em termos agregados, os subsídios foram importantes para algumas atividades. As receitas não-operacionais, que além das receitas financeiras, incluem os dividendos, ganhos sobre venda de ativos de capital, dentre outras, tornaram-se relativamente mais importantes como fonte de recursos.

Tabela 13 - Estrutura da receita total das empresas públicas federais, segundo a natureza econômica - 1997-2002

Natureza econômica	Estrutura da receita total das empresas públicas federais (%)					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Receita total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Operacional	88,51	89,27	92,43	91,88	92,58	94,26
Vendas de bens e serviços	43,00	30,59	23,31	48,40	39,04	24,38
Intermediação financeira	45,05	58,27	68,89	43,16	53,26	69,73
Subsídios	0,46	0,40	0,23	0,32	0,28	0,15
Não-operacional	11,49	10,73	7,57	8,12	7,42	5,74

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: As diferenças apresentadas entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

As estruturas das receitas operacionais das EPU_{E+M} diferem daquelas apresentadas pelas EPU_F. Enquanto a participação das receitas de intermediação financeiras atinge apenas 19,05%, a de vendas de bens e serviços chega a 71,96%. Isso se deve à pequena quantidade de instituições financeiras estatais.

Tabela 14 - Estrutura da receita total das empresas públicas estaduais e municipais, segundo a natureza econômica - 1997-2002

Natureza econômica	Estrutura da receita total das empresas públicas estaduais e municipais (%)					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Receita total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Operacional	88,75	92,45	91,77	94,58	91,01	92,64
Vendas de bens e serviços	46,38	50,94	55,16	58,99	69,64	71,96
Intermediação financeira	41,23	40,52	35,36	34,66	19,80	19,05
Subsídios	1,14	1,00	1,25	0,93	1,57	1,64
Não-operacional	11,25	7,65	8,23	5,42	8,99	7,36

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: As diferenças apresentadas entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

No tocante à atividade econômica, a atividade empresarial do governo é classificada em nove grupos: mineração, indústria de transformação, serviços de utilidade pública, energia, transporte, comunicações, financeira, comércio e diversos¹³.

Embora classificadas em nove grupos, as empresas federais se concentram em apenas quatro grupos que, em conjunto, geraram em torno de 97% da receita total das EPU_F, de acordo com a Tabela 15.

A atividade mais importante das EPU_F foi a Financeira (73,11%), em razão do grande número de bancos federais.

A atividade Indústria de Transformação ocupa o segundo lugar, com uma representatividade de 14,70% na receita total das EPU_F. Grande parte de seu peso é explicado pelo fato de as empresas de grande porte, como a Petróleo Brasileiro S.A. e Petrobras Química S.A., estarem classificadas nesta atividade.

Tabela 15 - Receita total das empresas públicas federais, segundo a atividade econômica - 1997-2002

Atividade econômica	Receita total das empresas públicas federais (%)					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Mineração	0,16	0,20	0,13	0,26	0,43	0,53
Indústria da transformação	16,58	15,45	12,45	29,68	24,15	14,70
Serviços de utilidade pública	0,08	0,08	0,04	0,06	0,07	0,03
Energia	7,32	6,37	5,21	8,48	8,28	4,75
Transporte	1,68	2,40	1,18	1,90	1,37	0,84
Comunicações	16,71	1,72	1,10	1,89	1,61	1,12
Financeira	49,52	66,28	74,17	47,34	56,01	73,11
Comércio	6,24	5,80	4,44	8,30	6,78	4,14
Diversos	1,72	1,69	1,28	2,09	1,30	0,79

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: As diferenças apresentadas entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

¹³ Listagem contendo a classificação das empresas federais, estaduais e municipais, segundo a atividade econômica pode ser encontrada na publicação *Regionalização das transações do setor público: atividade empresarial do governo*, v. 2: 1995 -1998 (2000).

As empresas estaduais e municipais se concentram praticamente em quatro atividades econômicas: Financeira (21,54%), Energia (42,82%), Serviços de Utilidade Pública (26,49%) e Transporte (4,50%), que representaram quase 96% da receita total das EPU_{E+M}, como mostra a Tabela 5. Na atividade Financeira, encontram-se os bancos, as caixas econômicas e as companhias de seguro dos governos estaduais. Na atividade Energia, estão classificadas as concessionárias estaduais distribuidoras de energia elétrica. Os Serviços de Utilidade Pública incluem uma gama variada de empresas estaduais e municipais que prestam serviços diretamente ao público, destacando-se as companhias de saneamento, tratamento e distribuição de água e de gás. A atividade de Transporte inclui os serviços de transporte urbano de massa, administração de terminais rodoviários e companhias de navegação.

Tabela 16 - Receita total das empresas públicas estaduais e municipais, segundo a atividade econômica - 1997-2002

Atividade econômica	Receita total das empresas públicas estaduais e municipais (%)					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Mineração	0,05	0,06	0,11	0,09	0,11	0,13
Indústria da transformação	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01
Serviços de utilidade pública	11,09	17,14	18,57	16,66	26,16	26,49
Energia	37,29	32,05	34,40	25,92	43,16	42,82
Transporte	3,16	2,99	3,42	2,80	4,54	4,50
Comunicações	1,53	0,01	0,30	0,29	0,42	0,45
Financeira	44,39	44,60	39,43	51,26	21,95	21,54
Comércio	0,41	0,48	0,65	0,55	0,57	0,62
Diversos	2,07	2,64	3,10	2,42	3,08	3,43

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: As diferenças apresentadas entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Despesas

As despesas da atividade empresarial do governo encontram-se classificadas em cinco grupos, segundo a natureza econômica: despesas operacionais; despesas não-operacionais; imposto de renda; dividendos e outras distribuições e despesas de capital. Tanto para as empresas federais como para as estaduais e municipais, as despesas operacionais representam a parcela mais significativa na composição da despesa total, pois referem-se aos gastos diretos com a produção dos bens e serviços vendidos e prestados pelas empresas.

As despesas operacionais das EPU_E representaram 88,02% da despesa total. As despesas não-operacionais, somadas ao imposto de renda pago, aos dividendos distribuídos e às despesas de capital ficaram em 11,98%, como apresentado na Tabela 17

Os gastos com pessoal, que incluem salários e ordenados brutos, encargos sociais e trabalhistas, como as contribuições da empresa ao INSS, FGTS e previdência privada, representaram 3,50% da despesa total. O consumo de bens e serviços destinados ao processo produtivo representou 10,98% e os impostos que incidem sobre a produção 5,16%.

Tabela 17 - Estrutura da despesa total das empresas públicas federais, segundo a natureza econômica - 1997-2002

Natureza econômica	Estrutura da despesa total das empresas públicas federais (%)					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Despesa total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Despesas operacionais	80,43	86,77	88,30	79,15	83,07	88,02
Pessoal	12,90	10,13	5,62	7,36	5,28	3,50
Consumo de bens e serviços	19,41	15,55	11,62	23,18	18,46	10,98
Intermediação financeira	35,52	49,91	62,96	35,36	49,00	66,53
Impostos sobre produção	9,85	7,97	4,85	9,48	7,95	5,16
Outras despesas operacionais	2,75	3,21	3,25	3,77	2,38	1,84
Despesas não-operacionais e outras	19,57	13,23	11,70	20,85	16,93	11,98

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: As diferenças apresentadas entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

A estrutura da despesa das EPU_{E+M} difere daquela encontrada para as EPU_F principalmente porque a função de produção das empresas estaduais e municipais é geralmente mais intensiva em mão-de-obra do que a das empresas federais. Essa diferença pode ser explicada, em grande parte, pelo tipo de atividade desempenhada pelas diversas esferas de governo. As atividades mais intensivas em capital, como geração de energia elétrica, por exemplo, são executadas preponderantemente pelas empresas federais, enquanto a sua distribuição, inclusive o atendimento direto ao consumidor, são serviços intensivos em mão-de-obra e providos pelas empresas estaduais e municipais. Outras atividades, como Transporte e Serviços de Utilidade Pública, também requerem maiores contingentes de pessoal e são de responsabilidade das empresas estaduais e municipais.

As despesas operacionais das EPU_{E+M} representaram 65,96% da despesa total. As despesas não-operacionais, mais o imposto de renda, os dividendos e as despesas de capital acusaram participações de 34,04%, de acordo com o demonstrado na Tabela 18.

Tabela 18 - Estrutura da despesa total das empresas públicas estaduais e municipais, segundo a natureza econômica- 1997-2002

Natureza econômica	Estrutura da despesa total das empresas públicas estaduais e municipais (%)					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Despesa total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Despesas operacionais	75,55	73,77	74,17	76,46	68,62	65,96
Pessoal	20,17	19,62	21,23	18,73	19,54	17,76
Consumo de bens e serviços	19,32	19,30	22,57	20,51	26,09	25,69
Intermediação financeira	25,84	23,51	16,29	10,63	8,53	7,78
Impostos sobre produção	6,96	5,52	7,44	7,16	10,26	10,16
Outras despesas operacionais	3,26	5,82	6,64	19,44	4,20	4,58
Despesas não-operacionais e outras	24,45	26,23	25,83	23,54	31,38	34,04

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: As diferenças apresentadas entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Resultado operacional

O resultado operacional da atividade empresarial do governo é obtido pela diferença entre receitas e despesas operacionais, podendo ser considerado como *proxy* do excedente operacional bruto das contas nacionais¹⁴. A capacidade ou necessidade de financiamento é um indicador mais amplo da situação financeira das empresas do que o resultado operacional, pois leva em consideração todas as receitas e as despesas coletadas pela pesquisa Finanças Públicas, relativamente às Empresas Públicas¹⁵, inclusive receitas e despesas financeiras.

A Tabela 19 mostra que as EPU_F registraram valor positivo para o indicador de resultado operacional e pouco negativo para necessidade de financiamento. O primeiro, definido pela relação percentual "resultado operacional/receita operacional", foi de 6,09% e o outro indicador de necessidade de financiamento, definido pela relação percentual necessidade de financiamento/receita total, foi de -0,44%. Os resultados das empresas federais, bem como das estaduais e municipais neste ano, foram influenciados pela conjuntura nacional desfavorável, e no caso das federais, ainda, pelo resultado negativo do Banco Central do Brasil.

Tabela 19 - Indicador de resultado operacional e de necessidade de financiamento das empresas públicas federais, estaduais e municipais - 1997-2002

Ano	Indicador (%)			
	Empresas públicas federais		Empresas públicas estaduais e municipais	
	Resultado operacional	Necessidade de financiamento	Resultado operacional	Necessidade de financiamento
1997	14,90	6,30	15,20	0,40
1998	13,80	11,30	15,90	(-) 5,20
1999	6,10	1,72	20,51	1,34
2000	18,08	4,91	24,04	6,04
2001	14,04	4,20	25,00	0,53
2002	6,09	(-) 0,44	20,56	(-) 10,41

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Notas: 1. Os valores positivos significam superávit operacional e capacidade de financiamento.

2. Os valores negativos indicam déficit operacional e necessidade de financiamento.

Quando se examinam esses indicadores para cada atividade desempenhada pelas empresas federais (Tabela 20), constatam-se resultados dispersos, inclusive resultados negativos (atividades deficitárias).

¹⁴ Ver *Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: Tabelas de recursos e usos 1995-1999 (2000)*; *Sistema de contas nacionais: Brasil 1998-2000 (2002)*; *Sistema de contas nacionais: Brasil 1999-2001 (2002)*.

¹⁵ As receitas obtidas através das operações de crédito e as despesas de amortização da dívida são classificadas na literatura especializada como operações de financiamento do déficit e não como operações determinantes do déficit. Ver *System of national accounts 1993*, cap. 11 (2004).

Ao se examinar o indicador “necessidade de financiamento/receita total”, verifica-se que quatro atividades – Serviços de Utilidade Pública (-303,13%), Energia (-16,60%), Transporte (-32,84%), Financeira (-0,30%) e Diversas (-17,34%) - acusaram necessidade de recursos adicionais para financiar suas despesas não apenas de capital como também despesas não-operacionais, sobretudo financeiras, e até mesmo despesas operacionais.

Por outro lado, a capacidade de financiamento registrada nas atividades de Mineração (46,15%), Indústria de Transformação (2,31%), Comunicação (19,31%), e Comércio (6,64%) foi praticamente suficiente para compensar os indicadores negativos, já que o resultado negativo total ficou em apenas -0,44%.

A julgar pelos indicadores de necessidade de financiamento, pode-se dizer que o impacto agregado das EPU_F na economia foi praticamente nulo, não podendo ser considerado nem expansionista, nem restritivo.

Tabela 20 - Indicador de resultado operacional e de necessidade de financiamento das empresas públicas federais, segundo a atividade econômica - 2002

Atividade econômica	Indicador (%)	
	Resultado operacional	Necessidade de financiamento
Total	6,09	(-) 0,44
Mineração	-	46,15
Indústria da transformação	29,27	2,31
Serviços de utilidade pública	(-) 248,46	(-) 303,13
Energia	37,34	(-) 16,60
Transporte	26,01	(-) 32,84
Comunicações	25,72	19,31
Financeira	(-) 0,30	(-) 0,30
Comércio	6,10	6,64
Diversos	(-) 113,11	(-) 17,34

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Notas: 1. Os valores positivos significam superávit operacional e capacidade de financiamento.

2. Os valores negativos indicam déficit operacional e necessidade de financiamento.

As empresas estaduais e municipais registraram resultado operacional positivo em quase todas as atividades, mas quando se analisa a necessidade de financiamento verifica-se que a maioria apresentou resultado negativo. A passagem de um resultado operacional positivo global de 20,56% para uma necessidade de financiamento da ordem de -10,41% teve como causa principal as despesas financeiras, que apresentaram crescimento em função do aumento da taxa de juros verificada no ano.

Tabela 21 - Indicador de resultado operacional e de necessidade de financiamento das empresas públicas estaduais e municipais, segundo a atividade econômica - 2002

Atividade econômica	Indicador (%)	
	Resultado operacional	Necessidade de financiamento
Total	20,56	(-) 10,41
Mineração	26,22	14,44
Indústria da transformação	(-) 6,61	(-) 6,44
Serviços de utilidade pública	33,29	(-) 4,96
Energia	22,19	(-) 8,35
Transporte	1,29	(-) 89,47
Comunicações	22,94	8,49
Financeira	16,19	(-) 2,45
Comércio	(-) 24,33	(-) 29,03
Diversos	(-) 65,25	(-) 24,59

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Notas: 1. Os valores positivos significam superávit operacional e capacidade de financiamento.

2. Os valores negativos indicam déficit operacional e necessidade de financiamento.

Investimentos

Quanto à participação da Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF das EPU's na economia, verifica-se na Tabela 22 que o peso das EPU's_{E+M} é inferior ao das EPU's_F, em razão do porte de algumas empresas, federais, como o grupo Petrobras e as produtoras de energia elétrica. Em termos percentuais, os investimentos das empresas federais representaram cerca de 5,70% do total da FBCF da economia, contra 3,28% das EPU's_{E+M}.

Tabela 22 - Participação da formação bruta de capital fixo - FBCF e dos gastos com pessoal das empresas públicas - 1997-2002

Ano	Participação da formação bruta de capital fixo e dos gastos com pessoal das empresas públicas (%)					
	Total		Federais		Estaduais e municipais	
	FBCF	Pessoal	FBCF	Pessoal	FBCF	Pessoal
1997	13,10	12,20	8,10	6,80	5,00	5,40
1998	8,20	8,90	3,70	5,30	4,50	3,60
1999	7,00	8,20	3,40	4,90	3,60	3,30
2000	5,86	6,45	3,35	3,53	2,51	2,92
2001	6,97	5,73	3,79	3,56	3,18	2,17
2002	8,98	6,65	5,70	4,44	3,28	2,21

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O papel dos subsídios no financiamento das despesas operacionais

Embora pouco significativa quando medida em termos de receita total - somente 0,27% de toda a receita gerada pelas empresas nos três níveis de

governo - ao se desagregar por atividade econômica, a atividade Transporte ganha importância. A atividade participa com quase 14% da receita total, representando mais de 50% do total dos subsídios pagos às empresas, de acordo com o demonstrado na Tabela 23.

Tabela 23 - Participação dos subsídios na receita total das empresas públicas, segundo a atividade econômica - 2002

Atividade econômica	Receita total	Subsídios	Participação (%)
	1 000 R\$		
Total	668 533 187	1 813 483	0,27
Mineração	3 311 777	-	0,00
Indústria da transformação	90 267 879	78 484	0,09
Serviços de utilidade pública	14 575 428	70 176	0,48
Energia	52 456 234	-	0,00
Transporte	7 582 647	1 040 639	13,72
Comunicações	7 123 780	57 832	0,81
Financeira	460 774 747	-	0,00
Comércio	25 749 999	297 254	1,15
Diversos	6 690 696	269 098	4,02

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Privatização

As empresas governamentais que faziam parte da pesquisa Finanças Públicas, relativamente às Empresas Públicas, e que foram privatizadas, constam da listagem apresentada no Anexo 4. No ano de 2002, foram privatizadas três empresas financeiras - Banco do Estado da Amazônia S.A, Banco do Estado da Paraíba S.A e Banco do Estado de Goiás S.A.

Tabela 24 - Distribuição do número de empresas privatizadas, segundo o tipo - 1997-2002

Tipo	Distribuição do número de empresas privatizadas						
	Total	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total	133	43	46	34	5	2	3
Não-financeiras	78	27	38	10	1	2	-
Financeiras	55	16	8	24	4	-	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Tabelas de resultados

Administração pública

Empresa pública

Administração pública

Governo Federal
Tabela 1.1 - Receita consolidada, do Governo Federal,
segundo a natureza - Brasil - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)			
	Total	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		Outras instituições
		Exceto INSS	INSS	
Total dos recursos	629 105 659	525 939 279	63 411 490	39 754 890
Total das receitas	360 058 704	257 898 056	63 405 023	38 755 625
Receita tributária	174 271 708	170 895 851	-	3 375 857
Impostos sobre a produção e de importação	89 285 425	85 909 568	-	3 375 857
Impostos sobre produtos e de importação	33 835 178	33 835 178	-	-
IPI	18 883 701	18 883 701	-	-
ICMS	-	-	-	-
Imposto sobre a importação	9 023 500	9 023 500	-	-
ISS	-	-	-	-
IOF	3 553 188	3 553 188	-	-
Outros impostos sobre produtos	2 374 789	2 374 789	-	-
Outros impostos sobre a produção	55 450 247	52 074 390	-	3 375 857
Contribuição do salário educação	3 068 386	3 068 386	-	-
COFINS	45 678 824	45 678 824	-	-
Outros impostos sobre a produção	6 703 037	3 327 180	-	3 375 857
Impostos sobre a renda e o patrimônio	84 986 283	84 986 283	-	-
IPTU	-	-	-	-
IPVA	-	-	-	-
IRPF	29 046 731	29 046 731	-	-
IRPJ	29 605 854	29 605 854	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	8 967 820	8 967 820	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	17 365 878	17 365 878	-	-
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	94 638 075	11 186 001	62 038 770	21 413 304
Contribuições para previdência do servidor público	4 126 429	4 126 429	-	-
Receita patrimonial	39 887 476	27 808 457	81 232	11 997 787
Juros	28 057 821	16 039 555	72 467	11 945 799
Aluguéis	269 182	234 115	3 611	31 456
Dividendos e participações	2 498 228	2 478 279	5 154	14 795
Receita de concessões	4 380 559	4 380 559	-	-
Outras receitas patrimoniais	4 681 686	4 675 949	-	5 737
Receita de venda de bens	434 611	398 680	-	35 931
Receita de venda de serviços	3 816 131	2 431 007	135 638	1 249 486
Receita de transferências	8 997 906	7 619 942	714 306	663 658
Transferências correntes	8 848 202	7 490 339	714 306	643 557
Transferências intergovernamentais	34 448	34 448	-	-
Diversas transferências	8 813 754	7 455 891	714 306	643 557
Do exterior	25 862	25 862	-	-
Outras transferências	8 787 892	7 430 029	714 306	643 557
Transferências de capital	149 704	129 603	-	20 101
Transferências intergovernamentais	1 502	1 502	-	-
Diversas transferências	148 202	128 101	-	20 101
Do exterior	1 206	1 206	-	-
Outras transferências	146 996	126 895	-	20 101
Alienação de bens	4 348 020	4 322 453	9 442	16 125
Imóveis	89 947	68 421	9 324	12 202
Móveis	4 258 073	4 254 032	118	3 923
Amortização de empréstimos concedidos	15 680 036	15 676 559	-	3 477
Resultado do Banco Central do Brasil	1 137 615	1 137 615	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	12 720 697	12 295 062	425 635	-
Operações de crédito	269 046 955	268 041 223	6 467	999 265
Internas	249 157 195	248 151 463	6 467	999 265
Externas	19 889 760	19 889 760	-	-

Governo Federal
Tabela 1.2 - Despesa consolidada, do Governo Federal,
segundo a natureza - Brasil - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)			
	Total	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		Outras instituições
		Exceto INSS	INSS	
Total das despesas	637 350 320	515 561 991	85 206 865	36 581 464
Despesas de custeio	57 816 360	47 893 803	3 587 190	6 335 367
Pessoal	35 289 927	31 720 571	1 462 848	2 106 508
Pessoal civil e militar	32 387 118	29 444 741	1 336 763	1 605 614
Obrigações patronais	2 902 809	2 275 830	126 085	500 894
Outras compras de bens e serviços	22 526 433	16 173 232	2 124 342	4 228 859
Despesa de capital fixo	6 541 031	6 108 894	2 232	429 905
Construções	3 764 603	3 507 284	-	257 319
Aquisição de máquinas e equipamentos	2 462 342	2 313 975	2 232	146 135
Aquisição de terrenos e imóveis	314 086	287 635	-	26 451
Dívida pública	334 378 553	326 853 573	-	7 524 980
Juros	60 227 921	52 725 863	-	7 502 058
Internos e externos	60 227 921	52 725 863	-	7 502 058
Amortizações	274 150 632	274 127 710	-	22 922
Internas e externas	274 150 632	274 127 710	-	22 922
Despesas de transferências	213 676 260	111 855 628	81 615 326	20 205 306
Transferências correntes	205 006 993	103 197 255	81 615 326	20 194 412
Transferências intergovernamentais	62 640 874	62 640 874	-	-
Transferências de assistência e previdência	139 839 720	38 427 664	81 615 326	19 796 730
Benefícios a servidores públicos	31 024 088	27 056 351	3 967 737	-
Outras transferências de assistência e previdência	108 815 632	11 371 313	77 647 589	19 796 730
Diversas transferências	2 526 399	2 128 717	-	397 682
Para o exterior	871 616	871 616	-	-
Outras transferências	1 654 783	1 257 101	-	397 682
Transferências de capital	8 669 267	8 658 373	-	10 894
Transferências intergovernamentais	7 649 017	7 649 017	-	-
Diversas transferências	1 020 250	1 009 356	-	10 894
Para o exterior	47 127	47 127	-	-
Outras transferências	973 123	962 229	-	10 894
Imposto sobre a produção	63 356	58 119	2 117	3 120
Subsídios	3 226 522	3 226 522	-	-
Inversões financeiras	21 648 238	19 565 452	-	2 082 786

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Governo Estadual
Tabela 1.3 - Receita consolidada, do Governo Estadual, por Grandes Regiões,
segundo a natureza - Brasil - 2001

Natureza	Valor (1000 R\$)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total dos recursos	170 573 389	11 908 214	32 376 919	84 854 344	25 238 012	16 195 900
Total das receitas	168 757 831	11 804 797	31 667 157	84 257 436	24 916 004	16 112 437
Receita tributária	103 634 859	4 740 285	13 959 257	60 202 093	16 505 297	8 227 927
Impostos sobre a produção e de importação	96 857 588	4 587 265	13 474 235	55 818 055	15 380 553	7 597 480
Impostos sobre produtos e de importação	93 421 866	4 362 335	12 907 229	54 140 018	14 781 636	7 230 648
IPI	-	-	-	-	-	-
ICMS	93 109 702	4 362 335	12 907 229	54 140 018	14 781 636	6 918 484
Imposto sobre a importação	-	-	-	-	-	-
ISS	312 164	-	-	-	-	312 164
IOF	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre produtos	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	3 435 722	224 930	567 006	1 678 037	598 917	366 832
Contribuição do salário educação	-	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	3 435 722	224 930	567 006	1 678 037	598 917	366 832
Impostos sobre a renda e o patrimônio	6 777 271	153 020	485 022	4 384 038	1 124 744	630 447
IPTU	164 356	-	-	-	-	164 356
IPVA	6 220 409	132 453	464 408	4 175 318	1 046 815	401 415
IRPF	-	-	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	392 506	20 567	20 614	208 720	77 929	64 676
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	-	-	-	-	-	-
Contribuições para previdência do servidor público	6 969 979	322 452	1 986 680	2 983 745	1 178 243	498 859
Receita patrimonial	4 794 976	173 581	713 126	3 085 711	726 601	95 957
Juros	2 671 762	14 028	585 681	1 389 804	610 754	71 495
Aluguéis	71 693	1 135	13 838	30 236	9 691	16 793
Dividendos e participações	342 608	745	97 733	140 995	97 785	5 350
Receita de concessões	14 206	-	2 648	6 396	5 162	-
Outras receitas patrimoniais	1 694 707	157 673	13 226	1 518 280	3 209	2 319
Receita de venda de bens	526 463	13 561	77 437	371 892	31 066	32 507
Receita de venda de serviços	4 049 980	122 570	520 414	1 869 836	1 107 553	429 607
Receita de transferências	46 722 502	6 301 242	13 971 893	14 933 772	4 877 458	6 638 137
Transferências correntes	41 616 110	5 315 225	12 186 265	13 459 283	4 532 638	6 122 699
Transferências intergovernamentais	33 035 988	4 969 345	10 404 459	9 408 504	3 700 764	4 552 916
Diversas transferências	8 580 122	345 880	1 781 806	4 050 779	831 874	1 569 783
Do exterior	1 138	-	525	545	60	8
Outras transferências	8 578 984	345 880	1 781 281	4 050 234	831 814	1 569 775
Transferências de capital	5 106 392	986 017	1 785 628	1 474 489	344 820	515 438
Transferências intergovernamentais	3 833 670	728 930	1 514 626	1 071 358	194 728	324 028
Diversas transferências	1 272 722	257 087	271 002	403 131	150 092	191 410
Do exterior	2 748	-	277	263	2 208	-
Outras transferências	1 269 974	257 087	270 725	402 868	147 884	191 410
Alienação de bens	1 471 381	110 999	425 365	451 708	319 919	163 390
Imóveis	217 699	14 795	1 993	169 245	1 831	29 835
Móveis	1 253 682	96 204	423 372	282 463	318 088	133 555
Amortização de empréstimos concedidos	587 691	20 107	12 985	358 679	169 867	26 053
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito	1 815 558	103 417	709 762	596 908	322 008	83 463
Internas	575 206	28 264	280 825	171 970	48 140	46 007
Externas	1 240 352	75 153	428 937	424 938	273 868	37 456

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Governo Estadual
Tabela 1.4 - Receita consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Norte - 2001

Natureza	Valor (1000 R\$)							
	Total	Unidades da Federação						
		Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins
Total dos recursos	11 908 214	1 265 244	973 377	3 178 757	660 472	3 524 122	806 772	1 499 470
Total das receitas	11 804 797	1 265 244	958 291	3 173 757	660 472	3 493 685	805 069	1 448 279
Receita tributária	4 740 285	579 579	148 258	1 848 113	124 755	1 526 523	126 766	386 291
Impostos sobre a produção e de importação	4 587 265	558 344	142 600	1 812 878	121 052	1 476 683	120 405	355 303
Impostos sobre produtos e de importação	4 362 335	548 915	135 615	1 655 899	118 023	1 446 495	117 438	339 950
IPI	-	-	-	-	-	-	-	-
ICMS	4 362 335	548 915	135 615	1 655 899	118 023	1 446 495	117 438	339 950
Imposto sobre a importação	-	-	-	-	-	-	-	-
ISS	-	-	-	-	-	-	-	-
IOF	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre produtos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	224 930	9 429	6 985	156 979	3 029	30 188	2 967	15 353
Contribuição do salário educação	-	-	-	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	224 930	9 429	6 985	156 979	3 029	30 188	2 967	15 353
Impostos sobre a renda e o patrimônio	153 020	21 235	5 658	35 235	3 703	49 840	6 361	30 988
IPTU	-	-	-	-	-	-	-	-
IPVA	132 453	20 678	5 582	34 684	3 660	48 824	6 339	12 686
IRPF	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	20 567	557	76	551	43	1 016	22	18 302
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições para previdência do servidor público	322 452	44 943	31 052	96 364	6 770	112 687	-	30 636
Receita patrimonial	173 581	11 989	2 869	70 863	2 362	44 369	7 659	33 470
Juros	14 028	11 986	1 010	74	748	210	-	-
Aluguéis	1 135	3	-	-	-	1 064	66	2
Dividendos e participações	745	-	-	-	-	414	-	331
Receita de concessões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas patrimoniais	157 673	-	1 859	70 789	1 614	42 681	7 593	33 137
Receita de venda de bens	13 561	-	-	7 089	3 524	2 934	-	14
Receita de venda de serviços	122 570	6 343	18 923	34 612	- 497	61 147	446	1 596
Receita de transferências	6 301 242	615 066	753 443	1 017 391	523 558	1 741 076	669 900	980 808
Transferências correntes	5 315 225	518 585	650 358	819 192	444 452	1 473 136	602 301	807 201
Transferências intergovernamentais	4 969 345	509 280	605 782	675 248	441 749	1 365 064	598 344	773 878
Diversas transferências	345 880	9 305	44 576	143 944	2 703	108 072	3 957	33 323
Do exterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras transferências	345 880	9 305	44 576	143 944	2 703	108 072	3 957	33 323
Transferências de capital	986 017	96 481	103 085	198 199	79 106	267 940	67 599	173 607
Transferências intergovernamentais	728 930	96 454	102 525	56 081	79 106	168 016	53 141	173 607
Diversas transferências	257 087	27	560	142 118	-	99 924	14 458	-
Do exterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras transferências	257 087	27	560	142 118	-	99 924	14 458	-
Alienação de bens	110 999	7 324	3 421	94 572	-	888	298	4 496
Imóveis	14 795	7 153	2 809	-	-	515	-	4 318
Móveis	96 204	171	612	94 572	-	373	298	178
Amortização de empréstimos concedidos	20 107	-	325	4 753	-	4 061	-	10 968
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito	103 417	-	15 086	5 000	-	30 437	1 703	51 191
Internas	28 264	-	15 086	-	-	8 733	-	4 445
Externas	75 153	-	-	5 000	-	21 704	1 703	46 746

Governo Estadual
Tabela 1.5 - Receita consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Nordeste - 2001

(continua)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Unidades da Federação			
		Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte
Total dos recursos	32 376 919	3 000 827	1 553 236	4 791 015	2 592 848
Total das receitas	31 667 157	2 965 573	1 536 595	4 673 516	2 577 742
Receita tributária	13 959 257	911 309	542 045	2 232 622	1 011 884
Impostos sobre a produção e de importação	13 474 235	878 072	521 365	2 142 682	973 276
Impostos sobre produtos e de importação	12 907 229	798 865	471 180	2 097 309	909 687
IPI	-	-	-	-	-
ICMS	12 907 229	798 865	471 180	2 097 309	909 687
Imposto sobre a importação	-	-	-	-	-
ISS	-	-	-	-	-
IOF	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre produtos	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	567 006	79 207	50 185	45 373	63 589
Contribuição do salário educação	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	567 006	79 207	50 185	45 373	63 589
Impostos sobre a renda e o patrimônio	485 022	33 237	20 680	89 940	38 608
IPTU	-	-	-	-	-
IPVA	464 408	32 788	19 997	84 739	37 392
IRPF	-	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	20 614	449	683	5 201	1 216
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	-	-	-	-	-
Contribuições para previdência do servidor público	1 986 680	127 076	56 733	109 676	69 719
Receita patrimonial	713 126	79 662	2 171	127 289	38 143
Juros	585 681	77 379	1 027	127 159	38 143
Aluguéis	13 838	2 269	-	56	-
Dividendos e participações	97 733	5	1 144	74	-
Receita de concessões	2 648	-	-	-	-
Outras receitas patrimoniais	13 226	9	-	-	-
Receita de venda de bens	77 437	-	1 072	9 712	2 635
Receita de venda de serviços	520 414	3 017	19 363	21 492	36 876
Receita de transferências	13 971 893	1 841 517	914 552	2 171 311	1 411 745
Transferências correntes	12 186 265	1 654 828	807 515	1 876 203	1 266 892
Transferências intergovernamentais	10 404 459	1 328 573	761 195	1 528 918	895 432
Diversas transferências	1 781 806	326 255	46 320	347 285	371 460
Do exterior	525	-	-	246	-
Outras transferências	1 781 281	326 255	46 320	347 039	371 460
Transferências de capital	1 785 628	186 689	107 037	295 108	144 853
Transferências intergovernamentais	1 514 626	121 109	106 597	214 813	136 710
Diversas transferências	271 002	65 580	440	80 295	8 143
Do exterior	277	-	-	-	-
Outras transferências	270 725	65 580	440	80 295	8 143
Alienação de bens	425 365	2 992	41	1 361	-
Imóveis	1 993	-	-	744	-
Móveis	423 372	2 992	41	617	-
Amortização de empréstimos concedidos	12 985	-	618	53	6 740
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Operações de crédito	709 762	35 254	16 641	117 499	15 106
Internas	280 825	27 851	9 091	32 250	8 857
Externas	428 937	7 403	7 550	85 249	6 249

Governo Estadual
Tabela 1.5 - Receita consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Nordeste - 2001

(conclusão)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Unidades da Federação				
	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
Total dos recursos	2 778 843	5 784 139	1 708 742	1 770 190	8 397 079
Total das receitas	2 748 300	5 756 232	1 703 054	1 752 420	7 953 725
Receita tributária	959 473	2 590 970	620 402	619 049	4 471 503
Impostos sobre a produção e de importação	927 147	2 478 178	591 036	602 304	4 360 175
Impostos sobre produtos e de importação	902 254	2 380 409	584 597	568 624	4 194 304
IPI	-	-	-	-	-
ICMS	902 254	2 380 409	584 597	568 624	4 194 304
Imposto sobre a importação	-	-	-	-	-
ISS	-	-	-	-	-
IOF	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre produtos	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	24 893	97 769	6 439	33 680	165 871
Contribuição do salário educação	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	24 893	97 769	6 439	33 680	165 871
Impostos sobre a renda e o patrimônio	32 326	112 792	29 366	16 745	111 328
IPTU	-	-	-	-	-
IPVA	31 386	108 214	28 611	15 111	106 170
IRPF	-	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	940	4 578	755	1 634	5 158
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	-	-	-	-	-
Contribuições para previdência do servidor público	45 004	814 992	44 512	97 889	621 079
Receita patrimonial	48 344	249 132	9 876	16 888	141 621
Juros	46 178	161 223	6 643	3 848	124 081
Aluguéis	2	1 821	1 061	301	8 328
Dividendos e participações	2 164	86 082	1 611	85	6 568
Receita de concessões	-	-	4	-	2 644
Outras receitas patrimoniais	-	6	557	12 654	-
Receita de venda de bens	2 437	54 116	7 188	-	277
Receita de venda de serviços	21 875	173 723	96 528	44 846	102 694
Receita de transferências	1 331 523	1 793 537	921 921	972 829	2 612 958
Transferências correntes	1 141 487	1 544 558	696 787	811 050	2 386 945
Transferências intergovernamentais	893 706	1 455 961	609 891	771 236	2 159 547
Diversas transferências	247 781	88 597	86 896	39 814	227 398
Do exterior	2	-	-	-	277
Outras transferências	247 779	88 597	86 896	39 814	227 121
Transferências de capital	190 036	248 979	225 134	161 779	226 013
Transferências intergovernamentais	190 028	248 839	182 575	88 219	225 736
Diversas transferências	8	140	42 559	73 560	277
Do exterior	-	-	-	-	277
Outras transferências	8	140	42 559	73 560	-
Alienação de bens	337 978	79 261	6	603	3 123
Imóveis	-	-	3	146	1 100
Móveis	337 978	79 261	3	457	2 023
Amortização de empréstimos concedidos	1 666	501	2 621	316	470
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Operações de crédito	30 543	27 907	5 688	17 770	443 354
Internas	17 731	17 254	5 688	13 546	148 557
Externas	12 812	10 653	-	4 224	294 797

Governo Estadual
Tabela 1.6 - Receita consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Sudeste - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Unidades da Federação			
		Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo
Total dos recursos	84 854 344	16 699 810	3 708 139	16 611 019	47 835 376
Total das receitas	84 257 436	16 645 202	3 704 049	16 282 499	47 625 686
Receita tributária	60 202 093	10 102 676	2 537 799	10 136 394	37 425 224
Impostos sobre a produção e de importação	55 818 055	9 432 216	2 477 960	9 466 761	34 441 118
Impostos sobre produtos e de importação	54 140 018	9 146 377	2 413 194	9 252 631	33 327 816
IPI	-	-	-	-	-
ICMS	54 140 018	9 146 377	2 413 194	9 252 631	33 327 816
Imposto sobre a importação	-	-	-	-	-
ISS	-	-	-	-	-
IOF	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre produtos	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	1 678 037	285 839	64 766	214 130	1 113 302
Contribuição do salário educação	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	1 678 037	285 839	64 766	214 130	1 113 302
Impostos sobre a renda e o patrimônio	4 384 038	670 460	59 839	669 633	2 984 106
IPTU	-	-	-	-	-
IPVA	4 175 318	646 390	55 874	593 786	2 879 268
IRPF	-	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	208 720	24 070	3 965	75 847	104 838
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	-	-	-	-	-
Contribuições para previdência do servidor público	2 983 745	1 013 947	103 184	422 032	1 444 582
Receita patrimonial	3 085 711	255 749	22 546	1 719 644	1 087 772
Juros	1 389 804	129 284	18 827	184 984	1 056 709
Aluguéis	30 236	12 374	22	5 095	12 745
Dividendos e participações	140 995	71 573	3 693	47 436	18 293
Receita de concessões	6 396	7	-	6 368	21
Outras receitas patrimoniais	1 518 280	42 511	4	1 475 761	4
Receita de venda de bens	371 892	48 917	3 542	41 764	277 669
Receita de venda de serviços	1 869 836	274 654	24 493	536 967	1 033 722
Receita de transferências	14 933 772	4 403 716	1 011 120	3 285 520	6 233 416
Transferências correntes	13 459 283	3 922 214	893 938	3 026 578	5 616 553
Transferências intergovernamentais	9 408 504	2 089 663	586 649	2 740 098	3 992 094
Diversas transferências	4 050 779	1 832 551	307 289	286 480	1 624 459
Do exterior	545	4	-	-	541
Outras transferências	4 050 234	1 832 547	307 289	286 480	1 623 918
Transferências de capital	1 474 489	481 502	117 182	258 942	616 863
Transferências intergovernamentais	1 071 358	290 576	50 118	254 067	476 597
Diversas transferências	403 131	190 926	67 064	4 875	140 266
Do exterior	263	67	-	196	-
Outras transferências	402 868	190 859	67 064	4 679	140 266
Alienação de bens	451 708	193 292	1 202	139 078	118 136
Imóveis	169 245	2 394	1 202	133 744	31 905
Móveis	282 463	190 898	-	5 334	86 231
Amortização de empréstimos concedidos	358 679	352 251	163	1 100	5 165
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Operações de crédito	596 908	54 608	4 090	328 520	209 690
Internas	171 970	2 706	4 090	143 656	21 518
Externas	424 938	51 902	-	184 864	188 172

Governo Estadual
Tabela 1.7 - Receita consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Sul - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)			
	Total	Unidades da Federação		
		Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
Total dos recursos	25 238 012	9 320 952	5 129 506	10 787 554
Total das receitas	24 916 004	9 136 900	5 120 206	10 658 898
Receita tributária	16 505 297	5 253 397	3 517 618	7 734 282
Impostos sobre a produção e de importação	15 380 553	4 888 652	3 319 100	7 172 801
Impostos sobre produtos e de importação	14 781 636	4 871 843	3 246 435	6 663 358
IPI	-	-	-	-
ICMS	14 781 636	4 871 843	3 246 435	6 663 358
Imposto sobre a importação	-	-	-	-
ISS	-	-	-	-
IOF	-	-	-	-
Outros impostos sobre produtos	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	598 917	16 809	72 665	509 443
Contribuição do salário educação	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	598 917	16 809	72 665	509 443
Impostos sobre a renda e o patrimônio	1 124 744	364 745	198 518	561 481
IPTU	-	-	-	-
IPVA	1 046 815	336 713	190 297	519 805
IRPF	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	77 929	28 032	8 221	41 676
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	-	-	-	-
Contribuições para previdência do servidor público	1 178 243	331 260	258 826	588 157
Receita patrimonial	726 601	506 510	58 920	161 171
Juros	610 754	413 204	48 330	149 220
Aluguéis	9 691	2 849	780	6 062
Dividendos e participações	97 785	90 457	7 288	40
Receita de concessões	5 162	-	-	5 162
Outras receitas patrimoniais	3 209	-	2 522	687
Receita de venda de bens	31 066	18 805	5 335	6 926
Receita de venda de serviços	1 107 553	774 409	97 415	235 729
Receita de transferências	4 877 458	2 125 155	1 162 763	1 589 540
Transferências correntes	4 532 638	1 960 260	1 033 403	1 538 975
Transferências intergovernamentais	3 700 764	1 494 021	894 959	1 311 784
Diversas transferências	831 874	466 239	138 444	227 191
Do exterior	60	-	-	60
Outras transferências	831 814	466 239	138 444	227 131
Transferências de capital	344 820	164 895	129 360	50 565
Transferências intergovernamentais	194 728	55 803	88 659	50 266
Diversas transferências	150 092	109 092	40 701	299
Do exterior	2 208	1 983	-	225
Outras transferências	147 884	107 109	40 701	74
Alienação de bens	319 919	5 023	1 468	313 428
Imóveis	1 831	109	1 116	606
Móveis	318 088	4 914	352	312 822
Amortização de empréstimos concedidos	169 867	122 341	17 861	29 665
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Operações de crédito	322 008	184 052	9 300	128 656
Internas	48 140	17 937	9 300	20 903
Externas	273 868	166 115	-	107 753

Governo Estadual
Tabela 1.8 - Receita consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Centro-Oeste - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Unidades da Federação			
		Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
Total dos recursos	16 195 900	2 345 921	2 736 208	4 851 477	6 262 294
Total das receitas	16 112 437	2 325 143	2 706 251	4 848 945	6 232 098
Receita tributária	8 227 927	1 293 485	1 717 237	2 930 084	2 287 121
Impostos sobre a produção e de importação	7 597 480	1 236 115	1 647 661	2 763 758	1 949 946
Impostos sobre produtos e de importação	7 230 648	1 223 446	1 521 320	2 578 790	1 907 092
IPI	-	-	-	-	-
ICMS	6 918 484	1 223 446	1 521 320	2 578 790	1 594 928
Imposto sobre a importação	-	-	-	-	-
ISS	312 164	-	-	-	312 164
IOF	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre produtos	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	366 832	12 669	126 341	184 968	42 854
Contribuição do salário educação	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	366 832	12 669	126 341	184 968	42 854
Impostos sobre a renda e o patrimônio	630 447	57 370	69 576	166 326	337 175
IPTU	164 356	-	-	-	164 356
IPVA	401 415	47 382	67 643	157 448	128 942
IRPF	-	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	64 676	9 988	1 933	8 878	43 877
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	-	-	-	-	-
Contribuições para previdência do servidor público	498 859	205 078	50 840	80 291	162 650
Receita patrimonial	95 957	9 504	10 222	29 356	46 875
Juros	71 495	7 732	7 605	26 000	30 158
Aluguéis	16 793	570	1 451	2 848	11 924
Dividendos e participações	5 350	1 052	18	68	4 212
Receita de concessões	-	-	-	-	-
Outras receitas patrimoniais	2 319	150	1 148	440	581
Receita de venda de bens	32 507	48	176	30 940	1 343
Receita de venda de serviços	429 607	70 262	99 896	83 044	176 405
Receita de transferências	6 638 137	740 866	802 037	1 567 096	3 528 138
Transferências correntes	6 122 699	616 145	713 926	1 336 338	3 456 290
Transferências intergovernamentais	4 552 916	317 577	541 606	750 983	2 942 750
Diversas transferências	1 569 783	298 568	172 320	585 355	513 540
Do exterior	8	-	8	-	-
Outras transferências	1 569 775	298 568	172 312	585 355	513 540
Transferências de capital	515 438	124 721	88 111	230 758	71 848
Transferências intergovernamentais	324 028	53 990	83 701	115 467	70 870
Diversas transferências	191 410	70 731	4 410	115 291	978
Do exterior	-	-	-	-	-
Outras transferências	191 410	70 731	4 410	115 291	978
Alienação de bens	163 390	4 705	1 771	128 134	28 780
Imóveis	29 835	-	1 384	181	28 270
Móveis	133 555	4 705	387	127 953	510
Amortização de empréstimos concedidos	26 053	1 195	24 072	-	786
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Operações de crédito	83 463	20 778	29 957	2 532	30 196
Internas	46 007	14 172	14 456	2 532	14 847
Externas	37 456	6 606	15 501	-	15 349

Governo Estadual
Tabela 1.9 - Despesa consolidada, do Governo Estadual, por Grandes Regiões,
segundo a natureza - Brasil - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total das despesas	171 137 602	12 024 943	32 531 226	84 845 274	25 577 415	16 158 744
Despesas de custeio	74 026 645	5 813 942	15 226 660	33 893 996	10 513 240	8 578 807
Pessoal	50 484 282	3 914 401	9 964 317	24 235 878	6 654 513	5 715 173
Pessoal civil e militar	47 338 346	3 732 710	8 738 539	23 093 768	6 321 633	5 451 696
Obrigações patronais	3 145 936	181 691	1 225 778	1 142 110	332 880	263 477
Outras compras de bens e serviços	23 542 363	1 899 541	5 262 343	9 658 118	3 858 727	2 863 634
Despesa de capital fixo	11 346 660	1 997 818	3 235 239	3 816 594	1 144 522	1 152 487
Construções	8 884 494	1 634 638	2 592 747	3 041 408	754 111	861 590
Aquisição de máquinas e equipamentos	2 287 183	331 197	587 043	743 171	346 071	279 701
Aquisição de terrenos e imóveis	174 983	31 983	55 449	32 015	44 340	11 196
Dívida pública	14 113 830	742 965	2 895 906	7 170 904	2 298 696	1 005 359
Juros	9 117 654	385 328	1 459 524	5 637 224	1 053 103	582 475
Internos e externos	9 117 654	385 328	1 459 524	5 637 224	1 053 103	582 475
Amortizações	4 996 176	357 637	1 436 382	1 533 680	1 245 593	422 884
Internas e externas	4 996 176	357 637	1 436 382	1 533 680	1 245 593	422 884
Despesas de transferências	68 486 963	3 250 211	10 094 117	38 349 229	11 479 152	5 314 254
Transferências correntes	64 480 002	2 875 938	9 485 710	36 065 562	10 982 931	5 069 861
Transferências intergovernamentais	29 866 558	1 326 716	4 666 979	17 334 306	4 958 411	1 580 146
Transferências de assistência e previdência	28 711 466	1 060 971	4 033 412	16 011 338	4 992 543	2 613 202
Benefícios a servidores públicos	27 067 620	949 992	3 771 832	15 076 674	4 885 500	2 383 622
Outras transferências de assistência e previdência	1 643 846	110 979	261 580	934 664	107 043	229 580
Diversas transferências	5 901 978	488 251	785 319	2 719 918	1 031 977	876 513
Para o exterior	37 386	4 550	3 167	23 294	3 001	3 374
Outras transferências	5 864 592	483 701	782 152	2 696 624	1 028 976	873 139
Transferências de capital	4 006 961	374 273	608 407	2 283 667	496 221	244 393
Transferências intergovernamentais	605 591	94 079	111 520	314 859	69 847	15 286
Diversas transferências	3 401 370	280 194	496 887	1 968 808	426 374	229 107
Para o exterior	39 287	6 290	18 903	3 915	10 179	-
Outras transferências	3 362 083	273 904	477 984	1 964 893	416 195	229 107
Imposto sobre a produção	506 860	81 859	134 520	244 505	23 627	22 349
Subsídios	648 374	11 077	152 321	398 338	36 838	49 800
Inversões financeiras	2 008 270	127 071	792 463	971 708	81 340	35 688

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Governo Estadual
Tabela 1.10 - Despesa consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Norte - 2001

Natureza	Valor em (mil reais)							
	Total	Unidades da Federação						
		Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins
Total das despesas	12 024 943	1 300 526	940 117	3 437 582	721 546	3 562 328	741 009	1 321 835
Despesas de custeio	5 813 942	715 105	569 058	1 386 550	477 288	1 624 979	485 376	555 586
Pessoal	3 914 401	541 293	418 809	824 568	269 945	1 150 980	291 988	416 818
Pessoal civil e militar	3 732 710	501 630	411 575	789 703	258 256	1 090 904	282 571	398 071
Obrigações patronais	181 691	39 663	7 234	34 865	11 689	60 076	9 417	18 747
Outras compras de bens e serviços	1 899 541	173 812	150 249	561 982	207 343	473 999	193 388	138 768
Despesa de capital fixo	1 997 818	130 183	136 405	590 997	140 687	469 294	102 064	428 188
Construções	1 634 638	100 423	120 931	421 772	124 520	389 792	81 722	395 478
Aquisição de máquinas e equipamentos	331 197	29 653	15 275	152 500	14 758	71 318	19 103	28 590
Aquisição de terrenos e imóveis	31 983	107	199	16 725	1 409	8 184	1 239	4 120
Dívida pública	742 965	140 574	97 681	208 721	21 127	187 968	13 011	73 883
Juros	385 328	74 948	38 651	117 631	10 671	110 782	7 207	25 438
Internos e externos	385 328	74 948	38 651	117 631	10 671	110 782	7 207	25 438
Amortizações	357 637	65 626	59 030	91 090	10 456	77 186	5 804	48 445
Internas e externas	357 637	65 626	59 030	91 090	10 456	77 186	5 804	48 445
Despesas de transferências	3 250 211	305 056	122 292	1 185 339	50 869	1 219 021	122 398	245 236
Transferências correntes	2 875 938	284 336	121 551	982 687	38 654	1 121 717	109 518	217 475
Transferências intergovernamentais	1 326 716	152 456	62 106	461 583	30 156	453 052	47 589	119 774
Transferências de assistência e previdência	1 060 971	64 532	54 584	383 219	6 604	478 054	14 948	59 030
Benefícios a servidores públicos	949 992	64 041	54 213	328 259	2 282	458 639	4 249	38 309
Outras transferências de assistência e previdência	110 979	491	371	54 960	4 322	19 415	10 699	20 721
Diversas transferências	488 251	67 348	4 861	137 885	1 894	190 611	46 981	38 671
Para o exterior	4 550	-	-	211	-	4 190	-	149
Outras transferências	483 701	67 348	4 861	137 674	1 894	186 421	46 981	38 522
Transferências de capital	374 273	20 720	741	202 652	12 215	97 304	12 880	27 761
Transferências intergovernamentais	94 079	8 825	520	50 125	-	11 207	8 158	15 244
Diversas transferências	280 194	11 895	221	152 527	12 215	86 097	4 722	12 517
Para o exterior	6 290	3 051	-	489	-	2 750	-	-
Outras transferências	273 904	8 844	221	152 038	12 215	83 347	4 722	12 517
Imposto sobre a produção	81 859	9 608	5 683	21 617	5 640	29 921	-	9 390
Subsídios	11 077	-	8 798	-	-	1 406	735	138
Inversões financeiras	127 071	-	200	44 358	25 935	29 739	17 425	9 414

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Governo Estadual
Tabela 1.11 - Despesa consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Nordeste - 2001

(continua)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Unidades da Federação			
		Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte
Total das despesas	32 531 226	2 770 984	1 514 246	5 100 399	2 306 398
Despesas de custeio	15 226 660	1 094 202	820 520	2 148 944	1 040 923
Pessoal	9 964 317	727 902	547 865	1 272 047	780 344
Pessoal civil e militar	8 738 539	709 558	506 860	1 249 941	741 136
Obrigações patronais	1 225 778	18 344	41 005	22 106	39 208
Outras compras de bens e serviços	5 262 343	366 300	272 655	876 897	260 579
Despesa de capital fixo	3 235 239	386 191	77 156	557 868	177 929
Construções	2 592 747	341 774	55 547	455 437	152 972
Aquisição de máquinas e equipamentos	587 043	42 206	21 104	97 898	22 239
Aquisição de terrenos e imóveis	55 449	2 211	505	4 533	2 718
Dívida pública	2 895 906	282 433	205 308	507 233	122 586
Juros	1 459 524	119 691	89 360	251 600	62 592
Internos e externos	1 459 524	119 691	89 360	251 600	62 592
Amortizações	1 436 382	162 742	115 948	255 633	59 994
Internas e externas	1 436 382	162 742	115 948	255 633	59 994
Despesas de transferências	10 094 117	934 540	399 786	1 564 899	912 602
Transferências correntes	9 485 710	925 921	363 042	1 501 790	861 385
Transferências intergovernamentais	4 666 979	510 792	126 997	598 467	480 057
Transferências de assistência e previdência	4 033 412	387 041	218 545	612 914	321 477
Benefícios a servidores públicos	3 771 832	286 390	216 512	551 821	304 398
Outras transferências de assistência e previdência	261 580	100 651	2 033	61 093	17 079
Diversas transferências	785 319	28 088	17 500	290 409	59 851
Para o exterior	3 167	-	-	-	1 695
Outras transferências	782 152	28 088	17 500	290 409	58 156
Transferências de capital	608 407	8 619	36 744	63 109	51 217
Transferências intergovernamentais	111 520	391	2 457	27 273	19 268
Diversas transferências	496 887	8 228	34 287	35 836	31 949
Para o exterior	18 903	-	2 568	-	6 837
Outras transferências	477 984	8 228	31 719	35 836	25 112
Imposto sobre a produção	134 520	26 072	10 826	261	309
Subsídios	152 321	47 546	-	10 107	147
Inversões financeiras	792 463	-	650	311 087	51 902

Governo Estadual
Tabela 1.11 - Despesa consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Nordeste - 2001

(conclusão)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Unidades da Federação				
	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
Total das despesas	2 633 025	6 205 159	1 708 712	1 793 734	8 498 569
Despesas de custeio	1 095 995	3 218 633	871 190	943 856	3 992 397
Pessoal	700 405	2 208 003	621 220	602 792	2 503 739
Pessoal civil e militar	689 277	1 478 119	608 615	541 988	2 213 045
Obrigações patronais	11 128	729 884	12 605	60 804	290 694
Outras compras de bens e serviços	395 590	1 010 630	249 970	341 064	1 488 658
Despesa de capital fixo	433 398	583 906	221 663	147 180	649 948
Construções	312 522	435 735	192 460	117 378	528 922
Aquisição de máquinas e equipamentos	104 907	126 530	28 448	26 007	117 704
Aquisição de terrenos e imóveis	15 969	21 641	755	3 795	3 322
Dívida pública	201 062	454 558	168 503	117 338	836 885
Juros	109 024	219 500	104 251	68 326	435 180
Internos e externos	109 024	219 500	104 251	68 326	435 180
Amortizações	92 038	235 058	64 252	49 012	401 705
Internas e externas	92 038	235 058	64 252	49 012	401 705
Despesas de transferências	824 382	1 816 771	425 473	509 514	2 706 150
Transferências correntes	790 497	1 778 241	425 473	506 803	2 332 558
Transferências intergovernamentais	471 677	689 908	133 976	221 258	1 433 847
Transferências de assistência e previdência	314 194	915 311	288 304	218 101	757 525
Benefícios a servidores públicos	307 461	884 794	286 516	208 323	725 617
Outras transferências de assistência e previdência	6 733	30 517	1 788	9 778	31 908
Diversas transferências	4 626	173 022	3 193	67 444	141 186
Para o exterior	-	111	-	1 361	-
Outras transferências	4 626	172 911	3 193	66 083	141 186
Transferências de capital	33 885	38 530	-	2 711	373 592
Transferências intergovernamentais	1 962	10 252	-	930	48 987
Diversas transferências	31 923	28 278	-	1 781	324 605
Para o exterior	-	7 717	-	1 781	-
Outras transferências	31 923	20 561	-	-	324 605
Imposto sobre a produção	11 347	35 246	4 485	19 050	26 924
Subsídios	9 232	2 835	16 726	24 701	41 027
Inversões financeiras	57 609	93 210	672	32 095	245 238

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Governo Estadual
Tabela 1.12 - Despesa consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Sudeste - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Unidades da Federação			
		Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo
Total das despesas	84 845 274	16 779 920	3 571 831	16 051 233	48 442 290
Despesas de custeio	33 893 996	6 746 548	1 313 057	6 260 433	19 573 958
Pessoal	24 235 878	4 943 116	986 806	4 315 547	13 990 409
Pessoal civil e militar	23 093 768	4 593 888	876 341	4 245 315	13 378 224
Obrigações patronais	1 142 110	349 228	110 465	70 232	612 185
Outras compras de bens e serviços	9 658 118	1 803 432	326 251	1 944 886	5 583 549
Despesa de capital fixo	3 816 594	648 516	149 155	1 234 729	1 784 194
Construções	3 041 408	538 701	125 895	1 119 138	1 257 674
Aquisição de máquinas e equipamentos	743 171	104 406	18 400	101 606	518 759
Aquisição de terrenos e imóveis	32 015	5 409	4 860	13 985	7 761
Dívida pública	7 170 904	1 655 391	200 851	1 329 155	3 985 507
Juros	5 637 224	1 176 252	113 467	1 005 157	3 342 348
Internos e externos	5 637 224	1 176 252	113 467	1 005 157	3 342 348
Amortizações	1 533 680	479 139	87 384	323 998	643 159
Internas e externas	1 533 680	479 139	87 384	323 998	643 159
Despesas de transferências	38 349 229	7 234 433	1 472 985	7 110 031	22 531 780
Transferências correntes	36 065 562	6 989 618	1 461 206	7 110 031	20 504 707
Transferências intergovernamentais	17 334 306	2 618 098	670 775	3 620 168	10 425 265
Transferências de assistência e previdência	16 011 338	3 942 450	518 421	3 010 906	8 539 561
Benefícios a servidores públicos	15 076 674	3 865 707	502 889	2 947 187	7 760 891
Outras transferências de assistência e previdência	934 664	76 743	15 532	63 719	778 670
Diversas transferências	2 719 918	429 070	272 010	478 957	1 539 881
Para o exterior	23 294	-	1 997	-	21 297
Outras transferências	2 696 624	429 070	270 013	478 957	1 518 584
Transferências de capital	2 283 667	244 815	11 779	-	2 027 073
Transferências intergovernamentais	314 859	165 455	6 853	-	142 551
Diversas transferências	1 968 808	79 360	4 926	-	1 884 522
Para o exterior	3 915	-	3 915	-	-
Outras transferências	1 964 893	79 360	1 011	-	1 884 522
Imposto sobre a produção	244 505	438	224	29 004	214 839
Subsídios	398 338	-	1 826	44 505	352 007
Inversões financeiras	971 708	494 594	433 733	43 376	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Governo Estadual
Tabela 1.13 - Despesa consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Sul - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)			
	Total	Unidades da Federação		
		Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
Total das despesas	25 577 415	8 934 078	5 019 821	11 623 516
Despesas de custeio	10 513 240	3 706 743	2 277 630	4 528 867
Pessoal	6 654 513	2 321 477	1 408 793	2 924 243
Pessoal civil e militar	6 321 633	2 189 418	1 269 566	2 862 649
Obrigações patronais	332 880	132 059	139 227	61 594
Outras compras de bens e serviços	3 858 727	1 385 266	868 837	1 604 624
Despesa de capital fixo	1 144 522	326 982	268 927	548 613
Construções	754 111	213 202	190 796	350 113
Aquisição de máquinas e equipamentos	346 071	97 754	75 615	172 702
Aquisição de terrenos e imóveis	44 340	16 026	2 516	25 798
Dívida pública	2 298 696	917 060	401 445	980 191
Juros	1 053 103	570 630	230 947	251 526
Internos e externos	1 053 103	570 630	230 947	251 526
Amortizações	1 245 593	346 430	170 498	728 665
Internas e externas	1 245 593	346 430	170 498	728 665
Despesas de transferências	11 479 152	3 959 591	1 996 467	5 523 094
Transferências correntes	10 982 931	3 626 296	1 955 458	5 401 177
Transferências intergovernamentais	4 958 411	1 484 831	1 052 895	2 420 685
Transferências de assistência e previdência	4 992 543	1 392 803	852 592	2 747 148
Benefícios a servidores públicos	4 885 500	1 342 374	831 875	2 711 251
Outras transferências de assistência e previdência	107 043	50 429	20 717	35 897
Diversas transferências	1 031 977	748 662	49 971	233 344
Para o exterior	3 001	849	-	2 152
Outras transferências	1 028 976	747 813	49 971	231 192
Transferências de capital	496 221	333 295	41 009	121 917
Transferências intergovernamentais	69 847	33 348	22 069	14 430
Diversas transferências	426 374	299 947	18 940	107 487
Para o exterior	10 179	10 179	-	-
Outras transferências	416 195	289 768	18 940	107 487
Imposto sobre a produção	23 627	1 141	22 472	14
Subsídios	36 838	2 249	6 405	28 184
Inversões financeiras	81 340	20 312	46 475	14 553

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Governo Estadual
Tabela 1.14 - Despesa consolidada, do Governo Estadual, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Centro-Oeste - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Unidades da Federação			
		Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
Total das despesas	16 158 744	2 366 390	2 676 527	5 037 721	6 078 106
Despesas de custeio	8 578 807	1 029 553	1 337 661	2 123 240	4 088 353
Pessoal	5 715 173	710 307	796 220	1 294 319	2 914 327
Pessoal civil e militar	5 451 696	616 947	771 913	1 215 265	2 847 571
Obrigações patronais	263 477	93 360	24 307	79 054	66 756
Outras compras de bens e serviços	2 863 634	319 246	541 441	828 921	1 174 026
Despesa de capital fixo	1 152 487	221 999	228 624	363 281	338 583
Construções	861 590	171 184	135 078	261 256	294 072
Aquisição de máquinas e equipamentos	279 701	48 893	91 961	95 259	43 588
Aquisição de terrenos e imóveis	11 196	1 922	1 585	6 766	923
Dívida pública	1 005 359	172 067	299 164	341 627	192 501
Juros	582 475	92 254	189 224	200 988	100 009
Internos e externos	582 475	92 254	189 224	200 988	100 009
Amortizações	422 884	79 813	109 940	140 639	92 492
Internas e externas	422 884	79 813	109 940	140 639	92 492
Despesas de transferências	5 314 254	940 811	790 734	2 205 878	1 376 831
Transferências correntes	5 069 861	936 621	785 021	1 986 699	1 361 520
Transferências intergovernamentais	1 580 146	359 370	440 498	779 846	432
Transferências de assistência e previdência	2 613 202	260 252	291 909	737 847	1 323 194
Benefícios a servidores públicos	2 383 622	216 505	281 159	661 031	1 224 927
Outras transferências de assistência e previdência	229 580	43 747	10 750	76 816	98 267
Diversas transferências	876 513	316 999	52 614	469 006	37 894
Para o exterior	3 374	-	-	-	3 374
Outras transferências	873 139	316 999	52 614	469 006	34 520
Transferências de capital	244 393	4 190	5 713	219 179	15 311
Transferências intergovernamentais	15 286	2 419	1 328	11 539	-
Diversas transferências	229 107	1 771	4 385	207 640	15 311
Para o exterior	-	-	-	-	-
Outras transferências	229 107	1 771	4 385	207 640	15 311
Imposto sobre a produção	22 349	1 960	17 228	831	2 330
Subsídios	49 800	-	-	2 864	46 936
Inversões financeiras	35 688	-	3 116	-	32 572

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Governo Municipal
Tabela 1.15 - Receita consolidada, do Governo Municipal, por Grandes Regiões,
segundo a natureza - Brasil - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total dos recursos	97 879 021	5 741 942	19 875 916	51 100 633	15 642 242	5 518 288
Total das receitas	97 457 860	5 720 321	19 812 165	50 877 006	15 532 510	5 515 858
Receita tributária	18 807 171	583 254	1 912 599	13 049 626	2 589 986	671 706
Impostos sobre a produção e de importação	11 001 011	469 932	1 340 336	7 214 713	1 593 671	382 359
Impostos sobre produtos e de importação	7 499 516	320 684	959 424	5 015 320	921 319	282 769
IPI	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre a importação	-	-	-	-	-	-
ISS	7 499 516	320 684	959 424	5 015 320	921 319	282 769
IOF	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre produtos	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	3 501 495	149 248	380 912	2 199 393	672 352	99 590
Contribuição do salário educação	-	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	3 501 495	149 248	380 912	2 199 393	672 352	99 590
Impostos sobre a renda e o patrimônio	7 806 160	113 322	572 263	5 834 913	996 315	289 347
IPTU	6 576 114	92 570	467 628	5 058 608	758 824	198 484
IPVA	-	-	-	-	-	-
IRPF	-	-	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	1 230 046	20 752	104 635	776 305	237 491	90 863
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	-	-	-	-	-	-
Contribuições para previdência do servidor público	1 810 073	71 303	219 668	1 169 283	299 758	50 061
Receita patrimonial	1 860 452	35 061	143 440	1 367 959	263 117	50 875
Juros	1 546 476	20 258	79 024	1 219 374	194 953	32 867
Aluguéis	109 088	1 893	12 541	86 248	7 270	1 136
Dividendos e participações	58 432	50	26 775	10 458	12 609	8 540
Receita de concessões	70 052	65	1 696	34 782	27 128	6 381
Outras receitas patrimoniais	76 404	12 795	23 404	17 097	21 157	1 951
Receita de venda de bens	626 911	8 612	21 913	497 011	64 590	34 785
Receita de venda de serviços	2 998 323	67 917	423 420	1 652 052	705 506	149 428
Receita de transferências	71 173 808	4 944 857	17 049 575	33 058 344	11 572 040	4 548 992
Transferências correntes	66 464 731	4 124 196	15 715 786	31 666 337	11 088 789	3 869 623
Transferências intergovernamentais	60 236 981	3 907 872	14 996 625	27 926 990	9 851 529	3 553 965
Diversas transferências	6 227 750	216 324	719 161	3 739 347	1 237 260	315 658
Do exterior	1 322	42	30	1 079	171	-
Outras transferências	6 226 428	216 282	719 131	3 738 268	1 237 089	315 658
Transferências de capital	4 709 077	820 661	1 333 789	1 392 007	483 251	679 369
Transferências intergovernamentais	4 422 093	804 681	1 318 871	1 177 029	452 175	669 337
Diversas transferências	286 984	15 980	14 918	214 978	31 076	10 032
Do exterior	684	-	-	468	216	-
Outras transferências	286 300	15 980	14 918	214 510	30 860	10 032
Alienação de bens	130 916	4 225	41 542	41 302	34 017	9 830
Imóveis	71 754	1 317	8 158	25 310	27 475	9 494
Móveis	59 162	2 908	33 384	15 992	6 542	336
Amortização de empréstimos concedidos	50 206	5 092	8	41 429	3 496	181
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito	421 161	21 621	63 751	223 627	109 732	2 430
Internas	242 890	21 621	58 554	79 326	80 959	2 430
Externas	178 271	-	5 197	144 301	28 773	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Governo Municipal
Tabela 1.16 - Receita consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Norte - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)							
	Total	Unidades da Federação						
		Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins
Total dos recursos	5 741 942	673 335	375 037	1 317 864	277 346	2 243 132	224 598	630 630
Total das receitas	5 720 321	673 325	375 037	1 305 375	277 346	2 234 091	224 598	630 549
Receita tributária	583 254	44 241	15 522	206 834	14 772	248 519	14 494	38 872
Impostos sobre a produção e de importação	469 932	33 452	11 769	168 991	11 492	204 578	12 323	27 327
Impostos sobre produtos e de importação	320 684	21 751	9 875	113 184	10 321	134 798	10 247	20 508
IPI	-	-	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre a importação	-	-	-	-	-	-	-	-
ISS	320 684	21 751	9 875	113 184	10 321	134 798	10 247	20 508
IOF	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre produtos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	149 248	11 701	1 894	55 807	1 171	69 780	2 076	6 819
Contribuição do salário educação	-	-	-	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	149 248	11 701	1 894	55 807	1 171	69 780	2 076	6 819
Impostos sobre a renda e o patrimônio	113 322	10 789	3 753	37 843	3 280	43 941	2 171	11 545
IPTU	92 570	8 524	3 263	31 607	2 977	38 045	1 950	6 204
IPVA	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPF	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	20 752	2 265	490	6 236	303	5 896	221	5 341
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições para previdência do servidor público	71 303	11 650	-	18 756	-	37 812	256	2 829
Receita patrimonial	35 061	3 565	1 951	6 710	33	17 093	106	5 603
Juros	20 258	2 789	1 544	5 804	-	8 705	48	1 368
Aluguéis	1 893	692	407	149	33	546	58	8
Dividendos e participações	50	-	-	37	-	13	-	-
Receita de concessões	65	-	-	49	-	16	-	-
Outras receitas patrimoniais	12 795	84	-	671	-	7 813	-	4 227
Receita de venda de bens	8 612	2 514	96	1 402	-	4 473	39	88
Receita de venda de serviços	67 917	2 819	12 560	5 414	690	28 098	-	18 336
Receita de transferências	4 944 857	607 597	344 908	1 065 541	261 851	1 891 662	209 703	563 595
Transferências correntes	4 124 196	442 336	211 901	888 628	123 613	1 817 463	147 716	492 539
Transferências intergovernamentais	3 907 872	407 939	206 776	836 349	119 250	1 726 667	141 620	469 271
Diversas transferências	216 324	34 397	5 125	52 279	4 363	90 796	6 096	23 268
Do exterior	42	-	-	-	-	42	-	-
Outras transferências	216 282	34 397	5 125	52 279	4 363	90 754	6 096	23 268
Transferências de capital	820 661	165 261	133 007	176 913	138 238	74 199	61 987	71 056
Transferências intergovernamentais	804 681	165 041	132 969	176 048	138 238	73 845	61 964	56 576
Diversas transferências	15 980	220	38	865	-	354	23	14 480
Do exterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras transferências	15 980	220	38	865	-	354	23	14 480
Alienação de bens	4 225	586	-	703	-	1 729	-	1 207
Imóveis	1 317	573	-	585	-	55	-	104
Móveis	2 908	13	-	118	-	1 674	-	1 103
Amortização de empréstimos concedidos	5 092	353	-	15	-	4 705	-	19
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito	21 621	10	-	12 489	-	9 041	-	81
Internas	21 621	10	-	12 489	-	9 041	-	81
Externas	-	-	-	-	-	-	-	-

Governo Municipal
Tabela 1.17 - Receita consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Nordeste - 2001

(continua)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Unidades da Federação			
		Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte
Total dos recursos	19 875 916	2 404 192	1 077 089	2 920 873	1 535 662
Total das receitas	19 812 165	2 384 590	1 072 970	2 900 006	1 535 595
Receita tributária	1 912 599	132 861	50 589	264 273	112 420
Impostos sobre a produção e de importação	1 340 336	102 283	33 593	179 406	84 343
Impostos sobre produtos e de importação	959 424	71 715	28 884	127 033	64 230
IPI	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-
Imposto sobre a importação	-	-	-	-	-
ISS	959 424	71 715	28 884	127 033	64 230
IOF	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre produtos	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	380 912	30 568	4 709	52 373	20 113
Contribuição do salário educação	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	380 912	30 568	4 709	52 373	20 113
Impostos sobre a renda e o patrimônio	572 263	30 578	16 996	84 867	28 077
IPTU	467 628	26 600	13 281	66 784	20 655
IPVA	-	-	-	-	-
IRPF	-	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	104 635	3 978	3 715	18 083	7 422
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	-	-	-	-	-
Contribuições para previdência do servidor público	219 668	8 883	16 059	113 828	9 118
Receita patrimonial	143 440	7 520	5 773	29 254	6 925
Juros	79 024	5 997	3 845	23 631	786
Aluguéis	12 541	981	670	473	2 142
Dividendos e participações	26 775	31	10	-	6
Receita de concessões	1 696	47	-	-	4
Outras receitas patrimoniais	23 404	464	1 248	5 150	3 987
Receita de venda de bens	21 913	1 416	22	8 312	439
Receita de venda de serviços	423 420	135 507	5 829	64 239	34 236
Receita de transferências	17 049 575	2 097 639	993 736	2 414 778	1 371 414
Transferências correntes	15 715 786	1 928 391	877 771	2 260 748	1 251 239
Transferências intergovernamentais	14 996 625	1 882 806	856 300	2 141 047	1 186 862
Diversas transferências	719 161	45 585	21 471	119 701	64 377
Do exterior	30	-	-	-	-
Outras transferências	719 131	45 585	21 471	119 701	64 377
Transferências de capital	1 333 789	169 248	115 965	154 030	120 175
Transferências intergovernamentais	1 318 871	168 945	115 855	153 412	119 976
Diversas transferências	14 918	303	110	618	199
Do exterior	-	-	-	-	-
Outras transferências	14 918	303	110	618	199
Alienação de bens	41 542	764	959	5 322	1 043
Imóveis	8 158	652	723	4 986	50
Móveis	33 384	112	236	336	993
Amortização de empréstimos concedidos	8	-	3	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Operações de crédito	63 751	19 602	4 119	20 867	67
Internas	58 554	19 602	4 119	20 867	67
Externas	5 197	-	-	-	-

Governo Municipal
Tabela 1.17 - Receita consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Nordeste - 2001

(conclusão)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Unidades da Federação				
	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
Total dos recursos	1 784 045	2 868 730	1 275 117	862 248	5 147 960
Total das receitas	1 784 010	2 866 318	1 272 610	862 248	5 133 818
Receita tributária	85 051	445 181	89 868	94 066	638 290
Impostos sobre a produção e de importação	54 255	314 047	54 924	62 132	455 353
Impostos sobre produtos e de importação	43 906	195 683	33 223	45 870	348 880
IPI	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-
Imposto sobre a importação	-	-	-	-	-
ISS	43 906	195 683	33 223	45 870	348 880
IOF	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre produtos	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	10 349	118 364	21 701	16 262	106 473
Contribuição do salário educação	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	10 349	118 364	21 701	16 262	106 473
Impostos sobre a renda e o patrimônio	30 796	131 134	34 944	31 934	182 937
IPTU	24 567	111 359	29 334	26 894	148 154
IPVA	-	-	-	-	-
IRPF	-	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	6 229	19 775	5 610	5 040	34 783
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	-	-	-	-	-
Contribuições para previdência do servidor público	11 699	5 688	7 457	5 795	41 141
Receita patrimonial	11 197	33 839	2 525	5 259	41 148
Juros	8 812	3 527	2 349	278	29 799
Aluguéis	32	1 548	54	21	6 620
Dividendos e participações	8	26 706	-	-	14
Receita de concessões	11	23	89	1	1 521
Outras receitas patrimoniais	2 334	2 035	33	4 959	3 194
Receita de venda de bens	609	1 111	35	365	9 604
Receita de venda de serviços	7 050	73 436	11 960	30 942	60 221
Receita de transferências	1 640 799	2 305 684	1 160 223	724 964	4 340 338
Transferências correntes	1 356 326	2 180 910	1 071 995	694 546	4 093 860
Transferências intergovernamentais	1 307 143	2 088 081	1 035 695	638 120	3 860 571
Diversas transferências	49 183	92 829	36 300	56 426	233 289
Do exterior	-	30	-	-	-
Outras transferências	49 183	92 799	36 300	56 426	233 289
Transferências de capital	284 473	124 774	88 228	30 418	246 478
Transferências intergovernamentais	284 185	120 780	86 420	24 836	244 462
Diversas transferências	288	3 994	1 808	5 582	2 016
Do exterior	-	-	-	-	-
Outras transferências	288	3 994	1 808	5 582	2 016
Alienação de bens	27 605	1 379	542	857	3 071
Imóveis	37	179	493	725	313
Móveis	27 568	1 200	49	132	2 758
Amortização de empréstimos concedidos	-	-	-	-	5
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Operações de crédito	35	2 412	2 507	-	14 142
Internas	35	2 412	2 507	-	8 945
Externas	-	-	-	-	5 197

Governo Municipal
Tabela 1.18 - Receita consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Sudeste - 2001

Natureza	Valor em (mil reais)				
	Total	Unidades da Federação			
		Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo
Total dos recursos	51 100 633	9 338 419	1 780 184	11 276 972	28 705 058
Total das receitas	50 877 006	9 319 412	1 771 303	11 183 285	28 603 006
Receita tributária	13 049 626	1 494 511	294 987	3 115 800	8 144 328
Impostos sobre a produção e de importação	7 214 713	908 112	235 127	1 910 342	4 161 132
Impostos sobre produtos e de importação	5 015 320	449 691	144 648	1 320 598	3 100 383
IPI	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-
Imposto sobre a importação	-	-	-	-	-
ISS	5 015 320	449 691	144 648	1 320 598	3 100 383
IOF	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre produtos	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	2 199 393	458 421	90 479	589 744	1 060 749
Contribuição do salário educação	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	2 199 393	458 421	90 479	589 744	1 060 749
Impostos sobre a renda e o patrimônio	5 834 913	586 399	59 860	1 205 458	3 983 196
IPTU	5 058 608	464 991	39 220	1 026 795	3 527 602
IPVA	-	-	-	-	-
IRPF	-	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	776 305	121 408	20 640	178 663	455 594
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	-	-	-	-	-
Contribuições para previdência do servidor público	1 169 283	203 727	22 524	230 125	712 907
Receita patrimonial	1 367 959	82 232	22 337	712 121	551 269
Juros	1 219 374	68 622	12 021	662 109	476 622
Aluguéis	86 248	5 994	8 504	17 115	54 635
Dividendos e participações	10 458	182	12	1 840	8 424
Receita de concessões	34 782	4 956	-	25 836	3 990
Outras receitas patrimoniais	17 097	2 478	1 800	5 221	7 598
Receita de venda de bens	497 011	34 074	1 035	19 526	442 376
Receita de venda de serviços	1 652 052	239 801	17 483	267 972	1 126 796
Receita de transferências	33 058 344	7 249 832	1 409 987	6 803 172	17 595 353
Transferências correntes	31 666 337	6 693 793	1 350 348	6 592 263	17 029 933
Transferências intergovernamentais	27 926 990	6 136 734	1 183 499	6 105 863	14 500 894
Diversas transferências	3 739 347	557 059	166 849	486 400	2 529 039
Do exterior	1 079	-	-	28	1 051
Outras transferências	3 738 268	557 059	166 849	486 372	2 527 988
Transferências de capital	1 392 007	556 039	59 639	210 909	565 420
Transferências intergovernamentais	1 177 029	459 946	57 284	164 557	495 242
Diversas transferências	214 978	96 093	2 355	46 352	70 178
Do exterior	468	-	-	-	468
Outras transferências	214 510	96 093	2 355	46 352	69 710
Alienação de bens	41 302	15 235	2 950	4 081	19 036
Imóveis	25 310	14 801	-	907	9 602
Móveis	15 992	434	2 950	3 174	9 434
Amortização de empréstimos concedidos	41 429	-	-	30 488	10 941
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Operações de crédito	223 627	19 007	8 881	93 687	102 052
Internas	79 326	18 896	7 813	29 653	22 964
Externas	144 301	111	1 068	64 034	79 088

Governo Municipal
Tabela 1.19 - Receita consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Sul - 2001

Natureza	Valor em (1 000 R\$)			
	Total	Unidades da Federação		
		Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
Total dos recursos	15 642 242	5 939 759	3 334 496	6 367 987
Total das receitas	15 532 510	5 914 853	3 315 073	6 302 584
Receita tributária	2 589 986	1 088 143	547 155	954 688
Impostos sobre a produção e de importação	1 593 671	697 488	358 829	537 354
Impostos sobre produtos e de importação	921 319	405 908	164 426	350 985
IPI	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-
Imposto sobre a importação	-	-	-	-
ISS	921 319	405 908	164 426	350 985
IOF	-	-	-	-
Outros impostos sobre produtos	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	672 352	291 580	194 403	186 369
Contribuição do salário educação	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	672 352	291 580	194 403	186 369
Impostos sobre a renda e o patrimônio	996 315	390 655	188 326	417 334
IPTU	758 824	306 139	148 040	304 645
IPVA	-	-	-	-
IRPF	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	237 491	84 516	40 286	112 689
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	-	-	-	-
Contribuições para previdência do servidor público	299 758	119 718	36 997	143 043
Receita patrimonial	263 117	100 761	43 377	118 979
Juros	194 953	65 977	27 550	101 426
Aluguéis	7 270	2 142	2 330	2 798
Dividendos e participações	12 609	8 082	-	4 527
Receita de concessões	27 128	19 809	-	7 319
Outras receitas patrimoniais	21 157	4 751	13 497	2 909
Receita de venda de bens	64 590	27 685	26 146	10 759
Receita de venda de serviços	705 506	456 379	107 167	141 960
Receita de transferências	11 572 040	4 110 668	2 547 537	4 913 835
Transferências correntes	11 088 789	3 895 552	2 386 161	4 807 076
Transferências intergovernamentais	9 851 529	3 403 024	2 088 229	4 360 276
Diversas transferências	1 237 260	492 528	297 932	446 800
Do exterior	171	-	-	171
Outras transferências	1 237 089	492 528	297 932	446 629
Transferências de capital	483 251	215 116	161 376	106 759
Transferências intergovernamentais	452 175	200 653	154 635	96 887
Diversas transferências	31 076	14 463	6 741	9 872
Do exterior	216	87	-	129
Outras transferências	30 860	14 376	6 741	9 743
Alienação de bens	34 017	11 266	6 690	16 061
Imóveis	27 475	7 011	6 263	14 201
Móveis	6 542	4 255	427	1 860
Amortização de empréstimos concedidos	3 496	233	4	3 259
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Operações de crédito	109 732	24 906	19 423	65 403
Internas	80 959	24 906	8 793	47 260
Externas	28 773	-	10 630	18 143

Governo Municipal
Tabela 1.20 - Receita consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Centro-Oeste - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Unidades da Federação			
		Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
Total dos recursos	5 518 288	1 381 710	1 508 433	2 628 145	-
Total das receitas	5 515 858	1 381 017	1 508 013	2 626 828	-
Receita tributária	671 706	195 374	153 281	323 051	-
Impostos sobre a produção e de importação	382 359	103 235	106 731	172 393	-
Impostos sobre produtos e de importação	282 769	75 546	68 152	139 071	-
IPI	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-
Imposto sobre a importação	-	-	-	-	-
ISS	282 769	75 546	68 152	139 071	-
IOF	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre produtos	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	99 590	27 689	38 579	33 322	-
Contribuição do salário educação	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a produção	99 590	27 689	38 579	33 322	-
Impostos sobre a renda e o patrimônio	289 347	92 139	46 550	150 658	-
IPTU	198 484	68 412	25 682	104 390	-
IPVA	-	-	-	-	-
IRPF	-	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	90 863	23 727	20 868	46 268	-
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	-	-	-	-	-
Contribuições para previdência do servidor público	50 061	23 568	11 502	14 991	-
Receita patrimonial	50 875	27 048	5 089	18 738	-
Juros	32 867	16 897	4 333	11 637	-
Aluguéis	1 136	182	754	200	-
Dividendos e participações	8 540	8 532	-	8	-
Receita de concessões	6 381	-	-	6 381	-
Outras receitas patrimoniais	1 951	1 437	2	512	-
Receita de venda de bens	34 785	2 510	30 200	2 075	-
Receita de venda de serviços	149 428	14 062	15 313	120 053	-
Receita de transferências	4 548 992	1 116 804	1 287 880	2 144 308	-
Transferências correntes	3 869 623	877 036	1 033 781	1 958 806	-
Transferências intergovernamentais	3 553 965	809 089	956 015	1 788 861	-
Diversas transferências	315 658	67 947	77 766	169 945	-
Do exterior	-	-	-	-	-
Outras transferências	315 658	67 947	77 766	169 945	-
Transferências de capital	679 369	239 768	254 099	185 502	-
Transferências intergovernamentais	669 337	238 195	249 669	181 473	-
Diversas transferências	10 032	1 573	4 430	4 029	-
Do exterior	-	-	-	-	-
Outras transferências	10 032	1 573	4 430	4 029	-
Alienação de bens	9 830	1 470	4 748	3 612	-
Imóveis	9 494	1 470	4 742	3 282	-
Móveis	336	-	6	330	-
Amortização de empréstimos concedidos	181	181	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Operações de crédito	2 430	693	420	1 317	-
Internas	2 430	693	420	1 317	-
Externas	-	-	-	-	-

Governo Municipal
Tabela 1.21 - Despesa consolidada, do Governo Municipal, por Grandes Regiões,
segundo a natureza - Brasil - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total das despesas	93 825 877	5 534 222	18 840 342	49 101 284	14 917 083	5 432 946
Despesas de custeio	71 162 629	4 349 215	15 119 657	35 594 692	11 726 444	4 372 621
Pessoal	38 389 833	2 327 607	7 670 023	20 023 094	6 186 205	2 182 904
Pessoal civil e militar	34 157 230	2 115 031	6 931 933	17 660 796	5 437 527	2 011 943
Obrigações patronais	4 232 603	212 576	738 090	2 362 298	748 678	170 961
Outras compras de bens e serviços	32 772 796	2 021 608	7 449 634	15 571 598	5 540 239	2 189 717
Despesa de capital fixo	8 608 736	793 213	1 968 212	3 989 642	1 243 958	613 711
Construções	7 377 876	673 383	1 678 593	3 498 965	981 181	545 754
Aquisição de máquinas e equipamentos	1 116 619	115 999	256 329	449 764	235 338	59 189
Aquisição de terrenos e imóveis	114 241	3 831	33 290	40 913	27 439	8 768
Dívida pública	3 407 670	73 691	475 397	2 203 634	531 902	123 046
Juros	1 862 353	23 513	211 969	1 402 738	174 245	49 888
Internos e externos	1 862 353	23 513	211 969	1 402 738	174 245	49 888
Amortizações	1 545 317	50 178	263 428	800 896	357 657	73 158
Internas e externas	1 545 317	50 178	263 428	800 896	357 657	73 158
Despesas de transferências	9 539 119	270 180	1 118 571	6 631 715	1 222 945	295 708
Transferências correntes	9 252 418	263 523	1 103 084	6 404 026	1 191 848	289 937
Transferências intergovernamentais	799 985	40 448	35 857	665 469	58 198	13
Transferências de assistência e previdência	5 891 566	127 323	663 618	4 198 370	751 459	150 796
Benefícios a servidores públicos	5 159 876	105 821	562 688	3 710 897	655 692	124 778
Outras transferências de assistência e previdência	731 690	21 502	100 930	487 473	95 767	26 018
Diversas transferências	2 560 867	95 752	403 609	1 540 187	382 191	139 128
Para o exterior	48 493	196	358	47 886	19	34
Outras transferências	2 512 374	95 556	403 251	1 492 301	382 172	139 094
Transferências de capital	286 701	6 657	15 487	227 689	31 097	5 771
Transferências intergovernamentais	2 658	-	752	1 136	583	187
Diversas transferências	284 043	6 657	14 735	226 553	30 514	5 584
Para o exterior	-	-	-	-	-	-
Outras transferências	284 043	6 657	14 735	226 553	30 514	5 584
Imposto sobre a produção	531 638	29 855	104 597	306 730	65 299	25 157
Subsídios	299 762	2 565	47 157	197 988	51 893	159
Inversões financeiras	276 323	15 503	6 751	176 883	74 642	2 544

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Governo Municipal
Tabela 1.22 - Despesa consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Norte - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)							
	Total	Unidades da Federação						
		Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins
Total das despesas	5 534 222	575 921	237 523	1 227 077	147 530	2 312 957	149 813	883 401
Despesas de custeio	4 349 215	427 165	189 169	947 508	121 927	1 859 841	126 406	677 199
Pessoal	2 327 607	262 848	105 203	572 470	58 269	952 395	66 964	309 458
Pessoal civil e militar	2 115 031	224 233	86 049	547 866	53 476	871 317	60 615	271 475
Obrigações patronais	212 576	38 615	19 154	24 604	4 793	81 078	6 349	37 983
Outras compras de bens e serviços	2 021 608	164 317	83 966	375 038	63 658	907 446	59 442	367 741
Despesa de capital fixo	793 213	104 511	39 080	196 019	20 650	274 990	11 597	146 366
Construções	673 383	78 185	34 033	173 541	17 475	235 089	8 508	126 552
Aquisição de máquinas e equipamentos	115 999	26 299	4 923	21 953	3 175	38 586	2 724	18 339
Aquisição de terrenos e imóveis	3 831	27	124	525	-	1 315	365	1 475
Dívida pública	73 691	12 604	3 187	21 681	2 706	29 465	211	3 837
Juros	23 513	1 921	1 712	11 393	44	6 807	189	1 447
Internos e externos	23 513	1 921	1 712	11 393	44	6 807	189	1 447
Amortizações	50 178	10 683	1 475	10 288	2 662	22 658	22	2 390
Internas e externas	50 178	10 683	1 475	10 288	2 662	22 658	22	2 390
Despesas de transferências	270 180	26 898	3 095	52 182	1 371	124 954	10 514	51 166
Transferências correntes	263 523	26 318	3 095	51 446	1 371	120 957	10 434	49 902
Transferências intergovernamentais	40 448	133	1	4 901	-	33 107	-	2 306
Transferências de assistência e previdência	127 323	8 783	2 287	37 568	823	64 981	8 446	4 435
Benefícios a servidores públicos	105 821	5 992	1 778	33 677	272	53 379	7 796	2 927
Outras transferências de assistência e previdência	21 502	2 791	509	3 891	551	11 602	650	1 508
Diversas transferências	95 752	17 402	807	8 977	548	22 869	1 988	43 161
Para o exterior	196	8	-	65	12	88	16	7
Outras transferências	95 556	17 394	807	8 912	536	22 781	1 972	43 154
Transferências de capital	6 657	580	-	736	-	3 997	80	1 264
Transferências intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversas transferências	6 657	580	-	736	-	3 997	80	1 264
Para o exterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras transferências	6 657	580	-	736	-	3 997	80	1 264
Imposto sobre a produção	29 855	2 850	1 258	9 291	838	10 156	1 022	4 440
Subsídios	2 565	36	1 734	268	38	389	63	37
Inversões financeiras	15 503	1 857	-	128	-	13 162	-	356

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Governo Municipal
Tabela 1.23 - Despesa consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Nordeste - 2001

(continua)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Unidades da Federação			
		Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte
Total das despesas	18 840 342	2 003 395	1 012 824	2 931 729	1 286 534
Despesas de custeio	15 119 657	1 677 339	816 742	2 374 968	901 082
Pessoal	7 670 023	794 608	433 682	1 098 969	508 145
Pessoal civil e militar	6 931 933	733 600	388 861	960 490	447 316
Obrigações patronais	738 090	61 008	44 821	138 479	60 829
Outras compras de bens e serviços	7 449 634	882 731	383 060	1 275 999	392 937
Despesa de capital fixo	1 968 212	223 823	117 988	350 378	148 047
Construções	1 678 593	177 735	88 592	303 107	127 230
Aquisição de máquinas e equipamentos	256 329	42 634	27 833	41 721	17 742
Aquisição de terrenos e imóveis	33 290	3 454	1 563	5 550	3 075
Dívida pública	475 397	25 226	22 199	51 437	14 630
Juros	211 969	5 260	11 180	15 070	6 222
Internos e externos	211 969	5 260	11 180	15 070	6 222
Amortizações	263 428	19 966	11 019	36 367	8 408
Internas e externas	263 428	19 966	11 019	36 367	8 408
Despesas de transferências	1 118 571	63 489	50 050	132 813	215 700
Transferências correntes	1 103 084	55 197	49 672	128 799	215 178
Transferências intergovernamentais	35 857	1	1	843	-
Transferências de assistência e previdência	663 618	40 241	32 940	82 304	45 164
Benefícios a servidores públicos	562 688	32 994	22 057	79 687	37 295
Outras transferências de assistência e previdência	100 930	7 247	10 883	2 617	7 869
Diversas transferências	403 609	14 955	16 731	45 652	170 014
Para o exterior	358	131	4	-	51
Outras transferências	403 251	14 824	16 727	45 652	169 963
Transferências de capital	15 487	8 292	378	4 014	522
Transferências intergovernamentais	752	-	-	169	-
Diversas transferências	14 735	8 292	378	3 845	522
Para o exterior	-	-	-	-	-
Outras transferências	14 735	8 292	378	3 845	522
Imposto sobre a produção	104 597	12 715	5 804	16 975	5 883
Subsídios	47 157	572	24	1 561	215
Inversões financeiras	6 751	231	17	3 597	977

Governo Municipal
Tabela 1.23 - Despesa consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Nordeste - 2001

(conclusão)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Unidades da Federação				
	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
Total das despesas	1 489 705	2 852 333	1 146 595	762 133	5 355 094
Despesas de custeio	1 182 842	2 353 612	936 314	628 084	4 248 674
Pessoal	573 073	1 229 223	436 295	341 837	2 254 191
Pessoal civil e militar	519 361	1 151 386	394 146	305 664	2 031 109
Obrigações patronais	53 712	77 837	42 149	36 173	223 082
Outras compras de bens e serviços	609 769	1 124 389	500 019	286 247	1 994 483
Despesa de capital fixo	174 710	207 547	93 385	83 949	568 385
Construções	150 809	156 685	80 711	74 239	519 485
Aquisição de máquinas e equipamentos	20 239	44 692	11 426	8 712	41 330
Aquisição de terrenos e imóveis	3 662	6 170	1 248	998	7 570
Dívida pública	16 255	57 189	47 681	5 360	235 420
Juros	6 078	29 685	26 905	4 604	106 965
Internos e externos	6 078	29 685	26 905	4 604	106 965
Amortizações	10 177	27 504	20 776	756	128 455
Internas e externas	10 177	27 504	20 776	756	128 455
Despesas de transferências	107 948	207 041	62 772	38 895	239 863
Transferências correntes	107 730	206 049	62 655	38 739	239 065
Transferências intergovernamentais	31 205	11	-	-	3 796
Transferências de assistência e previdência	47 357	163 739	51 871	34 101	165 901
Benefícios a servidores públicos	38 209	139 606	39 919	25 231	147 690
Outras transferências de assistência e previdência	9 148	24 133	11 952	8 870	18 211
Diversas transferências	29 168	42 299	10 784	4 638	69 368
Para o exterior	35	46	4	21	66
Outras transferências	29 133	42 253	10 780	4 617	69 302
Transferências de capital	218	992	117	156	798
Transferências intergovernamentais	-	86	59	-	438
Diversas transferências	218	906	58	156	360
Para o exterior	-	-	-	-	-
Outras transferências	218	906	58	156	360
Imposto sobre a produção	7 755	18 385	6 414	5 746	24 920
Subsídios	163	7 504	17	91	37 010
Inversões financeiras	32	1 055	12	8	822

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Governo Municipal
Tabela 1.24 - Despesa consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Sudeste - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Unidades da Federação			
		Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo
Total das despesas	49 101 284	9 683 325	1 769 399	9 482 931	28 165 629
Despesas de custeio	35 594 692	7 510 103	1 326 204	6 341 645	20 416 740
Pessoal	20 023 094	4 176 675	748 463	3 537 644	11 560 312
Pessoal civil e militar	17 660 796	3 633 002	662 971	3 289 895	10 074 928
Obrigações patronais	2 362 298	543 673	85 492	247 749	1 485 384
Outras compras de bens e serviços	15 571 598	3 333 428	577 741	2 804 001	8 856 428
Despesa de capital fixo	3 989 642	779 219	213 587	923 463	2 073 373
Construções	3 498 965	656 731	185 011	790 860	1 866 363
Aquisição de máquinas e equipamentos	449 764	111 427	25 675	110 369	202 293
Aquisição de terrenos e imóveis	40 913	11 061	2 901	22 234	4 717
Dívida pública	2 203 634	271 183	33 021	415 576	1 483 854
Juros	1 402 738	91 863	10 510	281 378	1 018 987
Internos e externos	1 402 738	91 863	10 510	281 378	1 018 987
Amortizações	800 896	179 320	22 511	134 198	464 867
Internas e externas	800 896	179 320	22 511	134 198	464 867
Despesas de transferências	6 631 715	1 050 861	184 332	1 630 483	3 766 039
Transferências correntes	6 404 026	899 062	176 664	1 579 173	3 749 127
Transferências intergovernamentais	665 469	172 853	20 875	224 390	247 351
Transferências de assistência e previdência	4 198 370	436 357	80 667	1 088 315	2 593 031
Benefícios a servidores públicos	3 710 897	368 057	78 345	1 027 021	2 237 474
Outras transferências de assistência e previdência	487 473	68 300	2 322	61 294	355 557
Diversas transferências	1 540 187	289 852	75 122	266 468	908 745
Para o exterior	47 886	37	4	13	47 832
Outras transferências	1 492 301	289 815	75 118	266 455	860 913
Transferências de capital	227 689	151 799	7 668	51 310	16 912
Transferências intergovernamentais	1 136	1 084	-	2	50
Diversas transferências	226 553	150 715	7 668	51 308	16 862
Para o exterior	-	-	-	-	-
Outras transferências	226 553	150 715	7 668	51 308	16 862
Imposto sobre a produção	306 730	44 706	7 044	65 417	189 563
Subsídios	197 988	2 596	5 206	87 043	103 143
Inversões financeiras	176 883	24 657	5	19 304	132 917

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Governo Municipal
Tabela 1.25 - Despesa consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Sul - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)			
	Total	Unidades da Federação		
		Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
Total das despesas	14 917 083	5 863 826	3 172 294	5 880 963
Despesas de custeio	11 726 444	4 699 423	2 465 556	4 561 465
Pessoal	6 186 205	2 243 417	1 344 712	2 598 076
Pessoal civil e militar	5 437 527	1 973 790	1 188 711	2 275 026
Obrigações patronais	748 678	269 627	156 001	323 050
Outras compras de bens e serviços	5 540 239	2 456 006	1 120 844	1 963 389
Despesa de capital fixo	1 243 958	420 133	341 688	482 137
Construções	981 181	347 624	253 902	379 655
Aquisição de máquinas e equipamentos	235 338	69 694	78 533	87 111
Aquisição de terrenos e imóveis	27 439	2 815	9 253	15 371
Dívida pública	531 902	293 719	73 560	164 623
Juros	174 245	116 875	29 654	27 716
Internos e externos	174 245	116 875	29 654	27 716
Amortizações	357 657	176 844	43 906	136 907
Internas e externas	357 657	176 844	43 906	136 907
Despesas de transferências	1 222 945	357 050	273 099	592 796
Transferências correntes	1 191 848	351 860	271 022	568 966
Transferências intergovernamentais	58 198	2 511	34 290	21 397
Transferências de assistência e previdência	751 459	233 716	104 812	412 931
Benefícios a servidores públicos	655 692	202 507	79 480	373 705
Outras transferências de assistência e previdência	95 767	31 209	25 332	39 226
Diversas transferências	382 191	115 633	131 920	134 638
Para o exterior	19	10	4	5
Outras transferências	382 172	115 623	131 916	134 633
Transferências de capital	31 097	5 190	2 077	23 830
Transferências intergovernamentais	583	250	-	333
Diversas transferências	30 514	4 940	2 077	23 497
Para o exterior	-	-	-	-
Outras transferências	30 514	4 940	2 077	23 497
Imposto sobre a produção	65 299	18 889	13 914	32 496
Subsídios	51 893	14 270	16	37 607
Inversões financeiras	74 642	60 342	4 461	9 839

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Governo Municipal
Tabela 1.26 - Despesa consolidada, do Governo Municipal, por Unidades da Federação,
segundo a natureza - Região Centro-Oeste - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Unidades da Federação			
		Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
Total das despesas	5 432 946	1 246 015	1 505 524	2 681 407	-
Despesas de custeio	4 372 621	995 449	1 154 339	2 222 833	-
Pessoal	2 182 904	479 814	588 089	1 115 001	-
Pessoal civil e militar	2 011 943	428 147	538 917	1 044 879	-
Obrigações patronais	170 961	51 667	49 172	70 122	-
Outras compras de bens e serviços	2 189 717	515 635	566 250	1 107 832	-
Despesa de capital fixo	613 711	169 807	202 097	241 807	-
Construções	545 754	155 375	175 254	215 125	-
Aquisição de máquinas e equipamentos	59 189	13 883	22 677	22 629	-
Aquisição de terrenos e imóveis	8 768	549	4 166	4 053	-
Dívida pública	123 046	30 903	42 040	50 103	-
Juros	49 888	7 174	16 099	26 615	-
Internos e externos	49 888	7 174	16 099	26 615	-
Amortizações	73 158	23 729	25 941	23 488	-
Internas e externas	73 158	23 729	25 941	23 488	-
Despesas de transferências	295 708	44 993	98 176	152 539	-
Transferências correntes	289 937	41 687	95 737	152 513	-
Transferências intergovernamentais	13	10	1	2	-
Transferências de assistência e previdência	150 796	30 288	24 979	95 529	-
Benefícios a servidores públicos	124 778	27 190	19 566	78 022	-
Outras transferências de assistência e previdência	26 018	3 098	5 413	17 507	-
Diversas transferências	139 128	11 389	70 757	56 982	-
Para o exterior	34	-	23	11	-
Outras transferências	139 094	11 389	70 734	56 971	-
Transferências de capital	5 771	3 306	2 439	26	-
Transferências intergovernamentais	187	-	187	-	-
Diversas transferências	5 584	3 306	2 252	26	-
Para o exterior	-	-	-	-	-
Outras transferências	5 584	3 306	2 252	26	-
Imposto sobre a produção	25 157	3 797	8 743	12 617	-
Subsídios	159	-	105	54	-
Inversões financeiras	2 544	1 066	24	1 454	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

União, Estados e Municípios
Tabela 1.27 - Receita consolidada, da União, Estados e Municípios,
segundo a natureza - Brasil - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)			
	Consolidação	União	Estados	Municípios
Total dos recursos	795 993 387	629 069 709	133 703 731	33 219 947
Total das receitas	524 709 713	360 022 754	131 888 173	32 798 786
Receita tributária	296 713 738	174 271 708	103 634 859	18 807 171
Impostos sobre a produção e de importação	197 144 024	89 285 425	96 857 588	11 001 011
Impostos sobre produtos e de importação	134 756 560	33 835 178	93 421 866	7 499 516
IPI	18 883 701	18 883 701	-	-
ICMS	93 109 702	-	93 109 702	-
Imposto sobre a importação	9 023 500	9 023 500	-	-
ISS	7 811 680	-	312 164	7 499 516
IOF	3 553 188	3 553 188	-	-
Outros impostos sobre produtos	2 374 789	2 374 789	-	-
Outros impostos sobre a produção	62 387 464	55 450 247	3 435 722	3 501 495
Contribuição do salário educação	3 068 386	3 068 386	-	-
COFINS	45 678 824	45 678 824	-	-
Outros impostos sobre a produção	13 640 254	6 703 037	3 435 722	3 501 495
Impostos sobre a renda e o patrimônio	99 569 714	84 986 283	6 777 271	7 806 160
IPTU	6 740 470	-	164 356	6 576 114
IPVA	6 220 409	-	6 220 409	-
IRPF	29 046 731	29 046 731	-	-
IRPJ	29 605 854	29 605 854	-	-
Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	8 967 820	8 967 820	-	-
Outros impostos sobre a renda e o patrimônio	18 988 430	17 365 878	392 506	1 230 046
Contribuições ao INSS, PIS/PASEP e FGTS	94 638 075	94 638 075	-	-
Contribuições para previdência do servidor público	12 906 481	4 126 429	6 969 979	1 810 073
Receita patrimonial	46 542 904	39 887 476	4 794 976	1 860 452
Juros	32 276 059	28 057 821	2 671 762	1 546 476
Aluguéis	449 963	269 182	71 693	109 088
Dividendos e participações	2 899 268	2 498 228	342 608	58 432
Receita de concessões	4 464 817	4 380 559	14 206	70 052
Outras receitas patrimoniais	6 452 797	4 681 686	1 694 707	76 404
Receita de venda de bens	1 587 985	434 611	526 463	626 911
Receita de venda de serviços	10 864 434	3 816 131	4 049 980	2 998 323
Receita de transferências	25 329 534	8 961 956	9 852 844	6 514 734
Transferências correntes	23 621 626	8 813 754	8 580 122	6 227 750
Transferências intergovernamentais	-	-	-	-
Diversas transferências	23 621 626	8 813 754	8 580 122	6 227 750
Do exterior	28 322	25 862	1 138	1 322
Outras transferências	23 593 304	8 787 892	8 578 984	6 226 428
Transferências de capital	1 707 908	148 202	1 272 722	286 984
Transferências intergovernamentais	-	-	-	-
Diversas transferências	1 707 908	148 202	1 272 722	286 984
Do exterior	4 638	1 206	2 748	684
Outras transferências	1 703 270	146 996	1 269 974	286 300
Alienação de bens	5 950 317	4 348 020	1 471 381	130 916
Imóveis	379 400	89 947	217 699	71 754
Móveis	5 570 917	4 258 073	1 253 682	59 162
Amortização de empréstimos concedidos	16 317 933	15 680 036	587 691	50 206
Resultado do Banco Central do Brasil	1 137 615	1 137 615	-	-
Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	12 720 697	12 720 697	-	-
Operações de crédito	271 283 674	269 046 955	1 815 558	421 161
Internas	249 975 291	249 157 195	575 206	242 890
Externas	21 308 383	19 889 760	1 240 352	178 271

União, Estados e Municípios
Tabela 1.28 - Despesa consolidada, da União, Estados e Municípios,
segundo a natureza - Brasil - 2001

Natureza	Valor (1 000 R\$)			
	Consolidação	União	Estados	Municípios
Total das despesas	800 749 116	567 060 429	140 665 453	93 023 234
Despesas de custeio	203 005 634	57 816 360	74 026 645	71 162 629
Pessoal	124 164 042	35 289 927	50 484 282	38 389 833
Pessoal civil e militar	113 882 694	32 387 118	47 338 346	34 157 230
Obrigações patronais	10 281 348	2 902 809	3 145 936	4 232 603
Outras compras de bens e serviços	78 841 592	22 526 433	23 542 363	32 772 796
Despesa de capital fixo	26 496 427	6 541 031	11 346 660	8 608 736
Construções	20 026 973	3 764 603	8 884 494	7 377 876
Aquisição de máquinas e equipamentos	5 866 144	2 462 342	2 287 183	1 116 619
Aquisição de terrenos e imóveis	603 310	314 086	174 983	114 241
Dívida pública	351 900 053	334 378 553	14 113 830	3 407 670
Juros	71 207 928	60 227 921	9 117 654	1 862 353
Internos e externos	71 207 928	60 227 921	9 117 654	1 862 353
Amortizações	280 692 125	274 150 632	4 996 176	1 545 317
Internas e externas	280 692 125	274 150 632	4 996 176	1 545 317
Despesas de transferências	190 137 659	143 386 369	38 014 814	8 736 476
Transferências correntes	185 431 996	142 366 119	34 613 444	8 452 433
Transferências intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de assistência e previdência	174 442 752	139 839 720	28 711 466	5 891 566
Benefícios a servidores públicos	63 251 584	31 024 088	27 067 620	5 159 876
Outras transferências de assistência e previdência	111 191 168	108 815 632	1 643 846	731 690
Diversas transferências	10 989 244	2 526 399	5 901 978	2 560 867
Para o exterior	957 495	871 616	37 386	48 493
Outras transferências	10 031 749	1 654 783	5 864 592	2 512 374
Transferências de capital	4 705 663	1 020 250	3 401 370	284 043
Transferências intergovernamentais	-	-	-	-
Diversas transferências	4 705 663	1 020 250	3 401 370	284 043
Para o exterior	86 414	47 127	39 287	-
Outras transferências	4 619 249	973 123	3 362 083	284 043
Imposto sobre a produção	1 101 854	63 356	506 860	531 638
Subsídios	4 174 658	3 226 522	648 374	299 762
Inversões financeiras	23 932 831	21 648 238	2 008 270	276 323

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Empresas públicas

**Tabela 2.1 - Receitas e despesas, por nível de Governo,
segundo a natureza - Brasil -2002**

Natureza	Valor (1 000 R\$)			
	Brasil	Nível de Governo		
		Federal	Estadual	Municipal
I - Resultado operacional				
1 - Receitas operacionais	628 521 206	578 204 767	48 346 787	1 969 652
1.1 - Vendas de bens e serviços	188 625 718	149 545 352	37 220 868	1 859 498
1.2 - Intermediação financeira	438 065 580	427 718 346	10 347 234	-
1.3 - Subsídios	1 829 908	941 069	778 685	110 154
2 - Despesas operacionais	582 978 818	543 009 644	38 051 880	1 917 294
2.1 - Pessoal	32 373 570	21 614 727	9 989 452	769 391
2.1.1 - Salários e ordenados	22 230 553	14 633 706	6 974 312	622 535
2.1.2 - Encargos sociais	10 143 017	6 981 021	3 015 140	146 856
2.2 - Consumo de bens e serviços	83 311 151	67 745 666	14 645 950	919 535
2.3 - Intermediação financeira	415 150 504	410 436 466	4 714 038	-
2.4 - Impostos sobre a produção	37 998 954	31 843 020	6 026 714	129 220
2.5 - Outras despesas operacionais	14 144 639	11 369 765	2 675 726	99 148
3 - Superávit (déficit) operacional	45 542 388	35 195 123	10 294 907	52 358
II - Resultado não-operacional				
4 - Receitas não-operacionais	39 223 076	35 227 555	3 622 535	372 986
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	14 566 313	12 081 274	2 332 888	152 151
4.2.1 - Financeiras	13 268 811	10 884 860	2 248 770	135 181
4.2.2 - Dividendos	1 104 725	1 086 421	18 304	-
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	192 777	109 993	65 814	16 970
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	10 667 382	10 634 072	33 277	33
4.4 - Outras receitas não-operacionais	13 989 381	12 512 209	1 256 370	220 802
5 - Despesas não-operacionais	46 174 005	36 798 626	9 033 280	342 099
5.1 - Transferências	218 827	175 086	40 763	2 978
5.2 - Financeiras	17 621 276	11 290 503	6 091 454	239 319
5.3 - Outras despesas patrimoniais	11 583 523	10 995 594	550 887	37 042
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	8 237 584	8 079 734	143 569	14 281
5.5 - Outras despesas não-operacionais	8 512 795	6 257 709	2 206 607	48 479
6 - Provisão para o imposto de renda	11 336 064	10 590 651	727 819	17 594
7 - Dividendos e outras distribuições	6 732 627	6 000 906	715 648	16 073
III - Despesas de capital				
8 - Formação bruta de capital fixo	22 140 446	14 061 193	7 830 699	248 554
9 - Variação de estoques	1 530 436	1 508 354	20 663	1 419
10 - Inversões financeiras	5 987 898	4 943 250	887 945	156 703
IV - Informação para compatibilização da série				
11 - Depreciação e amortização	9 669 992	5 563 443	4 014 996	91 553
12 - Provisões	24 277 825	21 062 393	3 174 937	40 495

Tabela 2.2 - Receitas e despesas, pelos três níveis de Governo, por Grandes Regiões, segundo a natureza - Brasil - 2002

Natureza	Valor (1 000 R\$)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
I - Resultado operacional						
1 - Receitas operacionais	628 521 206	2 334 322	10 781 337	189 864 067	21 088 310	404 453 170
1.1 - Vendas de bens e serviços	188 625 718	1 279 205	6 284 678	141 093 581	18 035 918	21 932 336
1.2 - Intermediação financeira	438 065 580	1 026 168	4 383 200	47 682 877	2 948 379	382 024 956
1.3 - Subsídios	1 829 908	28 949	113 459	1 087 609	104 013	495 878
2 - Despesas operacionais	582 978 818	2 021 061	7 288 592	151 796 593	14 639 726	407 232 846
2.1 - Pessoal	32 373 570	447 717	1 561 060	12 641 648	3 669 602	14 053 543
2.1.1 - Salários e ordenados	22 230 553	326 678	1 149 120	8 050 557	2 469 220	10 234 978
2.1.2 - Encargos sociais	10 143 017	121 039	411 940	4 591 091	1 200 382	3 818 565
2.2 - Consumo de bens e serviços	83 311 151	833 286	2 617 252	61 577 127	6 316 577	11 966 909
2.3 - Intermediação financeira	415 150 504	384 255	1 839 947	39 963 638	1 296 395	371 666 269
2.4 - Impostos sobre a produção	37 998 954	132 155	563 361	33 598 311	2 407 374	1 297 753
2.5 - Outras despesas operacionais	14 144 639	223 648	706 972	4 015 869	949 778	8 248 372
3 - Superávit (déficit) operacional	45 542 388	313 261	3 492 745	38 067 474	6 448 584	(-) 2 779 676
II - Resultado não-operacional						
4 - Receitas não-operacionais	39 223 076	50 482	684 589	25 797 309	1 134 082	11 556 614
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	14 566 313	22 626	215 864	12 871 846	758 885	697 092
4.2.1 - Financeiras	13 268 811	21 906	208 054	11 652 460	708 262	678 129
4.2.2 - Dividendos	1 104 725	54	2 933	1 090 919	7 912	2 907
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	192 777	666	4 877	128 467	42 711	16 056
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	10 667 382	2 446	10 786	10 342 326	15 321	296 503
4.4 - Outras receitas não-operacionais	13 989 381	25 410	457 939	2 583 137	359 876	10 563 019
5 - Despesas não-operacionais	46 174 005	263 229	1 215 614	32 953 656	4 938 582	6 802 924
5.1 - Transferências	218 827	918	7 715	175 252	16 815	18 127
5.2 - Financeiras	17 621 276	213 647	938 412	12 691 610	3 256 882	520 725
5.3 - Outras despesas patrimoniais	11 583 523	31 494	177 327	9 969 516	724 995	680 191
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	8 237 584	38	991	7 822 403	77 749	336 403
5.5 - Outras despesas não-operacionais	8 512 795	17 132	91 169	2 294 875	862 141	5 247 478
6 - Provisão para o imposto de renda	11 336 064	145 947	262 221	8 816 058	234 118	1 877 720
7 - Dividendos e outras distribuições	6 732 627	16 523	113 349	4 900 422	552 096	1 150 237
III - Despesas de capital						
8 - Formação bruta de capital fixo	22 140 446	1 173 048	1 387 827	14 832 704	1 676 863	3 070 004
9 - Variação de estoques	1 530 436	563	21 872	2 218 258	(-) 1 293	(-) 708 964
10 - Inversões financeiras	5 987 898	27 704	175 813	5 449 074	186 148	149 159
IV - Informação para compatibilização da série						
11 - Depreciação e amortização	9 669 992	117 484	889 231	5 805 093	913 387	1 944 797
12 - Provisões	24 277 825	291 529	1 119 168	11 039 915	760 903	11 066 310

Tabela 2.3 - Receitas e despesas, pelos três níveis de Governo, por atividade econômica, segundo a natureza - Brasil - 2002

(continua)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Atividade econômica			
		Mineração	Indústria de transformação	Serviços de utilidade pública	Energia
I - Resultado operacional					
1 - Receitas operacionais	628 521 206	65 423	83 182 729	13 446 239	43 651 438
1.1 - Vendas de bens e serviços	188 625 718	65 423	83 104 245	13 376 063	43 651 438
1.2 - Intermediação financeira	438 065 580	-	-	-	-
1.3 - Subsídios	1 829 908	-	78 484	70 176	-
2 - Despesas operacionais	582 978 818	82 717	58 838 157	8 992 335	30 569 724
2.1 - Pessoal	32 373 570	30 679	3 914 319	3 399 238	5 012 253
2.1.1 - Salários e ordenados	22 230 553	20 795	2 026 565	2 547 315	3 107 296
2.1.2 - Encargos sociais	10 143 017	9 884	1 887 754	851 923	1 904 957
2.2 - Consumo de bens e serviços	83 311 151	34 914	28 695 943	4 367 405	18 267 818
2.3 - Intermediação financeira	415 150 504	-	-	-	-
2.4 - Impostos sobre a produção	37 998 954	13 096	25 568 248	848 626	6 096 828
2.5 - Outras despesas operacionais	14 144 639	4 028	659 647	377 066	1 192 825
3 - Superávit (déficit) operacional	45 542 388	(-) 17 294	24 344 572	4 453 904	13 081 714
II - Resultado não-operacional					
4 - Receitas não-operacionais	39 223 076	3 246 354	7 085 150	1 129 189	8 804 796
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	14 566 313	634	4 054 990	390 033	5 942 262
4.2.1 - Financeiras	13 268 811	634	3 466 839	390 033	5 430 906
4.2.2 - Dividendos	1 104 725	-	588 151	-	502 541
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	192 777	-	-	-	8 815
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	10 667 382	3 228 445	3 007 837	1 936	2 072 778
4.4 - Outras receitas não-operacionais	13 989 381	17 275	22 323	737 220	789 756
5 - Despesas não-operacionais	46 174 005	1 376 981	11 755 429	2 771 740	17 694 583
5.1 - Transferências	218 827	2	72 458	5 734	111 654
5.2 - Financeiras	17 621 276	29 325	1 647 185	2 449 548	8 999 263
5.3 - Outras despesas patrimoniais	11 583 523	5 245	9 218 063	159 440	1 256 571
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	8 237 584	1 342 042	721 001	75 613	5 238 607
5.5 - Outras despesas não-operacionais	8 512 795	367	96 722	81 405	2 088 488
6 - Provisão para o imposto de renda	11 336 064	102 630	3 289 617	128 836	2 996 102
7 - Dividendos e outras distribuições	6 732 627	504	2 763 984	97 221	1 350 741
III - Despesas de capital					
8 - Formação bruta de capital fixo	22 140 446	394	8 085 391	3 237 050	5 593 720
9 - Variação de estoques	1 530 436	(-) 772	2 076 665	1 224	-
10 - Inversões financeiras	5 987 898	243 321	1 375 071	628 380	1 039 636
IV - Informação para compatibilização da série					
11 - Depreciação e amortização	9 669 992	5 521	2 194 998	1 492 154	3 697 019
12 - Provisões	24 277 825	4 021	3 264 111	836 853	2 798 968

Tabela 2.3 - Receitas e despesas, pelos três níveis de Governo, por atividade econômica, segundo a natureza - Brasil - 2002

(conclusão)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Atividade econômica				
	Transporte	Comunicações	Financeira	Comércio	Diversos
I - Resultado operacional					
1 - Receitas operacionais	6 719 172	5 700 030	449 545 912	24 878 775	1 331 488
1.1 - Vendas de bens e serviços	5 678 533	5 642 198	11 480 332	24 581 521	1 045 965
1.2 - Intermediação financeira	-	-	438 065 580	-	-
1.3 - Subsídios	1 040 639	57 832	-	297 254	285 523
2 - Despesas operacionais	5 534 564	4 240 585	448 964 843	23 459 623	2 296 270
2.1 - Pessoal	2 338 921	2 595 885	13 684 625	715 309	682 341
2.1.1 - Salários e ordenados	1 778 147	1 816 099	9 919 425	504 386	510 525
2.1.2 - Encargos sociais	560 774	779 786	3 765 200	210 923	171 816
2.2 - Consumo de bens e serviços	2 720 936	1 340 805	8 415 003	18 194 077	1 274 250
2.3 - Intermediação financeira	-	-	415 150 504	-	-
2.4 - Impostos sobre a produção	289 575	282 208	272 227	4 381 219	246 927
2.5 - Outras despesas operacionais	185 132	21 687	11 442 484	169 018	92 752
3 - Superávit (déficit) operacional	1 184 608	1 459 445	581 069	1 419 152	(-) 964 782
II - Resultado não-operacional					
4 - Receitas não-operacionais	863 475	634 845	11 228 835	871 224	5 359 208
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	471 334	314 059	14 033	247 631	3 131 337
4.2.1 - Financeiras	348 010	314 059	-	187 965	3 130 365
4.2.2 - Dividendos	-	-	14 033	-	-
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	123 324	-	-	59 666	972
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	7 393	-	309 485	-	2 039 508
4.4 - Outras receitas não-operacionais	384 748	320 786	10 905 317	623 593	188 363
5 - Despesas não-operacionais	2 356 706	545 802	6 151 222	325 992	3 195 550
5.1 - Transferências	2 316	338	18 450	90	7 785
5.2 - Financeiras	1 794 011	5 004	-	208 315	2 488 625
5.3 - Outras despesas patrimoniais	345 400	525 872	-	48 502	24 430
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	94 893	14 058	120 860	1 010	629 500
5.5 - Outras despesas não-operacionais	120 086	530	6 011 912	68 075	45 210
6 - Provisão para o imposto de renda	274 725	270 512	3 410 789	338 162	524 691
7 - Dividendos e outras distribuições	339 517	2 888	1 795 869	171 344	210 559
III - Despesas de capital					
8 - Formação bruta de capital fixo	2 796 604	713 576	1 248 346	372 573	92 792
9 - Variação de estoques	-	966	-	(-) 546 520	(-) 1 127
10 - Inversões financeiras	155 988	75	838 659	39 553	1 667 215
IV - Informação para compatibilização da série					
11 - Depreciação e amortização	772 926	265 275	1 105 657	94 206	42 236
12 - Provisões	849 945	601 067	14 844 064	364 088	714 708

Tabela 2.4 - Receitas e despesas, em nível Federal, por Grandes Regiões, segundo a natureza - Brasil - 2002

Natureza	Valor (1 000 R\$)					
	Total	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
I - Resultado operacional						
1 - Receitas operacionais	578 204 767	1 107 806	6 687 762	163 720 347	6 199 673	400 489 179
1.1 - Vendas de bens e serviços	149 545 352	216 642	2 996 033	121 420 924	6 143 659	18 768 094
1.2 - Intermediação financeira	427 718 346	884 861	3 687 708	41 768 996	-	381 376 781
1.3 - Subsídios	941 069	6 303	4 021	530 427	56 014	344 304
2 - Despesas operacionais	543 009 644	784 659	3 594 166	132 768 356	2 142 343	403 720 120
2.1 - Pessoal	21 614 727	180 994	571 523	7 067 591	388 357	13 406 262
2.1.1 - Salários e ordenados	14 633 706	134 391	427 487	3 973 213	300 790	9 797 825
2.1.2 - Encargos sociais	6 981 021	46 603	144 036	3 094 378	87 567	3 608 437
2.2 - Consumo de bens e serviços	67 745 666	99 551	735 499	55 346 928	1 535 920	10 027 768
2.3 - Intermediação financeira	410 436 466	339 762	1 514 583	37 093 461	-	371 488 660
2.4 - Impostos sobre a produção	31 843 020	7 569	203 475	30 940 853	29 225	661 898
2.5 - Outras despesas operacionais	11 369 765	156 783	569 086	2 319 523	188 841	8 135 532
3 - Superávit (déficit) operacional	35 195 123	323 147	3 093 596	30 951 991	4 057 330	(-) 3 230 941
II - Resultado não-operacional						
4 - Receitas não-operacionais	35 227 555	10 835	397 219	23 222 426	193 598	11 403 477
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	12 081 274	3 042	135 380	11 150 959	151 622	640 271
4.2.1 - Financeiras	10 884 860	2 786	130 608	9 968 088	150 748	632 630
4.2.2 - Dividendos	1 086 421	-	-	1 083 741	-	2 680
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	109 993	256	4 772	99 130	874	4 961
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	10 634 072	960	4 164	10 333 136	5	295 807
4.4 - Outras receitas não-operacionais	12 512 209	6 833	257 675	1 738 331	41 971	10 467 399
5 - Despesas não-operacionais	36 798 626	1 768	725 568	26 785 412	2 882 533	6 403 345
5.1 - Transferências	175 086	259	5 422	150 172	2 771	16 462
5.2 - Financeiras	11 290 503	57	616 389	8 135 819	2 307 559	230 679
5.3 - Outras despesas patrimoniais	10 995 594	151	102 023	9 692 034	562 637	638 749
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	8 079 734	26	489	7 798 843	290	280 086
5.5 - Outras despesas não-operacionais	6 257 709	1 275	1 245	1 008 544	9 276	5 237 369
6 - Provisão para o imposto de renda	10 590 651	117 570	214 706	8 381 825	14 589	1 861 961
7 - Dividendos e outras distribuições	6 000 906	16 485	98 091	4 492 714	243 511	1 150 105
III - Despesas de capital						
8 - Formação bruta de capital fixo	14 061 193	(-) 15 518	548 620	10 390 542	349 140	2 788 409
9 - Variação de estoques	1 508 354	-	-	2 217 318	-	(-) 708 964
10 - Inversões financeiras	4 943 250	2 341	11	4 851 993	-	88 905
IV - Informação para compatibilização da série						
11 - Depreciação e amortização	5 563 443	15 682	532 728	3 253 513	78 415	1 683 105
12 - Provisões	21 062 393	24 096	880 539	9 284 776	44 697	10 828 285

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Tabela 2.5 - Receitas e despesas, em nível Federal, por atividade econômica, segundo a natureza - Brasil - 2002

(continua)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Atividade econômica			
		Mineração	Indústria de transformação	Serviços de utilidade pública	Energia
I - Resultado operacional					
1 - Receitas operacionais	578 204 767	X	83 177 143	X	22 412 600
1.1 - Vendas de bens e serviços	149 545 352	X	83 099 499	X	22 412 600
1.2 - Intermediação financeira	427 718 346	X	-	X	-
1.3 - Subsídios	941 069	X	77 644	X	-
2 - Despesas operacionais	543 009 644	X	58 832 202	X	14 043 045
2.1 - Pessoal	21 614 727	X	3 912 464	X	1 977 108
2.1.1 - Salários e ordenados	14 633 706	X	2 025 266	X	1 091 958
2.1.2 - Encargos sociais	6 981 021	X	1 887 198	X	885 150
2.2 - Consumo de bens e serviços	67 745 666	X	28 692 908	X	10 654 488
2.3 - Intermediação financeira	410 436 466	X	-	X	-
2.4 - Impostos sobre a produção	31 843 020	X	25 567 275	X	1 064 796
2.5 - Outras despesas operacionais	11 369 765	X	659 555	X	346 653
3 - Superávit (déficit) operacional	35 195 123	X	24 344 941	X	8 369 555
II - Resultado não-operacional					
4 - Receitas não-operacionais	35 227 555	X	7 084 837	X	6 787 747
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	X	-	X	-
4.2 - Patrimonial	12 081 274	X	4 054 733	X	4 332 031
4.2.1 - Financeiras	10 884 860	X	3 466 582	X	3 836 813
4.2.2 - Dividendos	1 086 421	X	588 151	X	495 218
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	109 993	X	-	X	-
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	10 634 072	X	3 007 837	X	2 061 758
4.4 - Outras receitas não-operacionais	12 512 209	X	22 267	X	393 958
5 - Despesas não-operacionais	36 798 626	X	11 755 158	X	12 650 136
5.1 - Transferências	175 086	X	72 458	X	85 492
5.2 - Financeiras	11 290 503	X	1 646 914	X	5 675 994
5.3 - Outras despesas patrimoniais	10 995 594	X	9 218 063	X	905 114
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	8 079 734	X	721 001	X	5 171 022
5.5 - Outras despesas não-operacionais	6 257 709	X	96 722	X	812 514
6 - Provisão para o imposto de renda	10 590 651	X	3 289 617	X	2 848 498
7 - Dividendos e outras distribuições	6 000 906	X	2 763 984	X	766 394
III - Despesas de capital					
8 - Formação bruta de capital fixo	14 061 193	X	8 085 257	X	3 401 723
9 - Variação de estoques	1 508 354	X	2 076 746	X	-
10 - Inversões financeiras	4 943 250	X	1 375 071	X	337 174
IV - Informação para compatibilização da série					
11 - Depreciação e amortização	5 563 443	X	2 194 807	X	1 805 804
12 - Provisões	21 062 393	X	3 264 111	X	1 959 526

Tabela 2.5 - Receitas e despesas, em nível Federal, por atividade econômica, segundo a natureza - Brasil - 2002

(conclusão)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Atividade econômica				
	Transporte	Comunicações	Financeira	Comércio	Diversos
I - Resultado operacional					
1 - Receitas operacionais	4 441 161	5 471 430	437 947 124	24 553 053	200 471
1.1 - Vendas de bens e serviços	4 026 954	5 416 088	10 228 778	24 264 091	95 557
1.2 - Intermediação financeira	-	-	427 718 346	-	-
1.3 - Subsídios	414 207	55 342	-	288 962	104 914
2 - Despesas operacionais	3 285 949	4 064 426	439 243 624	23 054 651	427 227
2.1 - Pessoal	1 168 308	2 559 116	11 153 776	640 617	181 911
2.1.1 - Salários e ordenados	874 296	1 791 197	8 264 227	447 781	127 054
2.1.2 - Encargos sociais	294 012	767 919	2 889 549	192 836	54 857
2.2 - Consumo de bens e serviços	1 789 006	1 263 837	7 375 441	17 908 353	53 435
2.3 - Intermediação financeira	-	-	410 436 466	-	-
2.4 - Impostos sobre a produção	215 308	223 761	221 995	4 344 393	179 904
2.5 - Outras despesas operacionais	113 327	17 712	10 055 946	161 288	11 977
3 - Superávit (déficit) operacional	1 155 212	1 407 004	(-) 1 296 500	1 498 402	(-) 226 756
II - Resultado não-operacional					
4 - Receitas não-operacionais	695 502	618 099	11 128 286	859 128	4 627 009
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	380 830	308 682	3 052	244 622	2 588 567
4.2.1 - Financeiras	328 363	308 682	-	187 096	2 588 567
4.2.2 - Dividendos	-	-	3 052	-	-
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	52 467	-	-	57 526	-
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	1 577	-	302 114	-	2 032 077
4.4 - Outras receitas não-operacionais	313 095	309 417	10 823 120	614 506	6 365
5 - Despesas não-operacionais	1 985 566	522 711	5 358 171	321 429	2 804 708
5.1 - Transferências	639	-	16 387	90	20
5.2 - Financeiras	1 569 997	-	-	207 635	2 138 050
5.3 - Outras despesas patrimoniais	302 820	522 575	-	44 908	2 108
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	94 629	-	116 238	1 010	629 492
5.5 - Outras despesas não-operacionais	17 481	136	5 225 546	67 786	35 038
6 - Provisão para o imposto de renda	267 328	263 191	2 917 988	338 162	519 384
7 - Dividendos e outras distribuições	338 032	-	1 753 049	171 344	208 103
III - Despesas de capital					
8 - Formação bruta de capital fixo	946 238	699 557	488 032	368 895	41 144
9 - Variação de estoques	-	-	-	(-) 568 392	-
10 - Inversões financeiras	655	-	663 006	38 764	1 664 083
IV - Informação para compatibilização da série					
11 - Depreciação e amortização	238 152	234 483	984 895	91 009	10 355
12 - Provisões	713 094	594 545	13 538 505	363 030	627 144

Tabela 2.6 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por Grandes Regiões, segundo a natureza - Brasil - 2002

Natureza	Valor (1 000 R\$)					
	Total	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
I - Resultado operacional						
1 - Receitas operacionais	50 316 439	1 226 516	4 093 575	26 143 720	14 888 637	3 963 991
1.1 - Vendas de bens e serviços	39 080 366	1 062 563	3 288 645	19 672 657	11 892 259	3 164 242
1.2 - Intermediação financeira	10 347 234	141 307	695 492	5 913 881	2 948 379	648 175
1.3 - Subsídios	888 839	22 646	109 438	557 182	47 999	151 574
2 - Despesas operacionais	39 969 174	1 236 402	3 694 426	19 028 237	12 497 383	3 512 726
2.1 - Pessoal	10 758 843	266 723	989 537	5 574 057	3 281 245	647 281
2.1.1 - Salários e ordenados	7 596 847	192 287	721 633	4 077 344	2 168 430	437 153
2.1.2 - Encargos sociais	3 161 996	74 436	267 904	1 496 713	1 112 815	210 128
2.2 - Consumo de bens e serviços	15 565 485	733 735	1 881 753	6 230 199	4 780 657	1 939 141
2.3 - Intermediação financeira	4 714 038	44 493	325 364	2 870 177	1 296 395	177 609
2.4 - Impostos sobre a produção	6 155 934	124 586	359 886	2 657 458	2 378 149	635 855
2.5 - Outras despesas operacionais	2 774 874	66 865	137 886	1 696 346	760 937	112 840
3 - Superávit (déficit) operacional	10 347 265	(-) 9 886	399 149	7 115 483	2 391 254	451 265
II - Resultado não-operacional						
4 - Receitas não-operacionais	3 995 521	39 647	287 370	2 574 883	940 484	153 137
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	2 485 039	19 584	80 484	1 720 887	607 263	56 821
4.2.1 - Financeiras	2 383 951	19 120	77 446	1 684 372	557 514	45 499
4.2.2 - Dividendos	18 304	54	2 933	7 178	7 912	227
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	82 784	410	105	29 337	41 837	11 095
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	33 310	1 486	6 622	9 190	15 316	696
4.4 - Outras receitas não-operacionais	1 477 172	18 577	200 264	844 806	317 905	95 620
5 - Despesas não-operacionais	9 375 379	261 461	490 046	6 168 244	2 056 049	399 579
5.1 - Transferências	43 741	659	2 293	25 080	14 044	1 665
5.2 - Financeiras	6 330 773	213 590	322 023	4 555 791	949 323	290 046
5.3 - Outras despesas patrimoniais	587 929	31 343	75 304	277 482	162 358	41 442
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	157 850	12	502	23 560	77 459	56 317
5.5 - Outras despesas não-operacionais	2 255 086	15 857	89 924	1 286 331	852 865	10 109
6 - Provisão para o imposto de renda	745 413	28 377	47 515	434 233	219 529	15 759
7 - Dividendos e outras distribuições	731 721	38	15 258	407 708	308 585	132
III - Despesas de capital						
8 - Formação bruta de capital fixo	8 079 253	1 188 566	839 207	4 442 162	1 327 723	281 595
9 - Variação de estoques	22 082	563	21 872	940	(-) 1 293	-
10 - Inversões financeiras	1 044 648	25 363	175 802	597 081	186 148	60 254
IV - Informação para compatibilização da série						
11 - Depreciação e amortização	4 106 549	101 802	356 503	2 551 580	834 972	261 692
12 - Provisões	3 215 432	267 433	238 629	1 755 139	716 206	238 025

Tabela 2.7 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Norte - 2002

Natureza	Valor (1 000 R\$)							
	Total	Unidades da Federação						
		Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins
I - Resultado operacional								
1 - Receitas operacionais	1 226 516	340 940	138 600	228 743	40 476	308 979	114 756	X
1.1 - Vendas de bens e serviços	1 062 563	340 940	124 172	228 743	40 476	166 078	108 132	X
1.2 - Intermediação financeira	141 307	-	-	-	-	141 307	-	X
1.3 - Subsídios	22 646	-	14 428	-	-	1 594	6 624	X
2 - Despesas operacionais	1 236 402	348 975	134 648	279 515	62 136	276 261	102 679	X
2.1 - Pessoal	266 723	51 963	23 194	42 939	15 709	97 279	21 322	X
2.1.1 - Salários e ordenados	192 287	35 357	18 700	32 345	12 065	66 189	16 318	X
2.1.2 - Encargos sociais	74 436	16 606	4 494	10 594	3 644	31 090	5 004	X
2.2 - Consumo de bens e serviços	733 735	237 960	82 326	187 404	34 737	111 399	65 445	X
2.3 - Intermediação financeira	44 493	-	-	-	-	44 493	-	X
2.4 - Impostos sobre a produção	124 586	54 378	22 049	24 535	6 275	1 763	12 979	X
2.5 - Outras despesas operacionais	66 865	4 674	7 079	24 637	5 415	21 327	2 933	X
3 - Superávit (déficit) operacional	(-) 9 886	(-) 8 035	3 952	(-) 50 772	(-) 21 660	32 718	12 077	X
II - Resultado não-operacional								
4 - Receitas não-operacionais	39 647	6 161	8 158	8 870	139	15 286	1 027	X
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-	-	-	-	X
4.2 - Patrimonial	19 584	4 886	6 842	1 510	130	5 296	918	X
4.2.1 - Financeiras	19 120	4 886	6 842	1 502	130	4 840	918	X
4.2.2 - Dividendos	54	-	-	-	-	54	-	X
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	410	-	-	8	-	402	-	X
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	1 486	-	-	-	-	1 486	-	X
4.4 - Outras receitas não-operacionais	18 577	1 275	1 316	7 360	9	8 504	109	X
5 - Despesas não-operacionais	261 461	68 126	14 804	40 225	3 849	45 325	83 802	X
5.1 - Transferências	659	-	4	5	-	632	18	X
5.2 - Financeiras	213 590	66 206	12 985	12 050	3 510	41 701	74 163	X
5.3 - Outras despesas patrimoniais	31 343	1 194	1 090	18 782	304	508	7 110	X
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	12	-	-	-	-	12	-	X
5.5 - Outras despesas não-operacionais	15 857	726	725	9 388	35	2 472	2 511	X
6 - Provisão para o imposto de renda	28 377	-	28 213	-	-	164	-	X
7 - Dividendos e outras distribuições	38	-	38	-	-	-	-	X
III - Despesas de capital								
8 - Formação bruta de capital fixo	1 188 566	145 367	17 664	39 857	25 574	925 084	27 522	X
9 - Variação de estoques	563	-	-	-	-	563	-	X
10 - Inversões financeiras	25 363	25 339	-	-	2	22	-	X
IV - Informação para compatibilização da série								
11 - Depreciação e amortização	101 802	19 390	7 830	14 942	11 917	23 367	12 125	X
12 - Provisões	267 433	35 139	15 084	9 096	-	88 112	114 943	X

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Tabela 2.8 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Nordeste - 2002

(continua)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Unidades da Federação			
		Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte
I - Resultado operacional					
1 - Receitas operacionais	4 093 575	297 178	384 152	649 785	136 571
1.1 - Vendas de bens e serviços	3 288 645	125 802	348 320	340 493	136 571
1.2 - Intermediação financeira	695 492	144 102	35 832	297 749	-
1.3 - Subsídios	109 438	27 274	-	11 543	-
2 - Despesas operacionais	3 694 426	248 720	389 838	496 721	121 783
2.1 - Pessoal	989 537	73 425	130 331	122 926	49 630
2.1.1 - Salários e ordenados	721 633	48 071	100 414	97 810	30 418
2.1.2 - Encargos sociais	267 904	25 354	29 917	25 116	19 212
2.2 - Consumo de bens e serviços	1 881 753	88 377	177 355	182 656	58 967
2.3 - Intermediação financeira	325 364	76 106	13 703	139 651	-
2.4 - Impostos sobre a produção	359 886	5 745	55 902	31 547	12 998
2.5 - Outras despesas operacionais	137 886	5 067	12 547	19 941	188
3 - Superávit (déficit) operacional	399 149	48 458	(-) 5 686	153 064	14 788
II - Resultado não-operacional					
4 - Receitas não-operacionais	287 370	6 372	38 293	12 479	1 742
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	80 484	2 224	24 024	5 717	5
4.2.1 - Financeiras	77 446	2 062	24 024	3 274	5
4.2.2 - Dividendos	2 933	162	-	2 443	-
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	105	-	-	-	-
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	6 622	193	117	20	-
4.4 - Outras receitas não-operacionais	200 264	3 955	14 152	6 742	1 737
5 - Despesas não-operacionais	490 046	27 802	143 858	44 229	22 578
5.1 - Transferências	2 293	9	899	58	29
5.2 - Financeiras	322 023	19 925	80 162	11 287	20 279
5.3 - Outras despesas patrimoniais	75 304	1 435	9 874	29 872	2 270
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	502	16	44	39	-
5.5 - Outras despesas não-operacionais	89 924	6 417	52 879	2 973	-
6 - Provisão para o imposto de renda	47 515	6 197	47	18 227	-
7 - Dividendos e outras distribuições	15 258	-	-	2 844	-
III - Despesas de capital					
8 - Formação bruta de capital fixo	839 207	49 198	26 722	142 935	13 298
9 - Variação de estoques	21 872	-	-	-	-
10 - Inversões financeiras	175 802	442	-	394	-
IV - Informação para compatibilização da série					
11 - Depreciação e amortização	356 503	41 182	59 137	30 559	11 916
12 - Provisões	238 629	30 436	33 510	16 333	3 652

Tabela 2.8 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Nordeste - 2002

Natureza	(conclusão)				
	Valor (1 000 R\$)				
	Unidades da Federação				
	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
I - Resultado operacional					
1 - Receitas operacionais	205 784	411 344	493 665	235 534	1 279 562
1.1 - Vendas de bens e serviços	197 251	396 723	464 971	145 711	1 132 803
1.2 - Intermediação financeira	-	-	-	87 715	130 094
1.3 - Subsídios	8 533	14 621	28 694	2 108	16 665
2 - Despesas operacionais	170 432	435 451	436 233	217 504	1 177 744
2.1 - Pessoal	59 221	170 494	112 965	81 100	189 445
2.1.1 - Salários e ordenados	42 324	126 010	75 993	59 854	140 739
2.1.2 - Encargos sociais	16 897	44 484	36 972	21 246	48 706
2.2 - Consumo de bens e serviços	89 468	221 771	223 483	77 499	762 177
2.3 - Intermediação financeira	-	-	-	32 108	63 796
2.4 - Impostos sobre a produção	11 291	17 370	83 259	12 060	129 714
2.5 - Outras despesas operacionais	10 452	25 816	16 526	14 737	32 612
3 - Superávit (déficit) operacional	35 352	(-) 24 107	57 432	18 030	101 818
II - Resultado não-operacional					
4 - Receitas não-operacionais	19 682	97 303	55 229	35 856	20 414
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	13 104	2 351	15 320	3 608	14 131
4.2.1 - Financeiras	12 999	2 351	15 320	3 285	14 126
4.2.2 - Dividendos	-	-	-	323	5
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	105	-	-	-	-
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	-	5 133	-	1 138	21
4.4 - Outras receitas não-operacionais	6 578	89 819	39 909	31 110	6 262
5 - Despesas não-operacionais	20 411	88 273	98 626	12 764	31 505
5.1 - Transferências	191	65	223	725	94
5.2 - Financeiras	14 692	68 888	91 553	9 503	5 734
5.3 - Outras despesas patrimoniais	2 241	11 609	5 353	215	12 435
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	3	-	-	68	332
5.5 - Outras despesas não-operacionais	3 284	7 711	1 497	2 253	12 910
6 - Provisão para o imposto de renda	1 091	169	1 594	2 234	17 956
7 - Dividendos e outras distribuições	815	9	620	604	10 366
III - Despesas de capital					
8 - Formação bruta de capital fixo	43 538	111 380	27 732	58 623	365 781
9 - Variação de estoques	-	-	-	-	21 872
10 - Inversões financeiras	791	96	-	3 836	170 243
IV - Informação para compatibilização da série					
11 - Depreciação e amortização	17 083	44 765	34 103	16 944	100 814
12 - Provisões	13 188	45 400	11 990	17 124	66 996

Tabela 2.9 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Sudeste - 2002

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Unidades da Federação			
		Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo
I - Resultado operacional					
1 - Receitas operacionais	26 143 720	8 120 980	847 888	1 852 131	15 322 721
1.1 - Vendas de bens e serviços	19 672 657	7 915 380	339 580	1 724 858	9 692 839
1.2 - Intermediação financeira	5 913 881	200 989	507 011	-	5 205 881
1.3 - Subsídios	557 182	4 611	1 297	127 273	424 001
2 - Despesas operacionais	19 028 237	6 349 957	742 338	1 211 851	10 724 091
2.1 - Pessoal	5 574 057	1 266 085	189 232	581 708	3 537 032
2.1.1 - Salários e ordenados	4 077 344	789 043	141 490	436 365	2 710 446
2.1.2 - Encargos sociais	1 496 713	477 042	47 742	145 343	826 586
2.2 - Consumo de bens e serviços	6 230 199	2 629 907	166 341	438 073	2 995 878
2.3 - Intermediação financeira	2 870 177	88 854	261 926	-	2 519 397
2.4 - Impostos sobre a produção	2 657 458	1 961 681	22 746	176 742	496 289
2.5 - Outras despesas operacionais	1 696 346	403 430	102 093	15 328	1 175 495
3 - Superávit (déficit) operacional	7 115 483	1 771 023	105 550	640 280	4 598 630
II - Resultado não-operacional					
4 - Receitas não-operacionais	2 574 883	953 985	46 674	190 630	1 383 594
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	1 720 887	910 893	24 006	39 283	746 705
4.2.1 - Financeiras	1 684 372	910 114	24 006	38 931	711 321
4.2.2 - Dividendos	7 178	776	-	-	6 402
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	29 337	3	-	352	28 982
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	9 190	1 617	748	-	6 825
4.4 - Outras receitas não-operacionais	844 806	41 475	21 920	151 347	630 064
5 - Despesas não-operacionais	6 168 244	2 503 482	33 172	968 766	2 662 824
5.1 - Transferências	25 080	21 723	4	-	3 353
5.2 - Financeiras	4 555 791	1 317 050	22 109	928 952	2 287 680
5.3 - Outras despesas patrimoniais	277 482	82 640	322	35 787	158 733
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	23 560	5 870	75	82	17 533
5.5 - Outras despesas não-operacionais	1 286 331	1 076 199	10 662	3 945	195 525
6 - Provisão para o imposto de renda	434 233	103 086	4 968	1 670	324 509
7 - Dividendos e outras distribuições	407 708	238 621	18	-	169 069
III - Despesas de capital					
8 - Formação bruta de capital fixo	4 442 162	1 032 073	45 348	191 296	3 173 445
9 - Variação de estoques	940	-	-	-	940
10 - Inversões financeiras	597 081	537 688	3 122	432	55 839
IV - Informação para compatibilização da série					
11 - Depreciação e amortização	2 551 580	704 751	49 592	108 583	1 688 654
12 - Provisões	1 755 139	278 326	102 425	450 254	924 134

Tabela 2.10 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Sul - 2002

Natureza	Valor (1 000 R\$)			
	Total	Unidades da Federação		
		Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
I - Resultado operacional				
1 - Receitas operacionais	14 888 637	5 582 133	3 605 037	5 701 467
1.1 - Vendas de bens e serviços	11 892 259	5 569 018	2 921 792	3 401 449
1.2 - Intermediação financeira	2 948 379	-	683 245	2 265 134
1.3 - Subsídios	47 999	13 115	-	34 884
2 - Despesas operacionais	12 497 383	4 333 911	3 761 841	4 401 631
2.1 - Pessoal	3 281 245	785 448	1 456 071	1 039 726
2.1.1 - Salários e ordenados	2 168 430	514 683	867 098	786 649
2.1.2 - Encargos sociais	1 112 815	270 765	588 973	253 077
2.2 - Consumo de bens e serviços	4 780 657	2 174 671	1 231 162	1 374 824
2.3 - Intermediação financeira	1 296 395	-	269 718	1 026 677
2.4 - Impostos sobre a produção	2 378 149	1 245 464	661 720	470 965
2.5 - Outras despesas operacionais	760 937	128 328	143 170	489 439
3 - Superávit (déficit) operacional	2 391 254	1 248 222	(-) 156 804	1 299 836
II - Resultado não-operacional				
4 - Receitas não-operacionais	940 484	363 160	287 233	290 091
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	607 263	291 139	115 436	200 688
4.2.1 - Financeiras	557 514	256 664	114 827	186 023
4.2.2 - Dividendos	7 912	7 323	-	589
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	41 837	27 152	609	14 076
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	15 316	9 348	3 264	2 704
4.4 - Outras receitas não-operacionais	317 905	62 673	168 533	86 699
5 - Despesas não-operacionais	2 056 049	599 887	1 050 420	405 742
5.1 - Transferências	14 044	10 048	3 493	503
5.2 - Financeiras	949 323	430 549	281 120	237 654
5.3 - Outras despesas patrimoniais	162 358	72 675	12 109	77 574
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	77 459	74 448	1 289	1 722
5.5 - Outras despesas não-operacionais	852 865	12 167	752 409	88 289
6 - Provisão para o imposto de renda	219 529	48 686	40 741	130 102
7 - Dividendos e outras distribuições	308 585	276 131	-	32 454
III - Despesas de capital				
8 - Formação bruta de capital fixo	1 327 723	592 809	207 623	527 291
9 - Variação de estoques	(-) 1 293	373	(-) 5	(-) 1 661
10 - Inversões financeiras	186 148	95 906	24 247	65 995
IV - Informação para compatibilização da série				
11 - Depreciação e amortização	834 972	407 116	120 078	307 778
12 - Provisões	716 206	31 627	222 494	462 085

Tabela 2.11 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por Unidades da Federação, segundo a natureza - Região Centro-Oeste - 2002

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Unidades da Federação			
		Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
I - Resultado operacional					
1 - Receitas operacionais	3 963 991	158 989	56 754	1 683 859	2 064 389
1.1 - Vendas de bens e serviços	3 164 242	158 989	56 754	1 680 050	1 268 449
1.2 - Intermediação financeira	648 175	-	-	-	648 175
1.3 - Subsídios	151 574	-	-	3 809	147 765
2 - Despesas operacionais	3 512 726	131 527	71 534	1 520 069	1 789 596
2.1 - Pessoal	647 281	28 607	27 585	266 435	324 654
2.1.1 - Salários e ordenados	437 153	21 544	8 546	183 389	223 674
2.1.2 - Encargos sociais	210 128	7 063	19 039	83 046	100 980
2.2 - Consumo de bens e serviços	1 939 141	83 929	40 964	822 192	992 056
2.3 - Intermediação financeira	177 609	-	-	-	177 609
2.4 - Impostos sobre a produção	635 855	15 288	2 650	404 440	213 477
2.5 - Outras despesas operacionais	112 840	3 703	335	27 002	81 800
3 - Superávit (déficit) operacional	451 265	27 462	(-) 14 780	163 790	274 793
II - Resultado não-operacional					
4 - Receitas não-operacionais	153 137	12 607	463	114 768	25 299
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	56 821	2 095	-	51 700	3 026
4.2.1 - Financeiras	45 499	2 095	-	42 885	519
4.2.2 - Dividendos	227	-	-	-	227
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	11 095	-	-	8 815	2 280
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	696	-	-	274	422
4.4 - Outras receitas não-operacionais	95 620	10 512	463	62 794	21 851
5 - Despesas não-operacionais	399 579	21 681	78 489	241 102	58 307
5.1 - Transferências	1 665	1 408	-	257	-
5.2 - Financeiras	290 046	19 308	23 327	227 077	20 334
5.3 - Outras despesas patrimoniais	41 442	399	1 054	10 151	29 838
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	56 317	402	53 719	366	1 830
5.5 - Outras despesas não-operacionais	10 109	164	389	3 251	6 305
6 - Provisão para o imposto de renda	15 759	68	-	-	15 691
7 - Dividendos e outras distribuições	132	-	-	-	132
III - Despesas de capital					
8 - Formação bruta de capital fixo	281 595	47 337	(-) 212 910	207 588	239 580
9 - Variação de estoques	-	-	-	-	-
10 - Inversões financeiras	60 254	-	-	-	60 254
IV - Informação para compatibilização da série					
11 - Depreciação e amortização	261 692	1 916	4 892	115 519	139 365
12 - Provisões	238 025	1 086	-	75 160	161 779

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Tabela 2.12 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Brasil - 2002

(continua)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Atividade econômica			
		Mineração	Indústria de transformação	Serviços de utilidade pública	Energia
I - Resultado operacional					
1 - Receitas operacionais	50 316 439	65 423	5 586	13 444 454	21 238 838
1.1 - Vendas de bens e serviços	39 080 366	65 423	4 746	13 374 278	21 238 838
1.2 - Intermediação financeira	10 347 234	-	-	-	-
1.3 - Subsídios	888 839	-	840	70 176	-
2 - Despesas operacionais	39 969 174	48 267	5 955	8 968 265	16 526 679
2.1 - Pessoal	10 758 843	14 396	1 855	3 394 094	3 035 145
2.1.1 - Salários e ordenados	7 596 847	10 859	1 299	2 545 324	2 015 338
2.1.2 - Encargos sociais	3 161 996	3 537	556	848 770	1 019 807
2.2 - Consumo de bens e serviços	15 565 485	30 539	3 035	4 363 582	7 613 330
2.3 - Intermediação financeira	4 714 038	-	-	-	-
2.4 - Impostos sobre a produção	6 155 934	2 590	973	833 544	5 032 032
2.5 - Outras despesas operacionais	2 774 874	742	92	377 045	846 172
3 - Superávit (déficit) operacional	10 347 265	17 156	(-) 369	4 476 189	4 712 159
II - Resultado não-operacional					
4 - Receitas não-operacionais	3 995 521	4 902	313	943 694	2 017 049
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	2 485 039	206	257	221 704	1 610 231
4.2.1 - Financeiras	2 383 951	206	257	221 704	1 594 093
4.2.2 - Dividendos	18 304	-	-	-	7 323
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	82 784	-	-	-	8 815
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	33 310	-	-	1 672	11 020
4.4 - Outras receitas não-operacionais	1 477 172	4 696	56	720 318	395 798
5 - Despesas não-operacionais	9 375 379	11 351	271	2 736 623	5 044 447
5.1 - Transferências	43 741	2	-	5 734	26 162
5.2 - Financeiras	6 330 773	6 102	271	2 420 858	3 323 269
5.3 - Outras despesas patrimoniais	587 929	5 245	-	159 434	351 457
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	157 850	-	-	71 313	67 585
5.5 - Outras despesas não-operacionais	2 255 086	2	-	79 284	1 275 974
6 - Provisão para o imposto de renda	745 413	425	-	84 558	147 604
7 - Dividendos e outras distribuições	731 721	504	-	97 221	584 347
III - Despesas de capital					
8 - Formação bruta de capital fixo	8 079 253	394	134	3 206 703	2 191 997
9 - Variação de estoques	22 082	(-) 772	(-) 81	1 224	-
10 - Inversões financeiras	1 044 648	-	-	7 204	702 462
IV - Informação para compatibilização da série					
11 - Depreciação e amortização	4 106 549	4 697	191	1 489 040	1 891 215
12 - Provisões	3 215 432	1 759	-	836 677	839 442

Tabela 2.12 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Brasil - 2002

(conclusão)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Atividade econômica				
	Transporte	Comunicações	Financeira	Comércio	Diversos
I - Resultado operacional					
1 - Receitas operacionais	2 278 011	228 600	11 598 788	325 722	1 131 017
1.1 - Vendas de bens e serviços	1 651 579	226 110	1 251 554	317 430	950 408
1.2 - Intermediação financeira	-	-	10 347 234	-	-
1.3 - Subsídios	626 432	2 490	-	8 292	180 609
2 - Despesas operacionais	2 248 615	176 159	9 721 219	404 972	1 869 043
2.1 - Pessoal	1 170 613	36 769	2 530 849	74 692	500 430
2.1.1 - Salários e ordenados	903 851	24 902	1 655 198	56 605	383 471
2.1.2 - Encargos sociais	266 762	11 867	875 651	18 087	116 959
2.2 - Consumo de bens e serviços	931 930	76 968	1 039 562	285 724	1 220 815
2.3 - Intermediação financeira	-	-	4 714 038	-	-
2.4 - Impostos sobre a produção	74 267	58 447	50 232	36 826	67 023
2.5 - Outras despesas operacionais	71 805	3 975	1 386 538	7 730	80 775
3 - Superávit (déficit) operacional	29 396	52 441	1 877 569	(-) 79 250	(-) 738 026
II - Resultado não-operacional					
4 - Receitas não-operacionais	167 973	16 746	100 549	12 096	732 199
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	90 504	5 377	10 981	3 009	542 770
4.2.1 - Financeiras	19 647	5 377	-	869	541 798
4.2.2 - Dividendos	-	-	10 981	-	-
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	70 857	-	-	2 140	972
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	5 816	-	7 371	-	7 431
4.4 - Outras receitas não-operacionais	71 653	11 369	82 197	9 087	181 998
5 - Despesas não-operacionais	371 140	23 091	793 051	4 563	390 842
5.1 - Transferências	1 677	338	2 063	-	7 765
5.2 - Financeiras	224 014	5 004	-	680	350 575
5.3 - Outras despesas patrimoniais	42 580	3 297	-	3 594	22 322
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	264	14 058	4 622	-	8
5.5 - Outras despesas não-operacionais	102 605	394	786 366	289	10 172
6 - Provisão para o imposto de renda	7 397	7 321	492 801	-	5 307
7 - Dividendos e outras distribuições	1 485	2 888	42 820	-	2 456
III - Despesas de capital					
8 - Formação bruta de capital fixo	1 850 366	14 019	760 314	3 678	51 648
9 - Variação de estoques	-	966	-	21 872	(-) 1 127
10 - Inversões financeiras	155 333	75	175 653	789	3 132
IV - Informação para compatibilização da série					
11 - Depreciação e amortização	534 774	30 792	120 762	3 197	31 881
12 - Provisões	136 851	6 522	1 305 559	1 058	87 564

Tabela 2.13 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Região Norte - 2002

Natureza	Valor (1 000 R\$)						
	Total	Atividade econômica					
		Indústria de transformação	Serviços de utilidade pública	Energia	Transporte	Financeira	Diversos
I - Resultado operacional							
1 - Receitas operacionais	1 226 516	X	277 576	750 137	13 724	154 361	29 878
1.1 - Vendas de bens e serviços	1 062 563	X	259 951	750 137	13 724	13 054	25 697
1.2 - Intermediação financeira	141 307	X	-	-	-	141 307	-
1.3 - Subsídios	22 646	X	17 625	-	-	-	4 181
2 - Despesas operacionais	1 236 402	X	230 681	803 375	17 902	134 446	49 427
2.1 - Pessoal	266 723	X	105 619	87 388	12 426	51 235	9 568
2.1.1 - Salários e ordenados	192 287	X	81 042	63 961	9 781	29 916	7 304
2.1.2 - Encargos sociais	74 436	X	24 577	23 427	2 645	21 319	2 264
2.2 - Consumo de bens e serviços	733 735	X	98 319	570 061	3 335	28 892	33 056
2.3 - Intermediação financeira	44 493	X	-	-	-	44 493	-
2.4 - Impostos sobre a produção	124 586	X	11 166	111 101	570	1 509	233
2.5 - Outras despesas operacionais	66 865	X	15 577	34 825	1 571	8 317	6 570
3 - Superávit (déficit) operacional	(-) 9 886	X	46 895	(-) 53 238	(-) 4 178	19 915	(-) 19 549
II - Resultado não-operacional							
4 - Receitas não-operacionais	39 647	X	10 311	9 913	8 159	2 500	8 764
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	X	-	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	19 584	X	1 384	9 161	946	54	8 039
4.2.1 - Financeiras	19 120	X	1 384	9 161	538	-	8 037
4.2.2 - Dividendos	54	X	-	-	-	54	-
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	410	X	-	-	408	-	2
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	1 486	X	-	-	-	1 486	-
4.4 - Outras receitas não-operacionais	18 577	X	8 927	752	7 213	960	725
5 - Despesas não-operacionais	261 461	X	44 054	190 812	9 415	351	16 559
5.1 - Transferências	659	X	44	4	8	-	603
5.2 - Financeiras	213 590	X	36 813	160 651	166	-	15 690
5.3 - Outras despesas patrimoniais	31 343	X	4 006	27 065	20	-	252
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	12	X	-	-	-	12	-
5.5 - Outras despesas não-operacionais	15 857	X	3 191	3 092	9 221	339	14
6 - Provisão para o imposto de renda	28 377	X	-	28 213	-	164	-
7 - Dividendos e outras distribuições	38	X	-	-	-	-	38
III - Despesas de capital							
8 - Formação bruta de capital fixo	1 188 566	X	947 587	230 311	716	10 084	(-) 132
9 - Variação de estoques	563	X	563	-	-	-	-
10 - Inversões financeiras	25 363	X	3 016	22 325	-	22	-
IV - Informação para compatibilização da série							
11 - Depreciação e amortização	101 802	X	55 370	41 353	-	4 619	395
12 - Provisões	267 433	X	93 513	132 636	-	12 879	28 405

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Tabela 2.14 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Região Nordeste - 2002

(continua)

Natureza	Valor (1 000 R\$)			
	Total	Atividade econômica		
		Mineração	Serviços de utilidade pública	Energia
I - Resultado operacional				
1 - Receitas operacionais	4 093 575	X	2 207 487	581 284
1.1 - Vendas de bens e serviços	3 288 645	X	2 180 213	581 284
1.2 - Intermediação financeira	695 492	X	-	-
1.3 - Subsídios	109 438	X	27 274	-
2 - Despesas operacionais	3 694 426	X	1 829 715	531 330
2.1 - Pessoal	989 537	X	504 971	92 274
2.1.1 - Salários e ordenados	721 633	X	370 696	62 403
2.1.2 - Encargos sociais	267 904	X	134 275	29 871
2.2 - Consumo de bens e serviços	1 881 753	X	1 103 789	280 686
2.3 - Intermediação financeira	325 364	X	-	-
2.4 - Impostos sobre a produção	359 886	X	172 318	130 732
2.5 - Outras despesas operacionais	137 886	X	48 637	27 638
3 - Superávit (déficit) operacional	399 149	X	377 772	49 954
II - Resultado não-operacional				
4 - Receitas não-operacionais	287 370	X	59 782	64 088
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	X	-	-
4.2 - Patrimonial	80 484	X	19 514	21 639
4.2.1 - Financeiras	77 446	X	19 514	21 639
4.2.2 - Dividendos	2 933	X	-	-
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	105	X	-	-
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	6 622	X	-	-
4.4 - Outras receitas não-operacionais	200 264	X	40 268	42 449
5 - Despesas não-operacionais	490 046	X	235 022	149 158
5.1 - Transferências	2 293	X	272	139
5.2 - Financeiras	322 023	X	169 242	82 129
5.3 - Outras despesas patrimoniais	75 304	X	51 433	12 570
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	502	X	-	-
5.5 - Outras despesas não-operacionais	89 924	X	14 075	54 320
6 - Provisão para o imposto de renda	47 515	X	23 165	-
7 - Dividendos e outras distribuições	15 258	X	13 346	-
III - Despesas de capital				
8 - Formação bruta de capital fixo	839 207	X	560 010	36 746
9 - Variação de estoques	21 872	X	-	-
10 - Inversões financeiras	175 802	X	307	-
IV - Informação para compatibilização da série				
11 - Depreciação e amortização	356 503	X	278 175	37 704
12 - Provisões	238 629	X	94 830	43 335

Tabela 2.14 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Região Nordeste - 2002

Natureza	(conclusão)			
	Valor (1 000 R\$)			
	Atividade econômica			
	Transporte	Financeira	Comércio	Diversos
I - Resultado operacional				
1 - Receitas operacionais	99 787	742 048	325 722	137 247
1.1 - Vendas de bens e serviços	81 172	46 556	317 430	81 990
1.2 - Intermediação financeira	-	695 492	-	-
1.3 - Subsídios	18 615	-	8 292	55 257
2 - Despesas operacionais	113 123	593 171	394 476	232 455
2.1 - Pessoal	59 855	132 033	64 428	135 859
2.1.1 - Salários e ordenados	46 504	88 091	48 786	105 065
2.1.2 - Encargos sociais	13 351	43 942	15 642	30 794
2.2 - Consumo de bens e serviços	41 737	102 416	285 652	67 445
2.3 - Intermediação financeira	-	325 364	-	-
2.4 - Impostos sobre a produção	8 046	2 576	36 731	9 480
2.5 - Outras despesas operacionais	3 485	30 782	7 665	19 671
3 - Superávit (déficit) operacional	(-) 13 336	148 877	(-) 68 754	(-) 95 208
II - Resultado não-operacional				
4 - Receitas não-operacionais	20 874	4 836	597	137 034
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	3 669	2 933	580	32 140
4.2.1 - Financeiras	3 669	-	475	32 140
4.2.2 - Dividendos	-	2 933	-	-
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	-	-	105	-
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	49	352	-	6 221
4.4 - Outras receitas não-operacionais	17 156	1 551	17	98 673
5 - Despesas não-operacionais	10 253	21 655	4 455	69 450
5.1 - Transferências	65	447	-	1 370
5.2 - Financeiras	5 696	-	575	64 328
5.3 - Outras despesas patrimoniais	3 961	-	3 591	3 749
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	-	499	-	3
5.5 - Outras despesas não-operacionais	531	20 709	289	-
6 - Provisão para o imposto de renda	4 285	19 973	-	92
7 - Dividendos e outras distribuições	-	1 690	-	222
III - Despesas de capital				
8 - Formação bruta de capital fixo	88 047	111 057	3 678	39 669
9 - Variação de estoques	-	-	21 872	-
10 - Inversões financeiras	154 833	19 775	789	98
IV - Informação para compatibilização da série				
11 - Depreciação e amortização	4 146	13 674	3 003	19 801
12 - Provisões	897	57 880	-	41 687

Tabela 2.15 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Região Sudeste - 2002

(continua)

Natureza	Valor (1 000 R\$)			
	Total	Atividade econômica		
		Mineração	Serviços de utilidade pública	Energia
I - Resultado operacional				
1 - Receitas operacionais	26 143 720	X	7 475 169	9 700 828
1.1 - Vendas de bens e serviços	19 672 657	X	7 452 603	9 700 828
1.2 - Intermediação financeira	5 913 881	X	-	-
1.3 - Subsídios	557 182	X	22 566	-
2 - Despesas operacionais	19 028 237	X	4 548 453	6 287 106
2.1 - Pessoal	5 574 057	X	1 906 103	1 190 284
2.1.1 - Salários e ordenados	4 077 344	X	1 450 563	697 547
2.1.2 - Encargos sociais	1 496 713	X	455 540	492 737
2.2 - Consumo de bens e serviços	6 230 199	X	1 911 336	2 525 714
2.3 - Intermediação financeira	2 870 177	X	-	-
2.4 - Impostos sobre a produção	2 657 458	X	477 455	2 065 078
2.5 - Outras despesas operacionais	1 696 346	X	253 559	506 030
3 - Superávit (déficit) operacional	7 115 483	X	2 926 716	3 413 722
II - Resultado não-operacional				
4 - Receitas não-operacionais	2 574 883	X	767 404	1 189 171
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	X	-	-
4.2 - Patrimonial	1 720 887	X	147 694	1 107 627
4.2.1 - Financeiras	1 684 372	X	147 694	1 107 627
4.2.2 - Dividendos	7 178	X	-	-
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	29 337	X	-	-
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	9 190	X	7	1 470
4.4 - Outras receitas não-operacionais	844 806	X	619 703	80 074
5 - Despesas não-operacionais	6 168 244	X	1 981 174	3 600 061
5.1 - Transferências	25 080	X	2 628	14 304
5.2 - Financeiras	4 555 791	X	1 841 533	2 283 509
5.3 - Outras despesas patrimoniais	277 482	X	81 449	147 782
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	23 560	X	16 692	5 744
5.5 - Outras despesas não-operacionais	1 286 331	X	38 872	1 148 722
6 - Provisão para o imposto de renda	434 233	X	21 020	118 461
7 - Dividendos e outras distribuições	407 708	X	17 040	377 935
III - Despesas de capital				
8 - Formação bruta de capital fixo	4 442 162	X	1 127 936	1 304 985
9 - Variação de estoques	940	X	574	-
10 - Inversões financeiras	597 081	X	1 302	509 570
IV - Informação para compatibilização da série				
11 - Depreciação e amortização	2 551 580	X	853 442	1 151 997
12 - Provisões	1 755 139	X	577 238	279 923

Tabela 2.15 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Região Sudeste - 2002

Natureza	(conclusão)			
	Valor (1 000 R\$)			
	Atividade econômica			
	Transporte	Comunicações	Financeira	Diversos
I - Resultado operacional				
1 - Receitas operacionais	1 687 283	X	6 791 107	466 735
1.1 - Vendas de bens e serviços	1 257 094	X	877 226	364 798
1.2 - Intermediação financeira	-	X	5 913 881	-
1.3 - Subsídios	430 189	X	-	101 937
2 - Despesas operacionais	1 674 711	X	5 512 689	988 239
2.1 - Pessoal	925 070	X	1 296 918	251 817
2.1.1 - Salários e ordenados	718 880	X	1 019 791	187 655
2.1.2 - Encargos sociais	206 190	X	277 127	64 162
2.2 - Consumo de bens e serviços	659 454	X	460 718	661 116
2.3 - Intermediação financeira	-	X	2 870 177	-
2.4 - Impostos sobre a produção	53 416	X	15 522	44 841
2.5 - Outras despesas operacionais	36 771	X	869 354	30 465
3 - Superávit (déficit) operacional	12 572	X	1 278 418	(-) 521 504
II - Resultado não-operacional				
4 - Receitas não-operacionais	81 300	X	66 339	470 113
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	X	-	-
4.2 - Patrimonial	36 667	X	7 178	421 567
4.2.1 - Financeiras	7 333	X	-	421 564
4.2.2 - Dividendos	-	X	7 178	-
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	29 334	X	-	3
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	5 767	X	990	956
4.4 - Outras receitas não-operacionais	38 866	X	58 171	47 590
5 - Despesas não-operacionais	281 782	X	62 616	237 620
5.1 - Transferências	1 496	X	1 233	5 417
5.2 - Financeiras	213 775	X	-	216 882
5.3 - Outras despesas patrimoniais	34 350	X	-	9 004
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	264	X	857	3
5.5 - Outras despesas não-operacionais	31 897	X	60 526	6 314
6 - Provisão para o imposto de renda	1 812	X	288 521	4 053
7 - Dividendos e outras distribuições	1 485	X	8 548	2 196
III - Despesas de capital				
8 - Formação bruta de capital fixo	1 659 987	X	340 210	8 947
9 - Variação de estoques	-	X	-	366
10 - Inversões financeiras	-	X	83 205	3 004
IV - Informação para compatibilização da série				
11 - Depreciação e amortização	478 763	X	60 681	6 469
12 - Provisões	129 796	X	757 562	10 452

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Tabela 2.16 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Região Sul - 2002

(continua)

Natureza	Valor (1 000 R\$)				
	Total	Atividade econômica			
		Mineração	Indústria de transformação	Serviços de utilidade pública	Energia
I - Resultado operacional					
1 - Receitas operacionais	14 888 637	X	X	2 581 942	8 062 311
1.1 - Vendas de bens e serviços	11 892 259	X	X	2 579 231	8 062 311
1.2 - Intermediação financeira	2 948 379	X	X	-	-
1.3 - Subsídios	47 999	X	X	2 711	-
2 - Despesas operacionais	12 497 383	X	X	1 747 120	6 791 899
2.1 - Pessoal	3 281 245	X	X	636 236	1 433 611
2.1.1 - Salários e ordenados	2 168 430	X	X	488 371	1 037 126
2.1.2 - Encargos sociais	1 112 815	X	X	147 865	396 485
2.2 - Consumo de bens e serviços	4 780 657	X	X	946 828	2 959 812
2.3 - Intermediação financeira	1 296 395	X	X	-	-
2.4 - Impostos sobre a produção	2 378 149	X	X	128 635	2 140 935
2.5 - Outras despesas operacionais	760 937	X	X	35 421	257 541
3 - Superávit (déficit) operacional	2 391 254	X	X	834 822	1 270 412
II - Resultado não-operacional					
4 - Receitas não-operacionais	940 484	X	X	81 565	650 705
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	X	X	-	-
4.2 - Patrimonial	607 263	X	X	46 493	425 311
4.2.1 - Financeiras	557 514	X	X	46 493	417 988
4.2.2 - Dividendos	7 912	X	X	-	7 323
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	41 837	X	X	-	-
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	15 316	X	X	1 665	9 530
4.4 - Outras receitas não-operacionais	317 905	X	X	33 407	215 864
5 - Despesas não-operacionais	2 056 049	X	X	284 172	905 914
5.1 - Transferências	14 044	X	X	1 446	11 715
5.2 - Financeiras	949 323	X	X	251 532	633 622
5.3 - Outras despesas patrimoniais	162 358	X	X	15 042	131 099
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	77 459	X	X	500	61 475
5.5 - Outras despesas não-operacionais	852 865	X	X	15 652	68 003
6 - Provisão para o imposto de renda	219 529	X	X	40 373	930
7 - Dividendos e outras distribuições	308 585	X	X	66 835	206 412
III - Despesas de capital					
8 - Formação bruta de capital fixo	1 327 723	X	X	552 145	501 970
9 - Variação de estoques	(-) 1 293	X	X	87	-
10 - Inversões financeiras	186 148	X	X	2 579	143 237
IV - Informação para compatibilização da série					
11 - Depreciação e amortização	834 972	X	X	204 423	558 237
12 - Provisões	716 206	X	X	31 848	279 035

Tabela 2.16 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Sul - 2002

Natureza	(conclusão)			
	Valor (1 000 R\$)			
	Atividade econômica			
	Transporte	Comunicações	Financeira	Diversos
I - Resultado operacional				
1 - Receitas operacionais	292 964	X	3 192 105	483 144
1.1 - Vendas de bens e serviços	263 101	X	243 726	467 719
1.2 - Intermediação financeira	-	X	2 948 379	-
1.3 - Subsídios	29 863	X	-	15 425
2 - Despesas operacionais	250 561	X	2 909 197	585 991
2.1 - Pessoal	137 913	X	930 386	94 548
2.1.1 - Salários e ordenados	101 569	X	430 969	76 614
2.1.2 - Encargos sociais	36 344	X	499 417	17 934
2.2 - Consumo de bens e serviços	85 274	X	233 569	456 593
2.3 - Intermediação financeira	-	X	1 296 395	-
2.4 - Impostos sobre a produção	8 530	X	27 523	11 672
2.5 - Outras despesas operacionais	18 844	X	421 324	23 178
3 - Superávit (déficit) operacional	42 403	X	282 908	(-) 102 847
II - Resultado não-operacional				
4 - Receitas não-operacionais	54 811	X	17 104	115 053
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	X	-	-
4.2 - Patrimonial	48 805	X	589	80 388
4.2.1 - Financeiras	7 690	X	-	79 666
4.2.2 - Dividendos	-	X	589	-
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	41 115	X	-	722
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	-	X	4 121	-
4.4 - Outras receitas não-operacionais	6 006	X	12 394	34 665
5 - Despesas não-operacionais	65 399	X	705 863	65 302
5.1 - Transferências	103	X	383	59
5.2 - Financeiras	1 008	X	-	52 199
5.3 - Outras despesas patrimoniais	3 354	X	-	9 218
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	-	X	1 424	2
5.5 - Outras despesas não-operacionais	60 934	X	704 056	3 824
6 - Provisão para o imposto de renda	1 300	X	168 452	1 094
7 - Dividendos e outras distribuições	-	X	32 450	-
III - Despesas de capital				
8 - Formação bruta de capital fixo	45 189	X	210 945	3 024
9 - Variação de estoques	-	X	-	(-) 1 493
10 - Inversões financeiras	500	X	39 727	30
IV - Informação para compatibilização da série				
11 - Depreciação e amortização	11 090	X	21 927	3 908
12 - Provisões	2 668	X	388 157	6 385

Tabela 2.17 - Receitas e despesas, em nível Estadual e Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Região Centro-Oeste - 2002

Natureza	Valor (1 000 R\$)						
	Total	Atividade econômica					
		Serviços de utilidade pública	Energia	Transporte	Financeira	Comércio	Diversos
I - Resultado operacional							
1 - Receitas operacionais	3 963 991	902 280	2 144 278	184 253	719 167	X	14 013
1.1 - Vendas de bens e serviços	3 164 242	902 280	2 144 278	36 488	70 992	X	10 204
1.2 - Intermediação financeira	648 175	-	-	-	648 175	X	-
1.3 - Subsídios	151 574	-	-	147 765	-	X	3 809
2 - Despesas operacionais	3 512 726	612 296	2 112 969	192 318	571 716	X	12 931
2.1 - Pessoal	647 281	241 165	231 588	35 349	120 277	X	8 638
2.1.1 - Salários e ordenados	437 153	154 652	154 301	27 117	86 431	X	6 833
2.1.2 - Encargos sociais	210 128	86 513	77 287	8 232	33 846	X	1 805
2.2 - Consumo de bens e serviços	1 939 141	303 310	1 277 057	142 130	213 967	X	2 605
2.3 - Intermediação financeira	177 609	-	-	-	177 609	X	-
2.4 - Impostos sobre a produção	635 855	43 970	584 186	3 705	3 102	X	797
2.5 - Outras despesas operacionais	112 840	23 851	20 138	11 134	56 761	X	891
3 - Superávit (déficit) operacional	451 265	289 984	31 309	(-) 8 065	147 451	X	1 082
II - Resultado não-operacional							
4 - Receitas não-operacionais	153 137	24 632	103 172	2 829	9 770	X	1 235
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-	-	X	-
4.2 - Patrimonial	56 821	6 619	46 493	417	227	X	636
4.2.1 - Financeiras	45 499	6 619	37 678	417	-	X	391
4.2.2 - Dividendos	227	-	-	-	227	X	-
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	11 095	-	8 815	-	-	X	245
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	696	-	20	-	422	X	254
4.4 - Outras receitas não-operacionais	95 620	18 013	56 659	2 412	9 121	X	345
5 - Despesas não-operacionais	399 579	192 201	198 502	4 291	2 566	X	1 911
5.1 - Transferências	1 665	1 344	-	5	-	X	316
5.2 - Financeiras	290 046	121 738	163 358	3 369	-	X	1 476
5.3 - Outras despesas patrimoniais	41 442	7 504	32 941	895	-	X	99
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	56 317	54 121	366	-	1 830	X	-
5.5 - Outras despesas não-operacionais	10 109	7 494	1 837	22	736	X	20
6 - Provisão para o imposto de renda	15 759	-	-	-	15 691	X	68
7 - Dividendos e outras distribuições	132	-	-	-	132	X	-
III - Despesas de capital							
8 - Formação bruta de capital fixo	281 595	19 025	117 985	56 427	88 018	X	140
9 - Variação de estoques	-	-	-	-	-	X	-
10 - Inversões financeiras	60 254	-	27 330	-	32 924	X	-
IV - Informação para compatibilização da série							
11 - Depreciação e amortização	261 692	97 630	101 924	40 775	19 861	X	1 308
12 - Provisões	238 025	39 248	104 513	3 490	89 081	X	635

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Tabela 2.18 - Receitas e despesas, em nível Municipal, por Grandes Regiões, segundo a natureza - Brasil - 2002

Natureza	Valor (1 000 R\$)					
	Total	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
I - Resultado operacional						
1 - Receitas operacionais	1 969 652	24 541	75 752	1 112 433	697 801	59 125
1.1 - Vendas de bens e serviços	1 859 498	21 601	55 324	1 034 631	688 817	59 125
1.2 - Intermediação financeira	-	-	-	-	-	-
1.3 - Subsídios	110 154	2 940	20 428	77 802	8 984	-
2 - Despesas operacionais	1 917 294	27 153	77 165	1 188 048	569 996	54 932
2.1 - Pessoal	769 391	18 227	36 476	469 397	233 107	12 184
2.1.1 - Salários e ordenados	622 535	14 422	28 113	382 364	188 262	9 374
2.1.2 - Encargos sociais	146 856	3 805	8 363	87 033	44 845	2 810
2.2 - Consumo de bens e serviços	919 535	6 736	29 046	611 431	232 843	39 479
2.3 - Intermediação financeira	-	-	-	-	-	-
2.4 - Impostos sobre a produção	129 220	589	10 267	39 087	76 442	2 835
2.5 - Outras despesas operacionais	99 148	1 601	1 376	68 133	27 604	434
3 - Superávit (déficit) operacional	52 358	(-) 2 612	(-) 1 413	(-) 75 615	127 805	4 193
II - Resultado não-operacional						
4 - Receitas não-operacionais	372 986	8 776	4 428	285 624	73 459	699
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	-	-	-	-
4.2 - Patrimonial	152 151	578	1 001	104 993	45 469	110
4.2.1 - Financeiras	135 181	570	1 001	88 722	44 778	110
4.2.2 - Dividendos	-	-	-	-	-	-
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	16 970	8	-	16 271	691	-
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	33	-	-	22	11	-
4.4 - Outras receitas não-operacionais	220 802	8 198	3 427	180 609	27 979	589
5 - Despesas não-operacionais	342 099	9 537	6 433	260 525	62 816	2 788
5.1 - Transferências	2 978	5	28	2 218	711	16
5.2 - Financeiras	239 319	166	4 307	197 094	36 441	1 311
5.3 - Outras despesas patrimoniais	37 042	145	1 567	23 565	10 693	1 072
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	14 281	-	-	221	14 060	-
5.5 - Outras despesas não-operacionais	48 479	9 221	531	37 427	911	389
6 - Provisão para o imposto de renda	17 594	-	1 357	6 619	9 598	20
7 - Dividendos e outras distribuições	16 073	-	604	11 577	3 892	-
III - Despesas de capital						
8 - Formação bruta de capital fixo	248 554	5 771	6 114	102 514	122 883	11 272
9 - Variação de estoques	1 419	-	-	366	1 053	-
10 - Inversões financeiras	156 703	-	154 833	1 301	569	-
IV - Informação para compatibilização da série						
11 - Depreciação e amortização	91 553	-	2 663	44 901	39 533	4 456
12 - Provisões	40 495	-	2 188	27 048	11 259	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Tabela 2.19 - Receitas e despesas, em nível Municipal, por atividade econômica, segundo a natureza - Brasil - 2002

Natureza	Valor (1 000 R\$)					
	Total	Atividade econômica				
		Serviços de utilidade pública	Energia	Transporte	Comunicações	Diversos
I - Resultado operacional						
1 - Receitas operacionais	1 969 652	1 042 779	X	521 941	X	148 775
1.1 - Vendas de bens e serviços	1 859 498	1 014 562	X	465 411	X	123 368
1.2 - Intermediação financeira	-	-	X	-	X	-
1.3 - Subsídios	110 154	28 217	X	56 530	X	25 407
2 - Despesas operacionais	1 917 294	938 587	X	550 043	X	231 994
2.1 - Pessoal	769 391	359 693	X	275 097	X	97 592
2.1.1 - Salários e ordenados	622 535	299 422	X	220 499	X	77 629
2.1.2 - Encargos sociais	146 856	60 271	X	54 598	X	19 963
2.2 - Consumo de bens e serviços	919 535	503 300	X	222 085	X	107 241
2.3 - Intermediação financeira	-	-	X	-	X	-
2.4 - Impostos sobre a produção	129 220	23 916	X	24 096	X	13 050
2.5 - Outras despesas operacionais	99 148	51 678	X	28 765	X	14 111
3 - Superávit (déficit) operacional	52 358	104 192	X	(-) 28 102	X	(-) 83 219
II - Resultado não-operacional						
4 - Receitas não-operacionais	372 986	208 738	X	37 115	X	108 712
4.1 - Transferências (exceto subsídios)	-	-	X	-	X	-
4.2 - Patrimonial	152 151	22 938	X	19 265	X	102 733
4.2.1 - Financeiras	135 181	22 938	X	2 986	X	102 042
4.2.2 - Dividendos	-	-	X	-	X	-
4.2.3 - Outras receitas patrimoniais	16 970	-	X	16 279	X	691
4.3 - Ganhos sobre venda de ativos de capital	33	18	X	7	X	8
4.4 - Outras receitas não-operacionais	220 802	185 782	X	17 843	X	5 971
5 - Despesas não-operacionais	342 099	99 228	X	48 536	X	169 869
5.1 - Transferências	2 978	826	X	1 605	X	174
5.2 - Financeiras	239 319	40 267	X	26 997	X	165 843
5.3 - Outras despesas patrimoniais	37 042	21 251	X	9 942	X	2 542
5.4 - Prejuízo sobre venda de ativos de capital	14 281	213	X	8	X	2
5.5 - Outras despesas não-operacionais	48 479	36 671	X	9 984	X	1 308
6 - Provisão para o imposto de renda	17 594	7 525	X	1 684	X	138
7 - Dividendos e outras distribuições	16 073	10 700	X	1 485	X	-
III - Despesas de capital						
8 - Formação bruta de capital fixo	248 554	198 531	X	32 321	X	1 460
9 - Variação de estoques	1 419	87	X	-	X	366
10 - Inversões financeiras	156 703	1 301	X	155 327	X	-
IV - Informação para compatibilização da série						
11 - Depreciação e amortização	91 553	32 761	X	23 369	X	3 462
12 - Provisões	40 495	17 550	X	9 482	X	6 541

Referências

BALANÇO GERAL DA UNIÃO. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2000. v. 1: Relatório 1999.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, DF, v. 38, n. 2, fev. 2002. Disponível

em: <<http://www.bcb.gov.br/?RED-BOLETIMES>>. Acesso em: set. 2004.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Brasília, DF: Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/caged/default.asp>>. Acesso em: out. 2004.

CONTAS regionais do Brasil 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 122 p. (Contas nacionais, n.8)

CONTAS regionais do Brasil 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 114 p. (Contas nacionais, n. 11). Acompanha 1 CD-ROM.

INFORME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. Brasília, DF, v. 14, n. 1, jan. 2002. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/07_10_03.asp>. Acesso em: nov. 2004.

REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 94 p. (Série relatórios metodológicos, v.20).

REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1: 1991-1993. Acompanha 1 CD-ROM.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 2: 1994-1997. Acompanha 1 CD-ROM.

REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público 1998: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 52 p. Acompanha 1 CD-ROM.

REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público 1999: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 91 p. Acompanha 1 CD-ROM.

REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público 2000: atividade de administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 101 p. Acompanha 1 CD-ROM.

REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público: atividade empresarial do governo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1: 1991- 1994. Acompanha 1 CD-ROM.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 2: 1995 - 1998. Acompanha 1 CD-ROM.

REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público 1999: atividade empresarial do governo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 146 p. Acompanha 1 CD-ROM.

REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público 2000: atividade empresarial do governo. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 154 p. Acompanha 1 CD-ROM.

REGIONALIZAÇÃO das transações do setor público 2001: atividade empresarial do governo. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 149 p. Acompanha 1 CD-ROM.

RELATÓRIO anual 2001. *Boletim do Banco Central do Brasil*, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM201>>. Acesso em: out. 2004.

RESULTADO DOTESOURO NACIONAL, Brasília, DF, v. 6, n. 12, dez. 2000.

SÉRIES temporais. Setor externo. Taxas de câmbio. Taxas administradas ou livres. Dólar americano (venda) – média de período. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Banco de Informações Econômicas e financeiras. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port>>. Acesso em: out. 2004.

SÉRIES temporais. Mercados financeiros e de capitais. Indicadores do mercado financeiro. Taxas de juros. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Banco de Informações Econômicas e Financeiras. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port>>. Acesso em: out. 2004.

Séries temporais. Mercados financeiros e de capitais. Indicadores do mercado financeiro. Taxas de juros. Selic acumulada no mês anualizada. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Banco de Informações Econômicas e Financeiras. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port>>. Acesso em: out. 2004.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. v. 1: 1990-1995. Acompanha 1 CD-ROM.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. v. 2: 1996. Acompanha 1 CD-ROM.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1: Tabelas de recursos e usos 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4). Acompanha 1 CD-ROM.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 2: Contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4). Acompanha 1 CD-ROM.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 156 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Acompanha 1 CD-ROM.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 1998-2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 207 p. (Contas nacionais, n. 7). Acompanha 1 CD-ROM.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 1999-2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 212 p. (Contas nacionais, n. 9).). Acompanha 1 CD-ROM.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2000-2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 210 p. (Contas nacionais, n. 10).). Acompanha 1 CD-ROM.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 130 p. (Contas nacionais, n. 1).

SISTEMA de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 235 p. (Contas nacionais, n. 2).

SYSTEM of national accounts 1993. Rev.4. New York: United Nations, 2004. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/sna1993/introduction.asp>>. Acesso em: out. 2004.

Anexos

Anexo 1 - Empresas Públicas Federais, segundo as Unidades da Federação - 2002

Unidades da Federação	Empresas
Pará	Banco da Amazonia S.A. Companhia Docas do Pará Empresa de Navegação da Amazônia
Ceará	Banco do Nordeste do Brasil S.A Companhia Docas do Ceará
Rio Grande do Norte	Companhia Docas do Rio Grande do Norte
Paraíba	Companhia Docas da Paraíba
Pernambuco	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
Bahia	Companhia de Docas do Estado da Bahia S.A.
Minas Gerais	Companhia de Navegação do São Francisco
Espírito Santo	Companhia de Docas do Espírito Santo
Rio de Janeiro	Agência Especial de Financiamento Industrial Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social BNDESPAR - BNDES Participações S.A. Centrais Elétricas Brasileiras S A Centro de Pesquisas de Energia Elétrica Cobra Computadores e Sistemas Brasileiros S A Companhia Brasileira de Trens Urbanos Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais Companhia Docas do Rio de Janeiro Eletrobras Termonuclear S.A. Empresa Gerencial de Projetos Navais Financiadora de Estudos Projetos Furnas Centrais Elétricas S.A. Indústrias Nucleares do Brasil S.A. Instituto de Resseguros do Brasil Nuclebras Equipamentos Pesados Petrobrás Distribuidora S.A. Petrobrás Gás S.A. - GASPETRO Petrobrás Internacional S.A. Petrobrás Química S.A. Petrobrás Transporte S.A Petróleo Brasileiro S.A. Rede Ferroviária Federal S.A. Valec - Engenharia Construções e Ferrovias
São Paulo	Companhia Docas do Estado de São Paulo Industria de Material Bélico do Brasil
Paraná	Itaipu Binacional
Santa Catarina	Empresa Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil
Rio Grande do Sul	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A
Distrito Federal	BB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários BB Financeira S.A.Crédito Financiamento e Investimento Banco Central do Brasil Banco do Brasil S.A. BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. Caixa Econômica Federal Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Companhia Nacional de Abastecimento Empresa Brasileira de Infra Estrutura Aeroportuária Empresa Brasileira de Comunicação S/A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Anexo 2 - Empresas Públicas Estaduais, segundo as Unidades da Federação - 2002

(continua)

Unidades da Federação	Empresas
Rondônia	Centrais Elétricas de Rondônia Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia
Acre	Companhia de Eletricidade do Acre Companhia de Habitação do Acre Companhia de Saneamento do Estado do Acre Companhia Industrial de Laticínios do Acre Departamento Estadual de Água de Saneamento (Ac)
Amazonas	Companhia de Saneamento do Amazonas Companhia Energética do Amazonas
Roraima	Companhia Energética de Roraima S.A Companhia de Água e Esgoto de Roraima
Pará	Banco do Estado do Pará S.A. Centrais de Abastecimento do Pará Companhia de Habitação do Estado do Pará Companhia de Saneamento do Pará Fundação dos Terminais Rodoviários do Estado do Pará Loteria do Estado do Pará Instituto de Metrologia do Pará
Amapá	Companhia de Eletricidade do Amapá Companhia de Água e Esgoto do Amapá
Tocantins	Saneamento do Tocantins
Maranhão	Banco do Estado do Maranhão S.A. Bem Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão Empresa Maranhense de Administração Portuária
Piauí	Águas e Esgotos do Piauí S.A. Banco do Estado do Piauí S.A. Centrais de Abastecimento do Piauí Companhia Energética do Piauí Companhia Metropolitana de Transportes Públicos Companhia de Habitação do Piauí S.A. Loteria do Estado do Piauí
Ceará	Bec - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Banco do Estado do Ceará S.A Centrais de Abastecimento do Ceará S.A. Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos Companhia de Água e Esgoto do Ceará Companhia de Gás do Ceará Companhia de Habitação do Ceará Companhia de Integração Portuária do Pecém
Rio Grande do Norte	Centrais de Abastecimento Rio Grande do Norte Companhia de Águas e Esgoto do Rio Grande do Norte Bandern - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Em liquidação) Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S.A. (Em liquidação) Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A. (Em liquidação) Bandern - Crédito Imobiliário S.A. (Em liquidação)

Anexo 2 - Empresas Públicas Estaduais, segundo as Unidades da Federação - 2002

(continuação)

Unidades da Federação	Empresas
Paraíba	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba Companhia Paraibana de Gás Empresa Paraibana de Abastec. e Serv. Agrícolas Loteria do Estado da Paraíba Pb-Tur Hotéis
Pernambuco	Companhia Pernambucana de Gás Companhia Pernambucana de Saneamento Empresa de Fomento e Informática de Pernambuco Empresa de Melhoramentos e Habitação de Pernambuco Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos Pernambuco Participações e Investimentos S.A. Suape Complexo Industrial Portuário
Alagoas	Banco do Estado de Alagoas S.A. Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento de Alagoas Companhia Alagoana de Recursos Humanos e Patrimoniais Companhia Energética de Alagoas Gás de Alagoas
Sergipe	Banco do Estado de Sergipe S.A. Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas Companhia de Saneamento de Sergipe Empresa de Administração de Portos de Sergipe Sergipe Minerais
Bahia	Bahia Pescas S A Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia Bahia Gás - Companhia de Gás da Bahia Empresa Baiana de Águas e Saneamento Empresa Baiana de Alimentos S.A. Habitação e Urbanização da Bahia S.A. Rio Salitre Mineração Ltda
Minas Gerais	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. Companhia de Gás de Minas Gerais Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais Companhia de Saneamento de Minas Gerais Companhia Energética de Minas Gerais Companhia Mineira de Promoções Companhia Mineiradora do Pirocloro de araxá Loteria do Estado de Minas Gerais MG- Minas Gerais Participações S.A Minas Gerais Administração e Serviços S.A. Rádio Inconfidência Ltda. Sá Carvalho S.A Usina Térmica Ipatinga S.A
Espírito Santo	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. Banco do Estado do Espírito Santo S.A. Banestes - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Banestes - Seguros S.A. Centrais de Abastecimento do Espírito Santo Companhia de Transporte da Grande Vitória Companhia Habitacional e Urb. do Espírito Santo Companhia Espírito-Santense de Saneamento

Anexo 2 - Empresas Públicas Estaduais, segundo as Unidades da Federação - 2002

(continuação)

Unidades da Federação	Empresas
Rio de Janeiro	Centrais de Abastecimento do Rio de Janeiro Companhia de Desenvolvimento Rod. e Terminais do Estado do Rio de Janeiro Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro Companhia Estadual de Águas e Esgotos Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro Empresa Estadual de Viação Loteria do Estado do Rio de Janeiro
São Paulo	Nossa Caixa Nosso Banco S.A Cesp- Cia. Energética de São Paulo Companhia de Desenv. Habitacional do Estado de São Paulo Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo Companhia de Seguros do Estado de São Paulo Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A Companhia Metropolitana de São Paulo Companhia Paulista de Trens Metropolitanos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado de São Paulo Empresa Metropolitana de Água e Energia S.A - Emae Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de SP
Paraná	Administração do Porto de Paranaguá e Antonina Centrais de Abastecimento do Paraná Companhia de Habitação do Paraná Companhia de Saneamento do Paraná Companhia Paranaense de Gás Companhia Paranaense de Energia Estrada de Ferro Paraná Oeste Serviço de Loteria do Estado do Paraná
Santa Catarina	Administração do Porto de S.Francisco do Sul Banco do Estado de Santa Catarina S.A. Besc Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento Besc S.A. - Crédito Imobiliário Besc S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina Companhia Hidromineral do Oeste Catarinense Companhia Catarinense de Águas e Saneamento Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz Companhia Hidromineral de Piratuba Reflorestadora Santa Catarina S.A.-Refloresc
Rio Grande do Sul	ADCOINTER - Administradoras de Consórcios Intermunicipais S.A Banrisul S.A - Banco do Estado do Rio Grande do Sul Banco Regional de Desenvolvimento Extremo Sul Banrisul-Armazéns Gerais S.A. Banrisul S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio Banrisul Serviços Ltda Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul Companhia Estadual de Energia Elétrica - Participações Companhia Rio-Grandense de Mineração Companhia Rio-Grandense de Saneamento Companhia de Indústria Eletroquímica Instituto Rio-Grandense de Arroz Superintendência de Portos e Hidrovias Superintendência do Porto do Rio Grande

Anexo 2 - Empresas Públicas Estaduais, segundo as Unidades da Federação - 2002

(conclusão)

Unidades da Federação	Empresas
Mato Grosso do Sul	Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul Loteria Estadual do Mato Grosso do Sul Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul Centrais de Abastecimento do Mato Grosso do Sul
Mato Grosso	Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso
Goiás	Agência Goiania de Habitação Centrais de Abastecimento de Goiás S.A. Centrais Elétricas de Goiás S.A. Empresa de Transporte Urbano de Goiás S.A. Metrobus - Transporte Coletivo S.A. Saneamento de Goiás S.A.
Distrito Federal	Banco Regional de Brasília S.A. BRB-Distribuidora de Títulos Valores Mobiliários BRB- Crédito- Financiamento e Investimento Centrais de Abastecimento do Distrito Federal Companhia do Metropolitano do Distrito Federal Companhia de Saneamento do Distrito Federal Companhia Energética de Brasília Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda.

Anexo 3 - Empresas Públicas Municipais, segundo as Unidades da Federação, capitais e municípios - 2002

(continua)

Unidades da Federação, capitais e municípios	Empresas
Rondônia Vilhena	SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Vilhena
Acre Rio Branco	Companhia de Água e Esgoto de Rio Branco
Amazonas Manaus	Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Manaus
Pará Belém	Serviço de Água e Esgoto de Belém
Ceará Fortaleza	Companhia de Transporte Coletivo Empresa de Trânsito e Transportes Urbanos S.A - ETTUSA Frigorífico Industrial de Fortaleza S.A.
Pernambuco Recife Caruaru Jaboatão Petrolina	Companhia de Trânsito e Transportes Urbanos de Recife Centrais de Abastecimento de Caruaru EMTT - Empresa Metropolitana de Trânsito e Transportes Jaboatão Empresa Petrolinense de Abastecimento Empresa Petrolinense de Transportes Coletivos
Sergipe Aracajú	Empresa Sergipana de Gás S.A.
Bahia Salvador	Companhia Municipal de Abastecimento de Salvador Companhia Municipal de Habitação Companhia de Transporte de Salvador Empresa de Transportes Urbanos de Salvador
Minas Gerais Belo Horizonte Betim Caeté Itaguara Juiz de Fora Urbelândia	Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S.A. Empresa Municipal de Transporte e Trânsito - Transbetim Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Caeté Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itaguara Companhia de Saneamento e Pesquisa do Meio Ambiente - CESAMAJF Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora S. A. Deapartamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE Empresa Municipal de Apoio e Manutenção
Rio de Janeiro Campos Petrópolis Rio de Janeiro Volta Redonda	Empresa Municipal de Habitação , Urbanização e Saneamento de Campos Empresa Municipal de Transporte de Campos Companhia de Iluminação Pública do Município de Campos Companhia de Água e Esgoto do Município de Petrópolis Companhia Petropolitana de Transportes Companhia Municipal de Energia e Iluminação Companhia Habitação de Volta Redonda Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda

Anexo 3 - Empresas Públicas Municipais, segundo as Unidades da Federação, capitais e municípios - 2002

(conclusão)

Unidades da Federação, capitais e municípios	Empresas
São Paulo Campinas Diadema Guarulhos Mauá Mogi das Cruzes Osasco Santo André Santos São Bernardo do Campo São Caetano do Sul São Paulo	Centrais de Abastecimento de Campinas Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A - Campinas Companhia de Habitação de Campinas Empresa de Transportes Coletivos de Diadema Companhia de Saneamento de Diadema Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Guarulhos Saneamento Básico do Município de Mauá Serviço Municipal de Água e Esgoto de Mogi Companhia Municipal de Transportes de Osasco Central Regional de Abastecimento Integrado de Santo André Empresa Municipal de Habitação Popular de Santo André Empresa Pública de Transporte de Santo André Serviço Municipal de Água e Saneamento de Santo André Companhia de Habitação de Santos Companhia Santista de Transportes Coletivos Empresa de Transporte Coletivo de São Bernardo do Campo Departamento de Água e Esgoto de São Caetano do Sul Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo São Paulo Transportes S.A.
Paraná Campo Largo Curitiba Londrina	Companhia Campo-Larguense de Energia Companhia de Habitação Popular de Curitiba Companhia de Habitação de Londrina Sercontel - Telecomunicações de Londrina Sercontel - Celular S.A. - Londrina
Santa Catarina Blumenau	SAMAE-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau SETERP - Serviço Autônomo Municipal de Terminais Rodoviário de Blumenau
Rio Grande do Sul Caxias do Sul Porto Alegre Pelotas São Leopoldo Novo Hamburgo	SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Caxias do Sul Companhia Carris Porto-Alegrense Departamento Municipal de Águas e Esgoto Rio Grande do Sul Departamento Municipal de Habitação Empresa Pública de Transporte e Circulação - EPTC Empresa Municipal de Terminais Rodoviário de Pelotas - ETERP SANEP - Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas Serviço Municipal de Água e Esgoto de São Leopoldo Companhia Municipal de Saneamento de Novo Hamburgo
Mato Grosso do Sul Campo Grande	Empresa Municipal de Habitação
Mato Grosso Rondonópolis Várzea Grande Cuiabá	Departamento de água e Esgoto de Rondonópolis Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande Companhia de Saneamento da Capital - SANECAP

**Anexo 4 - Empresas privatizadas, com indicação da última coleta realizada,
segundo atividade econômica - 2002**

Atividade econômica	Última coleta
Financeira Banco do Estado do Amazonas S.A. Banco do Estado da Paraíba S.A. Banco do Estado de Goiás S.A.	2001 2001 2001

Glossário

Administração pública

despesa consolidada Soma das despesas das administrações públicas central e descentralizada, exceto as despesas de transferências intragovernamentais, para eliminar a dupla contagem.

despesas com amortização da dívida interna e externa Despesas com o resgate de títulos e pagamentos de contratos de empréstimos, internos e externos, podendo o principal estar acrescido do valor da correção monetária e cambial.

despesas com aquisição de máquinas e equipamentos Despesas com a aquisição de máquinas, equipamentos, motores, aparelhos, veículos, aeronaves e embarcações, necessários à manutenção dos serviços públicos.

despesas com aquisição de terrenos e imóveis Despesas com a aquisição de terrenos e imóveis necessários à ampliação ou manutenção das atividades governamentais, incluindo o valor de sentenças judiciais por desapropriações.

despesas com benefícios a servidores públicos Despesas com o pagamento de aposentadorias, pensões, salário-família e outros benefícios sociais dos servidores públicos.

despesas com construções Despesas com os estudos e projetos, obras e instalações que venham garantir ou ampliar a capacidade produtiva do governo, incluindo o valor de sentenças judiciais necessárias às obras.

despesas com encargos da dívida pública Despesas com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

despesas com juros Despesas com o pagamento de juros, descontos e comissões pagas pelo governo pelas operações de crédito internas e externas, em títulos ou contratos de empréstimo.

despesas com obrigações patronais Despesas com os encargos resultantes do pagamento de pessoal.

despesas com pessoal Despesas com o pagamento das remunerações do funcionalismo público, civil e militar, incluindo vencimentos, vantagens fixas (gratificações) e obrigações patronais.

despesas com pessoal civil e militar Despesas com o pagamento das remunerações do funcionalismo público, civil e militar.

despesas de capital fixo Despesas com construções, máquinas, equipamentos e aquisição de terrenos e imóveis.

despesas de consumo de bens e serviços Despesas com a aquisição de material de consumo ou para revenda, remuneração de serviços pessoais e de terceiros, aluguéis de imóveis e despesas não processadas, mas ocorridas em exercícios anteriores e reconhecidas no atual.

despesas de custeio Despesas com a aquisição de bens e serviços utilizados pelas administrações públicas na execução das atividades não-mercantis prestadas à sociedade.

diversas despesas de transferências correntes e de capital Despesas com convênios, transferências para o exterior e transferências para cobrir despesas de custeio e de investimento, sem contrapartida de bens e serviços. *Ver também* outras despesas de transferências correntes e de capital.

diversas receitas de transferências correntes e de capital Recursos correntes e de capital recebidos de terceiros pelas administrações sem contrapartida de bens e serviços. *Ver também* outras receitas de transferências correntes e de capital.

imposto sobre a produção (PASEP) Contribuição para a formação do patrimônio do servidor público, paga pelas administrações públicas. *Ver também* outros impostos sobre a produção.

impostos sobre a produção e de importação Tributos que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos sobre a renda e o patrimônio Tributos que incidem sobre os rendimentos e o patrimônio, como IPTU, IPVA, imposto de renda, receita da dívida ativa destes impostos, contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, outros impostos e contribuições.

impostos sobre produtos e de importação Tributos que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelo seus proprietários, como IPI, ICMS, imposto de importação, ISS, IOF, impostos sobre exportação e outros.

inversões financeiras Despesas com a aquisição de ações representativas do capital social de empresas já constituídas, títulos de renda fixa, constituição ou aumento de capital de empresas e empréstimos concedidos por tempo limitado.

outras despesas de transferências correntes e de capital Despesas com convênios, contribuições e subvenções sociais para instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem fins lucrativos, destinados a financiar despesas de custeio (transferências correntes) ou despesas de capital (transferências de capital).

outras despesas de transferências de assistência e previdência Despesas com o pagamento de aposentadorias, pensões e benefícios para os trabalhadores segurados do INSS e beneficiários do FGTS, PIS/PASEP e do seguro-desemprego, bem como despesas com a compra de serviços hospitalares junto a rede conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS realizadas pelas administrações públicas em nome das famílias.

outras receitas de transferências correntes e de capital Receitas provenientes de multas e juros de mora sobre tributos; taxas cobradas em decorrência da prestação de serviços pelas administrações públicas; indenizações e restituições; recursos repassados por outras pessoas de direito público e privado (transferências correntes); receitas de instituições públicas ou privadas com convênios; contribuições para financiar gastos de capital das administrações públicas e contribuições de melhoria pagas pelas famílias (transferências de capital).

outras receitas patrimoniais Receitas provenientes de compensações pela utilização de recursos hídricos e minerais, remunerações de depósitos, aluguel de bens móveis, concessões e permissões e outras receitas patrimoniais.

outros impostos sobre a produção Tributos que incidem sobre a utilização dos fatores de produção ou sobre o exercício de determinadas atividades, como contribuição do salário-educação, COFINS, PIS/PASEP, taxas, licenças e outros impostos e contribuições incidentes sobre as atividades produtivas.

receita consolidada Soma das receitas das administrações públicas central e descentralizada, exceto as receitas de transferências intragovernamentais, para eliminar a dupla contagem.

receita de concessões Receita originada da concessão ou permissão a particulares do direito de exploração de serviços públicos, que estão sujeitos ao controle, fiscalização e regulação do poder público.

receita patrimonial Receita proveniente de juros, aluguéis, dividendos e participações e outras receitas patrimoniais. *Ver também* outras receitas patrimoniais.

receita tributária Receita proveniente de impostos, taxas e contribuições econômicas e sociais.

receitas de alienação de bens imóveis Receitas provenientes da alienação de bens imóveis.

receitas de alienação de bens móveis Receitas provenientes da venda de títulos de renda variável e de outros bens móveis.

receitas de aluguéis Receitas provenientes de aluguéis, foros e laudêmios recebidos pelas administrações públicas, em virtude da propriedade de imóveis e terrenos.

receitas de amortização de empréstimos concedidos Receitas provenientes do retorno do capital de empréstimos a terceiros, principalmente créditos imobiliários concedidos pelos institutos de previdência.

receitas de contribuições ao INSS e ao FGTS Receitas provenientes de contribuições dos empregadores, empregados e autônomos para o INSS e para o FGTS.

receitas de contribuições para a previdência do servidor público Receitas provenientes de contribuições previdenciárias de empregados e empregadores para o financiamento da previdência do funcionalismo público.

receitas de dividendos e participações Receitas provenientes de dividendos, bonificações e participações em empresas.

receitas de juros Receitas provenientes de juros sobre aplicações financeiras, empréstimos concedidos e títulos de propriedade das administrações públicas, incluindo correção monetária e descontos de aplicações financeiras, empréstimos e títulos.

receitas de operações de crédito externas Recursos provenientes da colocação de títulos públicos ou de empréstimos obtidos junto a entidades estatais ou privadas sediadas no exterior.

receitas de operações de crédito internas Recursos provenientes da colocação de títulos públicos ou de empréstimos obtidos junto a entidades estatais ou privadas nacionais.

receitas de venda de bens Receitas provenientes das atividades de produção de bens agrícolas e industriais realizadas pelas administrações públicas.

receitas de venda de serviços Receitas provenientes da prestação de serviços pelas administrações públicas.

remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional Remuneração do saldo diário dos depósitos da União existentes no Banco Central do Brasil e no Banco do Brasil.

resultado do Banco Central do Brasil Resultado apurado nos balanços semestrais do Banco Central do Brasil após o resultado da correção monetária e cambial, a constituição de provisões e as variações independentes da execução orçamentária. Quando positivos esses recursos são destinados à amortização da dívida pública, quando negativo estes recursos são cobertos pelo Tesouro Nacional através da emissão de títulos.

resultado fiscal Resultado da diferença entre as receitas e despesas não-financeiras do governo. As receitas não-financeiras são compostas por todas as receitas, exceto as receitas de operações de crédito, de alienação de bens móveis e de amortização de empréstimos concedidos, que são destinadas ao financiamento do governo. As despesas não-financeiras são compostas por todas as despesas, exceto as despesas de amortização da dívida pública e de inversões financeiras. O resultado fiscal também é denominado resultado nominal. Quando este resultado é positivo, diz-se que o governo tem um superávit fiscal ou nominal; quando negativo, diz-se que o governo tem um déficit fiscal ou nominal.

resultado primário Resultado obtido após se deduzir do resultado fiscal as receitas e despesas de juros, uma vez que os juros recebidos e pagos são produto dos resultados fiscais de exercícios passados. Quando o resultado primário é positivo, diz-se que o governo tem um superávit primário; quando negativo, diz-se que o governo tem um déficit primário.

subsídios Transferências correntes das administrações públicas destinadas a cobrir déficit operacional de empresas privadas ou públicas, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

total das despesas Despesas de consumo, capital fixo, dívida pública, transferências, contribuições para o PASEP, subsídios e inversões financeiras.

total das receitas Soma das receitas, exceto as operações de crédito.

total dos recursos Soma das receitas, acrescidas das operações de crédito.

transferências Operações efetuadas, em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços, incluindo os repasses de recursos entre os níveis de governo.

transferências correntes Transferências de recursos para financiar o consumo das famílias, das administrações públicas e das entidades privadas sem fins lucrativos, acionais e no exterior, bem como recursos recebidos das pessoas de direito público ou privado destinados a atender às despesas de manutenção ou funcionamento das administrações públicas.

transferências de assistência e previdência Transferências de recursos para o pagamento de benefícios de previdência e assistência social. *Ver também* outras despesas de transferências de assistência e previdência.

transferências de capital Transferências de recursos para financiar o investimento ou as inversões financeiras de outras esferas de governo e de entidades privadas com ou sem fins lucrativos, nacionais e no exterior, bem como recursos recebidos das pessoas de direito público ou privado destinados a atender às despesas de investimentos ou inversões financeiras das administrações públicas.

transferências do exterior correntes e de capital Contribuições de entidades multigovernamentais não-residentes no país e de países para financiar despesas de custeio (transferências correntes) ou despesas de capital (transferências de capital) das administrações públicas.

transferências intergovernamentais correntes e de capital Transferências de recursos entre as administrações públicas para atender despesas de custeio (transferências correntes) ou para financiar o investimento ou inversões financeiras (transferências de capital), cujos valores são eliminados quando da consolidação das receitas e despesas das esferas de governo.

transferências para o exterior correntes e de capital Contribuições do governo a entidades multigovernamentais não-residentes no país e auxílios a países para financiar despesas de custeio (transferências correntes) ou despesas de capital (transferências de capital).

Empresas públicas

déficit operacional Resultado negativo das receitas operacionais, líquidas das despesas operacionais.

despesas com depreciação e amortização Despesas correspondentes aos encargos de depreciação, amortização e exaustão de bens e direitos do ativo imobilizado.

despesas com dividendos e outras distribuições Despesas correspondentes aos pagamentos de dividendos e participações nos lucros, exceto fundos de assistência e previdência.

despesas com pessoal Despesas com o pagamento de salários, ordenados e encargos sociais do empregador, como contribuições ao INSS, FGTS, PIS, previdência privada etc.

despesas com provisões Despesas com os encargos necessários à formação de provisões operacionais e não-operacionais, retificadoras do ativo.

despesas de consumo de bens e serviços Custos e despesas operacionais ligados direta e indiretamente ao processo produtivo, como aquisição de matéria-prima e materiais secundários, despesas com energia, combustíveis e serviços contratados a terceiros.

despesas financeiras Despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos decorrentes de empréstimos e financiamentos contraídos.

despesas não-operacionais Somatório das despesas de transferências, financeiras, outras despesas patrimoniais, prejuízo sobre venda de ativos de capital e outras despesas não-operacionais.

despesas operacionais Somatório das despesas de pessoal, consumo de bens e serviços, intermediação financeira, impostos sobre a produção e outras despesas operacionais.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

ganhos sobre vendas de ativos de capital Diferença positiva entre o valor do dia da venda do ativo e seu valor de compra registrado na nota fiscal.

impostos sobre a produção Tributos que incidem sobre a produção, como IPI, COFINS, ICMS, ISS e outros impostos e taxas.

intermediação financeira Operação efetuada pelas empresas financeiras com o pagamento de juros, comissões e outros custos relacionados à captação de recursos financeiros no mercado, bem como a receita de juros e outros rendimentos obtidos pela prestação de serviços de intermediação financeira.

inversões financeiras Aquisições de participações societárias e outros investimentos em ativos financeiros, exceto a alienação desses ativos.

outras despesas não-operacionais Despesas com prejuízos na alienação de ativos financeiros e outras despesas não-operacionais.

outras despesas operacionais Custos e despesas operacionais não classificados como despesas com pessoal, consumo de bens e serviços, intermediação financeira e impostos sobre a produção.

outras despesas patrimoniais Despesas com aluguéis, arrendamentos e outros.

outras receitas não-operacionais Receitas provenientes de lucros na alienação de ativos financeiros e receitas não classificadas nos demais itens.

outras receitas patrimoniais Receitas provenientes de aluguéis, arrendamentos e outros, etc.

prejuízo sobre vendas de ativos de capital Diferença negativa entre o valor do dia da venda do ativo e seu valor de compra registrado na nota fiscal.

provisão para o imposto de renda Provisão constituída, por ocasião do balanço, com base no lucro do exercício. O imposto de renda provisionado nas empresas é normalmente estimado, e a diferença entre a estimativa feita na constituição da provisão e o imposto efetivamente declarado e pago deve ser revertida para despesa ou receita do ano da reversão, conforme o caso.

receita patrimonial Receita proveniente de aplicações financeiras das empresas não-financeiras e de dividendos recebidos.

receitas de dividendos Receitas auferidas de participação na propriedade de empresas e sociedades de capital.

receitas de vendas de bens e serviços Receitas provenientes da venda de bens e serviços produzidos ou intermediados pelas empresas, incluindo os impostos incidentes sobre vendas.

receitas financeiras Receitas provenientes de juros, descontos obtidos, prêmios de resgate de títulos ou debêntures.

receitas não-operacionais Somatório das receitas de transferências, patrimoniais, de ganhos sobre venda de ativos de capital e outras receitas não-operacionais.

receitas operacionais Somatório das receitas de vendas de bens e serviços, intermediação financeira e subsídios.

subsídios Transferências correntes das administrações públicas destinadas a cobrir déficit operacional de empresas privadas ou públicas, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

superávit operacional Resultado positivo das receitas operacionais, líquidas das despesas operacionais.

transferências Operações efetuadas, em espécie ou em numerário, entre duas unidades sem contrapartida de bens e serviços.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Gilda Maria Cabral Santiago

Gerência do projeto

Andréa Bastos da Silva Guimarães¹

Carlos Cesar Bittencourt Sobral²

Dione Conceição de Oliveira³

Coordenação técnica e planejamento geral da publicação

Andréa Bastos da Silva Guimarães

Carlos Cesar Bittencourt Sobral

Análise e crítica dos dados

Ana Elena Bicudo Wilken

Carlos Cesar Bittencourt Sobral

Cláudia Coelho Reis

Douglas Moura Guanabara

Ernani Santiago Filho

Evaldo Gomes Rangel

Fernando José Benedito

Jaciara Braz de Oliveira

Luciano Possidente Campanário

Maria Lúcia Ferreira Lima

Maria Eliza Araújo Peçanha Tinoco (Supervisor de Equipe)

¹ Responsável pela Gerência do projeto, relativamente às informações da Administração Pública, até julho de 2004.

² Responsável pela Gerência do projeto, relativamente às informações das Empresas Públicas.

³ Responsável pela Gerência do projeto, relativamente às informações da Administração Pública, a partir de agosto de 2004.

Paulo Maurício Ferreira Madeira (Supervisor de Equipe)
Naira Regina Camarinha Salgado dos Reis
Therezinha Virgínia Pires Peixoto

Elaboração do texto

Andréa Bastos da Silva Guimarães
Carlos Cesar Bittencourt Sobral
Dione Conceição de Oliveira
Evaldo Gomes Rangel

Apoio computacional

Daniel da Silva Moreira
José Luiz de Moraes Ferreira Louzada (Coordenação)

Organização da publicação

Andréa Bastos da Silva Guimarães
Ana Elena Bicudo Wilken
Carlos Cesar Bittencourt Sobral
Delaris Dantas de Souza de Menezes
Evaldo Gomes Rangel
Sonia Val Dias
Therezinha Virgínia Pires Peixoto

Colaboradores**Diretoria de Informática****Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistema**

Ana Pessanha Torres
Mônica Paulina dos Santos
Ricardo Barbosa Pereira Silva

Tabulação dos resultados

Nelson de Mattos Coimbra
Regina Célia Fraga Nogueira

Supervisores Estaduais

Acre - Célia Brandão Souza
Alagoas - Gerdson Dorville de Araujo
Amazonas - Jose Arcanjo Angelim da Silva
Amapá - Adelson Silva Uchoa
Bahia - Anibal Borges Britto
Ceará - Maria Angelica Barbosa Araujo
Distrito Federal - Rosineide Xavier de Santana
Espírito Santo - Sonia Cristina Machado Barbosa
Goiás - Angela Maria Pereira Gandolfi
Maranhão - Zilmar Alves Ferreira
Minas Gerais - Juliana Dias Alves
Mato Grosso do Sul - Wilson Douglas Blini
Mato Grosso - Valdemir José Miranda Fonseca
Pará - Cleize Maria Freitas de Castro
Paraíba - Gilberto Cavalcante de Madeiros
Pernambuco - Margareth Carneiro Lima
Piauí - Francisco Coutinho de Aguiar
Paraná - Luiz Alceu Paganotto
Rio de Janeiro - Geraldo Louza da Veiga
Rio Grande do Norte - Tereza Suzana Bezerra G.Araujo
Rondônia - Fabio Jose Alves de Souza
Roraima - José Monteiro Silva
Rio Grande do Sul - Marisa Fagundes Vieira

Santa Catarina - Valmir José Leal
Sergipe - Jose Ailton Santos
São Paulo - Ricardo Yoshiyuki Hirata
Tocantins - João Soares de Araujo Neto

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Carmen Heloisa Pessoa
Katia Vaz Cavalcanti
Beth Fontoura

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Sônia Rocha

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina R. C. de Carvalho

Diagramação textual

Sebastião Monsores

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

José Augusto dos Santos

Gerência de Documentação

Normalização bibliográfica e de glossário

Ana Raquel Gomes da Silva
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira
Diva de Assis Moreira
Solange Oliveira Santos

Tatiana da Silva Oliveira (estagiária)
Renata Luiza Luiz da Silva Dias (estagiária)

Gráfica Digital

Impressão e acabamento

Ednalva Maia do Monte